

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**A SOCIEDADE PIRACICABANA DO FINAL DO SÉCULO XIX: CLASSES DOMINANTES,
CULTURA E A MEDIAÇÃO DA EDUCAÇÃO**

Jaime Patricio Sepúlveda Figueroa

Orientador: Prof. Dr. José Luís Sanfelice

2008

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**A SOCIEDADE PIRACICABANA DO FINAL DO SÉCULO XIX: CLASSES DOMINANTES,
CULTURA E A MEDIAÇÃO DA EDUCAÇÃO**

Jaime Patricio Sepúlveda Figueroa

Orientador: Prof. Dr. José Luís Sanfelice

Dissertação apresentada como exigência para a obtenção do título de Mestre em Educação, na Área de Concentração "História, Filosofia e Educação" da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Prof. Dr. José Luís Sanfelice.

2008

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

F469s Figueroa, Jaime Patrício Sepúlveda.
A sociedade piracicabana do final do século XIX : classes dominantes, cultura e a mediação da educação / Jaime Patrício Sepúlveda Figueroa. – Campinas, SP: [s.n.], 2008.

Orientador : José Luís Sanfelice.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Cultura – Brasil. 2. Educação. 3. Educação – História. 4. Piracicaba – História – Séc. XIX. I. Sanfelice, José Luís. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

07-677/BFE

Título em inglês: Piracicaba in the end of nineteenth century: dominants classes, culture and mediation of education.

Keywords: Brazilian culture; Education; History of education; Piracicaba in the end of nineteenth century

Área de concentração: História, Filosofia e Educação

Títuloção: Mestre em Educação

Banca examinadora: Prof. Dr. José Luís Sanfelice (Orientador)

Prof. Dr. Sérgio Castanho

Prof. Dra. Azilde Lina Andreotti

Data da defesa: 25/02/2008

Programa de pós-graduação : Educação

e-mail : jaimepsf26@hotmail.com

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**A SOCIEDADE PIRACICABANA DO FINAL DO SÉCULO XIX: CLASSES
DOMINANTES, CULTURA E A MEDIAÇÃO DA EDUCAÇÃO**

Autor: Jaime Patrício Sepúlveda Figueroa

Orientador: Prof. Dr. José Luis Sanfelice

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação de
Mestrado em defendida por **Jaime Patrício Sepúlveda Figueroa** e
aprovada pela Comissão Julgadora.

Data: 25/02/2008

Assinatura: .....
Orientador

COMISSÃO JULGADORA:





Dedicatória

À minha fiel companheira Anna,
À verdadeira fonte de minhas energias,
meu filho Felipe,
E aos demais entes queridos.

Agradecimentos

À minha família, especialmente ao meu pai Jaime e minha mãe Márcia, por terem representado para mim o porto seguro de onde saí para minhas empreitadas, e para onde sempre estou de volta.

À minha esposa Anna e ao meu filho Felipe. A eles ofereço, hoje e sempre, todo fruto de meu projeto de vida profissional.

À minha sogra Regina que me apoiou dando atenção especial ao meu filho Felipe e à minha mulher nos momentos de minha ausência por ocasião desta pesquisa.

Ao professor José Luis Sanfelice pela paciente orientação que dedicou aos meus pensamentos e à minha formação intelectual.

Ao professor Sérgio Castanho que desde o começo tem me inspirado e orientado na difícil empreitada dos estudos em torno da questão educacional.

À Azilde Andreotti que com sua experiência e sabedoria fez importantes observações e sugestões por ocasião do exame de qualificação.

Ao amigo Cássio Marafante por facilitar o meu acesso ao acervo dos documentos digitalizados do acervo Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba.

Ao Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, em particular ao Sr. Haldumont Nobre Ferraz pelo incentivo e apoio para a realização desta pesquisa.

À amiga Juliana Aguiar que com dedicação especial realizou a revisão do texto final.

Ao meu amigo irmão Bruno Lanzi de Mattos que com seu impecável conhecimento de línguas estrangeiras me auxiliou na confecção do abstract.

À Juliana Lanzi que, com sua aguçada sensibilidade intelectual, me ajudou a realizar a leitura final desta redação.

E a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para minha caminhada até aqui.

Resumo

Esta pesquisa teve como objetivo compreender o papel atribuído à educação no contexto cultural da cidade de Piracicaba, na passagem do regime monárquico para o regime republicano. A partir de determinadas categorias analíticas da teoria marxista da história, implementou-se um estudo sobre a cultura urbana no Brasil do período citado, seus efeitos no campo da educação e suas manifestações específicas na sociedade piracicabana. Numa sociedade estruturada em classes, a classe dominante institui um rol de práticas que lhe confere sustentação ideológica para seu projeto de hegemonia. As elites piracicabanas do final do século XIX não se distanciaram desse tipo de prática social e ocorre que é possível identificar, através de jornais da época, a educação como instância em que este processo encontrou sua mediação. E o processo de desenvolvimento da cultura urbana está intrincado com a cultura escolar piracicabana. A escolaridade e a cultura escolar serviram a grupos das classes dominantes ou a grupos a elas vinculados. Constata-se que foram os filhos de políticos, de profissionais liberais como advogados e de negociantes que estudaram nas primeiras escolas que se estabeleceram durante o final do século XIX, e que mais tarde se profissionalizaram nas carreiras que, na nossa interpretação, ganharam um caráter diferenciador de classe, em função do que simbolizavam para a sociedade da época. O estudo se baseou numa fonte primária específica, o jornal *Gazeta de Piracicaba*, publicado no final do século XIX. Esta fonte deu sustentação à nossa pesquisa na medida em que evidenciou a concepção de uma linguagem própria de tratamento e referência à elite piracicabana, principalmente no que tange à elite republicana, no contexto de definição da concepção de educação liberal. Fontes bibliográficas especializadas complementares também foram utilizadas para o estudo do particular e do geral.

Palavras chaves:

1. Cultura-Brasil. 2. Educação. 3. Educação-História. 4. Piracicaba-História-Séc. XIX.

Abstract

This work has the objective to understand the role was given to the Education in the cultural context of the city of Piracicaba during the transition of the Monarchic regime to the Republican regime. Taking into consideration some of the analytical categories of the Marxist theory of the History, it was developed a study of the urban culture in Brazil, its effects in the field of Education. In a society which is structured in classes that the dominant class institutes practices which give it the ideological support for its project of hegemony. The elites of Piracicaba in the end of Nineteenth Century are not an exception and it is possible to identify in the newspapers of that period the Education as an instance in which this process finds its mediation. The process of urban culture development is intrinsically connected with the also rising educational culture of Piracicaba. The educational culture served as an impulse to the dominant groups. It was the politicians' sons who first studied in the schools established in the end of the Nineteenth Century and who will later become liberal professionals, lawyers and emergent business men, careers that have a class characteristic due to what they symbolize to the society of that period. This study is based in a specific source, the newspaper *Gazeta de Piracicaba*, published in late Nineteenth Century. This source gives sustainability to our argument as it shows evidences of the conception of a particular way of treating and referring to the elites, especially the Piracicaban elites, in a context of definition of the liberal Education. Specialized and complementary bibliographies have been also consulted for the study of the particular and of the general.

Keywords:

Brazilian culture; Education; History of education; Piracicaba in the end of nineteenth century.

Sumário

Introdução	1
Capítulo I: Questões teórico-metodológicas e fontes	7
1. Discussão teórico-metodológica	7
2. Fontes de pesquisa	17
Capítulo II: Contexto e transformação da sociedade piracicabana ..	29
1. Piracicaba do século XIX: as classes dominantes	29
2. O processo abolicionista	42
3. Piracicaba moderna: o projeto de uma classe	52
Capítulo III: O projeto de educação nacional	61
1. Cultura nacional e as elites piracicabanas	66
2. A educação como mediação do projeto sócio-cultural das elites	76
3. Caridade e educação	86
4. Elite letrada	88
5. A capital como referência	95
6. Os novos tempos	96
7. Escolas privadas	99
8. Desmistificação da elite letrada	102
Considerações Finais	107
Referências Bibliográficas	113
Anexos	119

ANEXO I: GAZETA DE PIRACICABA, 7 de março de 1883	120
ANEXO II: GAZETA DE PIRACICABA, 21 de março 1883	121
ANEXO III: GAZETA DE PIRACICABA, 29 de julho de 1882	122
ANEXO IV: GAZETA DE PIRACICABA, 29 de junho de 1882	123
ANEXO V: GAZETA DE PIRACICABA, 18 de agosto de 1882	124
ANEXO VI: GAZETA DE PIRACICABA, 13 junho 1883	125
ANEXO VII: GAZETA DE PIRACICABA, 8 de agosto de 1882	126
ANEXO VIII: GAZETA DE PIRACICABA, 25 de agosto de 1882	127
ANEXO IX: GAZETA DE PIRACICABA, 29 de julho de 1882	128
ANEXO X: GAZETA DE PIRACICABA, 18 de agosto de 1882	129
ANEXO XI: GAZETA DE PIRACICABA, 1 de outubro de 1882	130
ANEXO XII: GAZETA DE PIRACICABA, 23 de agosto de 1882	131
ANEXO XIII: GAZETA DE PIRACICABA, 6 de fevereiro de 1883	132
ANEXO XIV: GAZETA DE PIRACICABA, 14 de janeiro de 1883	133
ANEXO XV: GAZETA DE PIRACICABA, 28 de janeiro 1883	134
ANEXO XVI: GAZETA DE PIRACICABA, 1 de junho 1884	136
ANEXO XVII: GAZETA DE PIRACICABA, 1 de maio de 1889	137
ANEXO XVIII: GAZETA DE PIRACICABA, 6 de fevereiro de 1883	138
ANEXO XIX: GAZETA DE PIRACICABA, 11 de dezembro de 1885	139
ANEXO XX: GAZETA DE PIRACICABA, 23 de maio 1883	140
ANEXO XXI: GAZETA DE PIRACICABA, 20 de fevereiro de 1883	141
ANEXO XXII: GAZETA DE PIRACICABA, 9 de janeiro de 1889	142
ANEXO XXIII: GAZETA DE PIRACICABA, 11 de novembro de 1882	143
ANEXO XXIV: GAZETA DE PIRACICABA, 3 de dezembro de 1885	144
ANEXO XXV: GAZETA de PIRACICABA, 13 junho de 1883	145

ANEXO XXVI: GAZETA de PIRACICABA, 10 de janeiro de 1892	139
ANEXO XXVII: GAZETA DE PIRACICABA, 27 de agosto 1882	140
ANEXO XXVIII: GAZETA DE PIRACICABA, 4 de março de 1883	141
ANEXO XXIX: GAZETA DE PIRACICABA, 13 de outubro de 1882	142
ANEXO XXX: GAZETA DE PIRACICABA, 11 de fevereiro de 1883	143
ANEXO XXXI: GAZETA DE PIRACICABA, 8 de fevereiro de 1883	145
ANEXO XXXII: GAZETA DE PIRACICABA, 8 de fevereiro de 1883	146
ANEXO XXXIII: GAZETA DE PIRACICABA, 14 de janeiro de 1883	147
ANEXO XXXIV: GAZETA DE PIRACICABA, 7 de abril de 1892	148
ANEXO XXXV: GAZETA DE PIRACICABA, 20 de março de 1892	149

INTRODUÇÃO

Como ponto de origem desta pesquisa, os estudos de especialização realizados no curso “História e cultura”, oferecido pela UNIMEP – Universidade Metodista de Piracicaba - devem ser apontados. Durante os anos de 2000 e 2001, foram realizadas leituras que procuravam dar sustento aos estudos historiográficos em torno da relação da história com a temática da memória, com a questão do patrimônio histórico, com o cinema ou com a arte. Desta forma, buscou-se estimular o desenvolvimento de abordagens teóricas sobre o significado do fenômeno cultural visto sob a ótica do tempo.

No ano de 2002, a convite do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, participou-se da organização de duas mostras do material fotográfico que faz parte do arquivo desse instituto. Desta maneira, integrou-se em projetos que objetivavam, entre outros, dar maior visibilidade ao seu acervo.

Com o ingresso no programa de Pós-Graduação em Educação da UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas -, em 2005, junto ao grupo de estudos e pesquisas HISTEDBR, “História, Sociedade e Educação no Brasil”, pode-se acumular subsídios para um estudo que fosse capaz de dar um encaminhamento à análise dos dilemas da cultura brasileira e da questão educacional no país.

Essa experiência foi fundamental para que se delineasse o tema “Sociedade Piracicabana do final do século XIX: classes dominantes, cultura e a mediação da educação”. Indagações iniciais, a saber: “Como a categoria cultura brasileira vem sendo trabalhada?”, e “Quais os problemas que vêm sendo postos na produção de uma história da cultura?”, deram origem a seguinte problemática: num contexto cultural como o vivido na cidade de Piracicaba no final do século XIX, qual foi o papel atribuído para a educação? E mais, como esse processo poderia ser captado no amplo quadro dos conflitos sociais?

No final do século XIX, a classe dominante piracicabana passou a instituir um rol de práticas que lhe conferia uma identidade, e que lhe valia na sustentação ideológica de seu

projeto de hegemonia. Ocorre que é possível identificar através de jornais da época, a educação como instância em que este processo encontra sua realização.

A cultura em torno da idéia da escolarização serviu de alavanca aos grupos dominantes. Foram os filhos de políticos, de profissionais liberais como advogados e de negociantes que tiveram a oportunidade de estudar, e que se profissionalizaram nas carreiras que ganharam um caráter de classe muito em função do que elas simbolizaram para a sociedade da época.

Rosa Fátima de Souza afirma que as representações que se tinha da educação no Brasil do final do século XIX, tais como elemento de regeneração da nação, instrumento de moralização e de civilização do povo, fazem parte de uma concepção de educação de lastro liberal que impregnou o pensamento político da época.

No projeto liberal dos republicanos paulistas, a educação tornou-se uma estratégia de luta, um campo de ação política, um instrumento de interpretação da sociedade brasileira e o enunciado de um projeto social (Souza, 1998, p. 26).

O projeto civilizador da educação popular foi ressaltado como uma necessidade política e social. A alfabetização se tornou uma exigência para a participação política, e a difusão da instrução primária assumia uma posição estratégica indispensável para a consolidação das novas classes urbanas. Assim, a educação popular passa a ser considerada “um elemento propulsor, um instrumento importante no projeto prometéico de civilização da nação brasileira” (Souza, 1998, p. 27).

Tais representações constituíram o alicerce ideológico sobre o qual se afirmaram e se desenvolveram as políticas públicas da educação, e explicam, como aponta Souza, o sentido da política educacional difundida na época. Nesse contexto, a escola pública surgiu para difundir os valores liberais.

Impressionados pelas reformas na educação dos países europeus e dos Estados Unidos, que contavam com a universalização do ensino primário como um processo consolidado, muitos republicanos paulistas atuavam em favor de renovar o ensino no Brasil. Mas a criação de escolas populares veio a representar um meio de propagar os ideais liberais da elite urbana brasileira, fato

comprovado pelo conjunto de ações concentradas na instalação de escolas particulares, voltadas a atender a demanda da formação dos quadros dirigentes, como é o caso de Prudente Moraes, durante o processo de criação da escola metodista em Piracicaba.

Outro aspecto que esta autora aponta como relevante no processo de instalação da escola pública graduada no Brasil é o fato dessa escola ser especialmente urbana, porque deveria atender às necessidades de escolarização em massa (Souza, 1998, p. 90).

A difusão da escola pública nos centros urbanos decorre de que os agentes do liberalismo deram destaque à educação, e o grupo escolar era o seu representante no que concerne à política de valorização da escola pública. Nas cidades, a arquitetura e a organização, associadas à crença no progresso e na ciência deram à ação política dos republicanos a visibilidade e a propaganda de que necessitava a instituição do novo regime. “Não podendo universalizar o ensino primário, optou-se por privilegiar as escolas urbanas com maior visibilidade política e social” (Souza, 1998, p. 91).

As perguntas, então, que nortearam esta pesquisa foram: No contexto cultural da cidade de Piracicaba, na passagem do Regime Monárquico para o Regime Republicano, qual foi o papel atribuído à educação? No amplo quadro das tensas relações dialéticas das classes antagônicas, como esse processo pode ser captado e analisado?

Assim, foi relevante nesta pesquisa compreender como a educação de uma sociedade marcada pelo antagonismo entre as classes, veio a fazer parte de um projeto de elite. O desenvolvimento de uma concepção de educação proveniente dos quadros da elite se caracterizou como um fenômeno cultural com intensa repercussão local, cujo impulso teve origem nas transformações do contexto nacional, fase da transição de regime imperial para o regime republicano.

É com base nos pressupostos da concepção materialista dialética da história, que se buscou referenciar esta pesquisa, pautado por uma prática consciente, pois como Netto (1998, p. 57) afirma, “o conhecimento teórico é necessariamente conhecimento político”.

A leitura da cultura pela ótica do materialismo histórico e dialético permitiu verificar uma realidade que se configurava invertida, falseada. A ideologia dominante que permeou a cultura brasileira do final do século XIX é produto da forma como se estabeleceram as

relações de classes e representou no período estudado, uma tentativa constante de dissolver as reais contradições sociais e políticas.

A ideologia da nação, por sua vez, ajudou a definir o entendimento que se pôde ter da cultura brasileira no período estudado, e orientou quanto ao desenvolvimento de uma nascente cultura em torno das questões da educação.

Essa metodologia permitiu uma interpretação que ajuda a explicar como a questão educacional veiculada num jornal local de uma cidade do interior paulista, de fins do século XIX, foi influenciada por um processo cultural com traços de classe.

Tendo presente a problemática que se estabelece quando a cultura é compreendida sob o prisma de que está estreitamente articulada com o movimento histórico da sociedade, e, por essa razão, articula-se com a educação, realizou-se o levantamento do material bibliográfico a respeito da cultura da sociedade piracicabana, sua formação, seus costumes e suas práticas sociais no período de fins do século XIX, e que acabaram, num processo de mão dupla, por influenciar o processo educacional regional.

Paralelamente, procurou-se determinar o referencial teórico-metodológico que nos nortearia na análise do problema enunciado. Para tal, foram utilizadas as categorias analíticas da teoria marxista da história para abordar e analisar os fatos e acontecimentos produzidos no âmbito do conflito de classes sociais, e que davam o tom no campo da educação. Mais à frente, retomar-se-ão esses aspectos.

Foi preciso encontrar características sociais reveladoras de ideologia, e isso se tornou possível na medida em que o cotidiano que era retratado pela imprensa local, das práticas da vida particular e da vida pública dos personagens, contribuiu para cristalizar um significado histórico a uma série de acontecimentos que possuíam teor político e que perpassaram a questão educacional.

Para que este estudo fosse concretizado, foi relevante a contribuição do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba. Fundado em 1967, conta hoje com um importante acervo fotográfico, de jornais e de livros que retratam o passado piracicabano. Todo este material é expressivo no sentido de fomentar a pesquisa científica, e isso se configurou em

mais um motivo para a realização deste trabalho, principalmente no que concerne às fontes utilizadas para a investigação sobre a cultura e a educação da cidade.

Quanto às fontes da pesquisa, o jornal Gazeta de Piracicaba publicado no final do século XIX tornou-se a plataforma de apoio da investigação. O acesso, aproximado, às duas décadas de publicações do jornal, entre 1882 e 1900, tornou-se possível graças ao projeto de digitalização implementado através da parceria entre o IHGP e a Unimep de Piracicaba. A análise deste material permitiu sustentar que houve por parte dos agentes sociais da época, a concepção de uma linguagem própria de tratamento e referência à elite piracicabana, o que contribuía para o estabelecimento da ideologia das classes dominantes.

No capítulo I - “Questões teórico-metodológicas e fontes” - é proposto aprofundar o estudo em torno da relação cultura e educação, especificamente na área de concentração de história da educação. São apresentados autores como Thompson, Williams e Lombardi que ajudam a entender melhor o conceito de cultura, fundamental para esta análise da história da educação.

Mas como relacionar cultura e educação? Motivado por esta questão, considerou-se que seria importante apresentar, ainda que de maneira sucinta, as bases teóricas da concepção materialista dialética da história, bem como as suas categorias analíticas utilizadas para o fim desta investigação.

No capítulo II - “Contexto e transformação da sociedade piracicabana” - procurou-se resgatar, através de autores que já haviam estudado como se configuraram as relações sociais em Piracicaba no século XIX, principalmente a partir da década de 1880, na passagem da monarquia para a república, o comportamento das elites diante do contexto da modernização pretendida pelas mesmas, e o teor de capitalismo monopolista que se difunde pelo mundo no período, visto da ótica das transformações da cultura local.

Buscou-se, então, mostrar que esse movimento local teve uma dialética relação com o contexto nacional e internacional do desenvolvimento do capitalismo, uma vez que a análise desse processo expõe suas mazelas e contradições históricas.

No capítulo III - Em “O projeto de educação nacional” - pôde-se entender como as elites atuavam para alcançar projeção. Os jornais da época, como já dito, davam um tratamento diferenciado às classes dominantes, com uma linguagem própria e com características ideológicas. A partir da análise das publicações da imprensa da época passou-se a estudar como se configurou a cultura da sociedade piracicabana, sua formação e suas práticas que acabaram por influenciar o processo educacional regional.

O estudo da mediação da educação no bojo de uma cultura marcada pelo antagonismo entre as classes fez entender como a elite piracicabana se projetava, em termos simbólicos através da profissionalização. A ideologia que dá base à idéia de cultura nacional vê-se materializada no âmbito da criação de uma escola de elite, utilizada muitas vezes com a finalidade da diferenciação entre as classes.

O capítulo inclui a idéia que os cronistas da época tinham do homem letrado, que ao alvejar críticas à elite realizavam um “exercício intelectual como atitude política”, que ajuda a desmontar a idéia do “distinto cavalheiro” (SEVCENKO, 1999, p. 78).

O cronista, sujeito habilitado para o trabalho intelectual, encontra-se numa contraditória situação de crítico e suscetível de ser criticado, porque fazia parte da mesma classe a qual tentava atingir, a da elite letrada.

A dissertação conta em sua finalização, com um anexo que apresenta o material referente aos recortes de jornais utilizados como referências da imprensa local. São recortes da “Gazeta de Piracicaba” que permanecem no acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, na forma física e, mais recentemente, na forma digitalizada.

CAPÍTULO I: QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS E FONTES

1 - DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA.

Nos anos da década de 1970, quando a história das mentalidades constituía um importante eixo da produção historiográfica, inicia-se um movimento de renovação na historiografia, resultando no que hoje conhecemos por história cultural. Este campo da história trata hoje de temas relacionados com o papel das classes sociais e o conflito decorrente de suas relações, “característica que sem dúvida a distingue da história das mentalidades, pelo menos daquelas versões limitadas a descrever a vida cotidiana ou a apregoar que a mentalidade é algo comum ao conjunto da sociedade, não importando o lugar ocupado por indivíduos ou grupos na estratificação social (César e o soldado romano, São Luis e o camponês etc.)” (VAINFAS, 1997, p. 149).

Décio Gatti Júnior e Eurize Pessanha (2005) apontaram a nova história cultural como uma das frentes que vem interessando muitos pesquisadores da história da educação. Deste ponto de partida, afirmam os autores, a cultura escolar como temática de pesquisa pode ser entendida como a cultura que se estabelece num conjunto de estabelecimentos escolares ou numa determinada área territorial (a cidade, por exemplo).

Neste sentido, é compreensível que se criem relações entre escolarização e o desenvolvimento da cidade:

(...) a cultura escolar, disseminada em uma cidade em processo de urbanização e modernização, discursiva e física, tem a função de deixar patente a superioridade do progresso e da ação humana sobre a natureza (GATTI JR.; PESSANHA, 2005, p. 84).

Num estudo sobre a história urbana, Raminelli (1997, p. 197), através da interpretação de Walter Benjamin sobre a cidade de Paris (França), assegura que a cidade cria condições para a mercantilização da força-de-trabalho, para a perda de sensibilidade dos habitantes da metrópole, para a banalização da experiência humana, enfim, para a instalação de um violento destruir e reconstruir comandado pelo capitalismo.

Mas apesar disso, a cidade também procura exibir “invenções e novidades próprias da sociedade capitalista nascente” (RAMINELLI, 1997, p. 197). Para a autora, Benjamin pensa a Paris moderna como uma vitrine de exibições das novidades exigidas pela burguesia ascendente. Cria, desta forma, uma maneira de entender a cidade a partir do que ela representa nos detalhes do cotidiano: o próprio mundo à sua volta.

Para Buffa & Nosella (2002) há uma complexa relação entre o mundo e a educação, e não se deve deixar de considerar suas especificidades e sua autonomia. Analisando a trajetória cultural da antiga Escola Normal de São Carlos, os autores afirmam que esta instituição era prestigiada pelo “rigor nos estudos da cultura geral necessária à formação e à distinção dos dirigentes da sociedade tradicional” (BUFFA & NOSELLA, 2002, p. 16). Partindo do pressuposto de que a educação expressa as classes sociais ideologicamente, os autores foram levados à interpretação de que a distinção tornou-se, nesse contexto, um princípio educativo sustentado pelas elites locais.

Em sua obra *A Universidade Temporã*, Luiz Antônio Cunha (1986) fornece bons exemplos sobre como o ensino superior no Brasil, historicamente se tornou lugar-comum para as classes dominantes moldarem sua ideologia. A respeito do ensino superior durante o período colonial, este autor aponta que nos colégios jesuítas, os cursos elementares de primeiras letras e de humanidades (em cujo currículo constava o ensino de gramática, retórica e humanidades) estavam voltados para os denominados “externos”, ou seja, alunos que não pertenciam à Companhia de Jesus. Sem a intenção de postular uma carreira eclesiástica, esses alunos também podiam se matricular no curso de artes para posteriormente completar seus estudos na Universidade de Coimbra, cursando medicina ou direito. Mas o que Cunha deixa claro, é o fato de que os pais ambicionavam formar e “ilustrar” seus filhos (CUNHA, 1986, p. 29).

O Marquês de Pombal expulsou os jesuítas da Colônia e inaugurou um novo momento no campo da educação. O que se presencia a partir desta fase é a escalada de um programa cultural influenciado pelo Iluminismo, atendendo aos interesses dos grupos dominantes. O novo método de ensino de português e de latim, por exemplo, contribuía para a formação de uma força de trabalho qualificada a desenvolver serviços burocráticos (canonistas, advogados, médicos e teólogos). Assim, emerge um ensino administrado por padres, responsáveis por formar a elite “indispensável ao progresso financeiro das empresas e dos grupos que a política monopolista do novo governo planejava e organizara ao pretender incentivar o acúmulo de riquezas individuais” (CUNHA, 1986, p. 51).

No início do século XIX, com a transferência do poder real para o Brasil em 1808, a Academia Militar e a Academia da Marinha foram destinadas para além das próprias atividades bélicas, a criar cursos que garantissem ao Estado e ao capital a formação de burocratas. Cursos superiores como desenho, história e música foram criados para desenvolverem “bens simbólicos” para consumo das classes dominantes. Trata-se na verdade, de renovar a orientação ideológica que “legitimava as relações de dominação mantidas e dissimuladas pelo aparato jurídico” (CUNHA, 1986, p. 68).

Com a categoria “formação social”, Thompson (1981) desenvolve um tipo de análise em que a “experiência humana” corrobora a compreensão das determinações históricas do fenômeno social, na medida em que constitui uma resposta a uma série de acontecimentos inter-relacionados. Como resultado ontológico de sua teoria, homens e mulheres atuam na história como:

(...) pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua consciência e sua cultura (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, “relativamente autônomas”) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada (THOMPSON, 1981, p. 182).

É possível pensar a relação entre cultura e história da educação, como parte de uma interpretação que não estabeleça vínculos com a realidade material? A resposta a esta pergunta é: não é possível compreender tal relação, sem passar por uma análise do desenvolvimento material ao qual corresponde a nossa sociedade.

Em Marxismo e Literatura, Raymond Williams (1979) busca entender conceitos como cultura, língua, literatura, ideologia, entre outros, como conceitos cujo processo histórico a que correspondem, é capaz de lhes conferir um sentido próprio. Sua proposta fundamentalmente consiste em colocar a cultura como algo em intensa articulação com o movimento histórico da sociedade.

O conceito de cultura dentro da teoria deste estudioso é relevante para este trabalho. Williams chama de pensamento cultural idealista, a teoria da história que tem sido sustentada através da dissociação entre cultura e vida social material:

(...) as possibilidades totais do conceito de cultura como um processo social constitutivo, que cria “modos de vida” específicos e diferentes, que poderiam ter sido aprofundados de forma notável pela ênfase no processo social material, foram por longo tempo irrealizadas, e com frequência substituídas na prática por um universalismo abstrato unilinear. Ao mesmo tempo, a significação do conceito alternativo de cultura, definindo a “vida intelectual” e “as artes”, foi comprometido pela evidente redução a uma condição de “superestrutura”, cabendo o seu desenvolvimento àqueles que, no processo mesmo de sua idealização, romperam as ligações necessárias com a sociedade e a história, e nas áreas da psicologia, arte e crença, desenvolveram um forte senso alternativo do próprio processo constitutivo humano (WILLIAMS, 1979, p. 25).

Se tomarmos o conceito de ideologia para apoiarmos nossa análise do fenômeno cultural, seria indispensável entendê-lo através de Williams. Para este cientista, numa análise sociológica, é comum trabalhar o conceito de ideologia a partir da relação que se estabelece entre as classes sociais e as crenças formais e conscientes que ela expressa.

Esse é o modo principal pelo qual a produção cultural pode ser relacionada, freqüentemente com muita precisão, com classes sociais ou outros grupos que podem, também, definir-se em outros termos sociais, mediante análise política, econômica ou ocupacional (WILLIAMS, 2000, p. 26).

Mas, Williams acredita que a análise cultural não pode ser limitada pelo nível das crenças formais e conscientes que expressam uma ideologia. É preciso ampliar nossa visada de observação, e lançar um olhar também sobre a área de “sentimentos, atitudes e pressupostos que comumente marcam, de maneira muito característica, a cultura de determinada classe ou outro grupo” (WILLIAMS, 2000, p. 26).

Essa área mais ampla e menos palpável é importante também para revelar a cultura em mudança daquilo que, visto de outro modo (em termos econômicos, digamos), é uma classe que perdura e persiste. Em áreas como essa, descobrimos uma “coloração” global vívida e uma ampla área de prática social concreta, que são culturalmente e, pois, analiticamente indispensáveis (WILLIAMS, 2000, p. 26).

Lombardi (2006) discute o conceito de “cultura” e sua validade para o campo da história, mais especificamente para a história da educação:

Certamente o entendimento marxiano e engelsiano de cultura é que esta é indissociavelmente ligada à atividade material dos homens e, como as representações, as idéias, as normas, valores, etc., é produto da atividade vital dos homens, de suas relações com a natureza e com os outros homens (Lombardi, 2006, p. 197).

E prossegue sustentando que:

São as condições materiais de existência que determinam o que os homens dizem, imaginam e pensam. Nesse sentido, é a produção material de existência que explica as idéias, as representações, as normas e os valores, as teorias e a cultura de uma dada formação social – não o contrário (Lombardi, 2006, p. 197).

Assim, segundo essa interpretação da história o conjunto das forças produtivas da sociedade determina o seu estado social, ou seja, suas idéias e seus valores, enfim, sua cultura. Além das relações estabelecidas pelos homens, através de suas forças produtivas e suas relações de produção, segundo a interpretação de Lombardi, Marx e Engels teriam destacado que “o homem possui consciência”, mas não se trataria de uma consciência prévia, nem mesmo de uma “consciência pura”, mas da consciência como um produto social. A consciência enquanto produto social se materializa e se manifesta por meio da linguagem – “que é a consciência real, prática, que existe também para outros homens” (Lombardi, 2006, p. 198).

A consciência desenvolve-se desde o estabelecimento das relações sociais e das relações que o homem estabelece com a natureza, apresentando-se primeiramente como uma força estranha. Porém, a consciência é ameaçada e até superada pelo aumento da produtividade, e pela conseqüente divisão do trabalho. A própria divisão social do trabalho traz consigo a separação entre trabalho material e trabalho intelectual (Lombardi, 2006, p. 198).

Para o autor citado, é em “O capital” que Marx discute a problemática em torno do trabalho, de uma forma ampla e complexa. É através do trabalho que o homem atua sobre a natureza, modificando-a, mas também alterando a sua própria natureza.

É a cultura, em seu sentido amplo, que é teorizada por Marx na oposição estabelecida ao comparar o trabalho do “pior dos arquitetos”, que ao menos planeja suas próprias construções, ao trabalho da “melhor das abelhas” (Lombardi, 2006, p. 199).

Lombardi interpreta a obra de Marx e, admitindo que o autor não tenha usado o termo cultura, afirma que a compreensão que Marx teria dela, do ponto de vista teórico, consiste em realizá-la por intermédio do problema da consciência, conceito utilizado inicialmente para diferenciar os homens dos animais. O homem se diferencia dos demais animais porque é capaz de modificar a natureza, e obrigá-la a servir-lhe, “dominando-a através de seu trabalho” (Lombardi, 2006, p. 199).

Outro desdobramento da complexificação do trabalho, da separação entre trabalho manual e trabalho intelectual, é que, em lugar de buscar a explicação de sua existência e de seus pensamentos nas suas condições materiais de sobrevivência, os homens se acostumaram a explicar o rápido desenvolvimento da civilização pela cabeça dos homens, pelos seus pensamentos. Partindo da dominância do direito, da política e da religião, assim Engels explicou a emergência do idealismo e sua permanência ao longo do tempo (Lombardi, 2006, p. 200).

O autor defende em seu texto, (1) uma postura epistêmica, que assuma a realidade num foco totalizante; (2) que se priorize a relação do particular com o geral, do singular com o universal, “mesmo quando se trata de desvelar um objeto particular de investigação”; (3) e, que finalmente, no nível teórico, busque-se uma “articulação entre infra e superestrutura, com todas as necessárias determinações e mediações” (Lombardi, 2006, p. 200-201).

Em *Ideologia da Cultura Brasileira*, Mota (1994) analisa o papel do trabalho dos intelectuais brasileiros, que se propuseram a definir/apresentar a cultura do país em termos teóricos. O que o autor evidencia por detrás de determinadas proposições explicativas são as

correntes ideológicas, através das quais estudiosos como Gilberto Freyre, Fernando de Azevedo, Sérgio Buarque de Holanda, Antonio Candido, dentre outros, imprimem sentido ao conceito de cultura brasileira.

Este autor encaminha uma discussão que se nutre da análise de uma postura crítica sobre as visões com as quais se depara, aquelas que intentam dar sentido teórico à chamada cultura brasileira.

Mota alerta ainda para a necessidade de indagar sobre os dilemas enfrentados (e nem sempre resolvidos) pela intelectualidade, reconhecendo que estes são frutos de um processo cultural que tem no contexto social fortes limites, destacando que “cultura e política tornaram-se, mais do que nunca, componentes indissolúveis do mesmo processo: dizer que constituem níveis distintos de uma mesma realidade parece pouco mais que sonegar o essencial” (MOTA, 1994, p. 19). Neste sentido, trabalhou com a documentação, não se limitando a discussão de sua estrutura interna e/ou descontinuidades, mas redimensionando a noção de produção cultural, reinstaurando o conceito de processo ideológico.

Para considerar a educação como lugar de mediação do processo que concebe o projeto social das elites da cidade de Piracicaba, na transição do período imperial para o período republicano no Brasil, escolheu-se colocar o objeto em discussão a partir da matriz teórica da concepção materialista dialética da história. Não se trata, porém, de apoiar a análise dos problemas educacionais brasileiros numa interpretação cultural da história, como a que professa uma cultura dissociada de sua realidade material.

A crítica da ordem burguesa implementada pelo pioneirismo de Marx e Engels, no século XIX, criou uma possibilidade teórica de leitura da História. A concepção materialista dialética da história considera que há um diálogo viável entre Filosofia e História, a leitura marxista da História se propõe a lançar um olhar para os movimentos da sociedade, de um ponto de vista de um exercício crítico. Mas como Gramsci (1995) afirma, é somente por meio da sua relação com a prática social que a filosofia assume uma importância histórica:

É possível dizer que o valor histórico de uma filosofia pode ser calculado a partir da eficácia prática que ela conquistou (e prática deve ser entendida em um sentido lato). Se é verdade que toda filosofia é a expressão de uma sociedade, ela deveria reagir

sobre a sociedade, determinar certos efeitos positivos e negativos. A medida em que ela reage é justamente a medida de sua importância histórica, de não ser ela elucubração individual, mas fato histórico (GRAMSCI, 1995, p. 34).

Segundo José Paulo Neto (2000), é possível visualizar uma teoria da história no pensamento marxiano, a partir, principalmente, da década de 1840, nas obras Manuscritos Econômico-Filosóficos, Miséria da Filosofia, Teses sobre Feuerbach e, em parceria com Engels, A ideologia Alemã e Manifesto Comunista.

Neto afirma que podemos identificar no texto dos Manuscritos Econômico-Filosóficos os “nódulos mais elementares” dessa teoria, que por sua vez, continuam a ser desenvolvidos nas obras que se seguem nesse período (NETO, 2000, p. 53). Entre os pontos centrais desenvolvidos nesta obra, Marx estrutura um discurso de enfrentamento da filosofia crítica de Hegel. Utilizando-se da argumentação de Feuerbach, que busca explicar a essência da dialética de Hegel, Marx coloca que esta última corresponde apenas à esfera da abstração humana, pois o raciocínio de negação da negação do objeto só pode levar à auto-afirmação do mesmo, fato que não conduz ao processo histórico real ao qual todo indivíduo está submetido:

(...) ao conceber a negação da negação, segundo a relação positiva que lhe é inerente, como verdadeiro e único positivo, e segundo a relação negativa, que nela reside, como único verdadeiro ato e como o ato autoconformativo de todo ser, Hegel descobriu apenas a expressão abstrata, lógica, especulativa do processo histórico, que não é ainda a história real do homem enquanto sujeito pressuposto, mas só a história do ato de criação da gênese do homem (MARX, 2002, p. 174).

Assim, em Hegel, o mundo exterior e físico definido pelo senso-comum como realismo, encerra-se numa representação teórica idealista da verdade. A dialética de Hegel possui como característica o auto-movimento das idéias, uma discussão permanente dos opostos. Na elaboração de sua crítica à dialética de Hegel, Marx ataca a lógica que leva o pensamento a um processo de autonomia em relação ao plano material da vida. Como nos indica Sanfelice, através de uma leitura do posfácio da segunda edição de O Capital, Marx

entende o ideal como algo que é produto da tradução que o cérebro faz dos condicionantes materiais sobre o qual a vida se estrutura (SANFELICE, 2005, p. 73).

Segundo a perspectiva marxiana o equívoco da teoria idealista de Hegel é dissociar teoria da prática. Mantendo o eixo de uma crítica da filosofia do direito de Hegel, na obra dos manuscritos, Marx realiza um questionamento crítico das relações entre o Estado Alemão e a sociedade civil. É claro o posicionamento contrário do autor para com a política alemã. Esta era uma sociedade dominada pela aristocracia rural, em processo de transição do feudalismo para o capitalismo industrial. E para Marx, a dialética hegeliana não era suficiente para atingir os fundamentos dessa sociedade, e menos para propor-lhe uma mudança.

Em A questão Judaica, Marx introduz a prática política como uma necessidade para a superação das relações de poder estabelecida pelos burgueses, utilizando como objeto de estudo a luta pela emancipação política por parte dos judeus, que é contestada na medida em que tal luta expressa a separação entre a esfera social e a esfera política dos indivíduos.¹

Nesse período, a Revolução Industrial transformava as relações de trabalho em toda a Europa, aprofundando as desigualdades sociais. Entretanto, segundo o ponto de vista proposto por Marx, a filosofia de Hegel contribuía apenas para a construção de uma filosofia pura, e que não levava a uma aproximação da situação real do que se queria analisar: a sociedade capitalista dominada pela ideologia burguesa, e a possibilidade de sua superação.

Como nos explica Cury (1995, p. 13), para a elaboração de uma teoria crítica da educação, é preciso operar esta última no conjunto de uma totalidade, em que pesem as determinações históricas do modo de produção capitalista. O fenômeno da educação é

¹ Marx, Karl, “Manuscritos Econômico-Filosóficos”, 2002, p.14: “ *No que diz respeito aos judeus, o Estado cristão pode apenas atuar seguindo suas próprias leis, isto é, de forma a conceder sempre privilégios, porque permite o isolamento dos judeus em relação aos restantes súditos, deixando-os, porém, passar pelas pressões das outras esferas segregadas. E tão mais severamente à medida que o judeu se encontra em oposição religiosa à religião dominante. Ao judeu também só é possível tomar uma postura, isto é, de estrangeiro em relação ao Estado, já que contrapõe a sua nacionalidade utópica à nacionalidade concreta, a sua lei ilusória à lei real. Considera como direito próprio separar-se da humanidade; por uma questão de princípios, não toma parte do movimento histórico e aguarda um futuro que nada tem em comum com o futuro geral da humanidade. Considera-se como membro do povo judaico e olha o povo judaico como povo eleito*”

compreendido aqui como sendo determinado por relações sociais de natureza contraditória, qual seja, a luta de classes.

Ao tratar da educação como a mediação possível da realidade histórica onde se localiza o projeto de hegemonia das elites de Piracicaba, lança-se mão de um conjunto de categorias teóricas. Sobre as categorias marxistas escolhidas para orientar a interpretação da evolução da questão da educação no seu dialético contexto, é prudente apontar:

As categorias não são formas puras que dão conta de toda e qualquer realidade para todo o sempre. Elas são relativas, ao mesmo tempo, ao real e ao pensamento, ou seja, a todo o movimento no real e no pensamento. Daí o fato de tanto pertencerem ao campo do conhecimento, quanto indicarem aspectos objetivos do fenômeno. (...) Consideradas isoladamente, tornam-se abstratas (CURY, 1995, p. 22).

Contradição, totalidade, mediação, entre outras, constituem categorias de análise cuja essência dialética se desenvolve na medida em que uma deve estar implicada na outra.

No capitalismo, o projeto da ideologia dominante trata de subjugar as formas de consciência dos trabalhadores, de tal forma que se alcança uma determinada identidade ao nível da superestrutura. É por esta trajetória que a consolidação do poder das elites se dá ao se difundir uma concepção de educação que esteja conivente com seu plano de viabilizar a acumulação. A compreensão dialética da relação estrutura e superestrutura é fundamental para a superação do conceito de causa. Em seu lugar, o conceito de mediação impõe uma necessária relação pautada na reciprocidade entre estrutura e superestrutura (CURY, 1995, p. 63).

Então, é com a utilização das categorias marxistas acima anunciadas que se pretende abordar o objeto deste estudo. A síntese de história da educação que se busca aqui corresponde à reconstrução das relações sociais e culturais que configuraram a educação no tempo e no espaço delimitados, mediante ferramentas conceituais.

2 – FONTES DE PESQUISA.

Quanto às fontes que serviram de base de dados para a abordagem do objeto, é necessário lembrar que, como Saviani apontou, “não se trata de considerar as fontes como origem do fenômeno histórico considerado”. Elas constituem “o ponto de apoio da construção historiográfica que é a reconstrução, no plano do conhecimento, do objeto histórico estudado” (SAVIANI, 2004, p. 5).

Como principal fonte utilizada neste trabalho, apresentamos um jornal que circulou por muitos anos na cidade, desde 1882, a Gazeta de Piracicaba. Este diário está arquivado no Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba e, para sua preservação, encontra-se atualmente em processo de digitalização.

O estudo da imprensa como fonte de pesquisa tem permitido amplas abordagens com relação à educação, “pois sua peculiaridade é revelar o movimento da história em sua dinâmica cotidiana, tal como visto por aqueles que decidem o que noticiar” (ARAÚJO e FILHO, 2005, p. 177). Como fonte de pesquisa, faz-se necessário indicar que:

(...) um órgão de imprensa é veiculador de um ângulo de análise, porém não de somenos importância para nos propiciar o movimento da história, seja ela local, regional ou nacional. Evidentemente, tal fonte não é estritamente histórico-educacional, porém amiúde sua problematização incide particularmente sobre o campo da escolarização, (...) ou mesmo como reprodutora das relações sociais (ARAÚJO e FILHO, 2005, p. 177).

Lucena (2005) explica que o conteúdo ideológico implícito nos discursos que estruturam os artigos publicados nos jornais, está repleto de implicações e sutilezas. Isso ocorre porque os artigos constituem uma manifestação das relações sociais, e neste sentido não podem ser entendidos de forma neutra.

Este autor afirma que a linguagem do discurso é “interação e um modo de produção social” e, portanto, uma vez que também não é neutra, possibilita verificar através dela manifestações das mais diferentes concepções de mundo. “É através da mesma que o conflito se materializa, não podendo ser compreendida como algo separado da sociedade” (LUCENA, 2005, p. 6).

A linguagem do jornal em seu papel de mediar a luta de classes torna-se importante para uma interpretação do fenômeno social. Em Marx, a linguagem é um dos elementos constitutivos da vida em sociedade e é através dela que se confirmam e se realizam os fatos e os acontecimentos que nos ajudam a escrever a história. Para Marx, a linguagem é

(...) a consciência real, prática, que existe também para os outros homens e que, assim existe igualmente para mim; e a linguagem surge como a consciência da incompletude, da necessidade de intercâmbios com os outros homens. Onde existe uma relação, ela existe para mim. (...) A consciência, conseqüentemente, desde o início é um produto social, e o continuará sendo enquanto existirem homens (MARX & ENGELS, 2004, p. 56).

Temos, então, que no sentido proposto por Marx e Engels, a linguagem é produto das relações sociais do trabalho. Na obra *A Ideologia Alemã* estes autores propõem que a classe dominante, em seu movimento de sobrepôr os seus interesses sobre os interesses dos demais componentes da sociedade “(...) se coloca no lugar da outra que dominou antes dela, é obrigada, apenas para realizar o seu propósito, a apresentar o seu interesse como comunitário de todos os membros da sociedade, ou seja, na expressão ideal: a dar às suas idéias a forma de universalidade, a apresentá-las como as únicas nacionais e universalmente válidas” (MARX & ENGELS, 2004, p. 80).

A teoria marxiana apresenta o conceito de “idéias dominantes”, e defende que para o conjunto de uma sociedade, numa determinada época, elas correspondem às idéias da classe dominante. A classe que tem a propriedade dos meios de produção material atua de modo a fazer “com que sejam a ela submetidas, ao mesmo tempo, as idéias daqueles que não possuem os meios de produção espiritual” (MARX & ENGELS, 2004, p. 78).

Neste contexto, o processo no qual os membros da classe dominante produzem idéias que são assumidas como idéias do coletivo, e que não permitem uma compreensão do real, tampouco das verdadeiras forças que o concebem, é definido por Marx e Engels como ideologia, ou seja, a “falsa consciência”.

Capelato defende que a objetividade que se difunde como traço característico da imprensa, constitui um mito:

A objetividade dos fatos configura-se, em última instância, como técnica de manipulação do leitor. Ela não se faz apenas pelo conteúdo, ou seja, pela transmissão de valores a serem identificados como universais ou universalizáveis. Dá-se, também, de maneira invisível – o fato exposto não evidencia os critérios de seleção e ordenação. Na sua leitura, produz-se uma transparência de linguagem que esconde a opacidade da prática de produção do jornal e do público (CAPELATO, 2003, p. 141-142).

Ao nos propor uma interpretação do papel da imprensa na sociedade, a autora aponta a relação de verdade e ilusão presente nas entrelinhas de um jornal. A imprensa tornou-se porta-voz do ideal iluminista de que a verdade seria capaz de eliminar o erro e a mentira, assumindo a tarefa de “transmitir ao público não só informações, mas também idéias verdadeiras” (CAPELATO, 2003, p. 145).

(...) A caracterização do jornal como espelho, reflexo ou vista da sociedade, do país ou da nação faz com que ele assuma a aparência de uma coisa “verdadeira”: a imprensa espelha o real, ou seja, a verdade. A sociedade, o país ou a nação configuram-se como objetos exteriores refletidos (diretamente) na consciência do jornalista – esse sujeito conscientemente expressa, no jornal, a realidade de modo fiel. Nessa forma de representação, as relações sociais que engendram a produção do jornal desaparecem. O social, fragmentado, dividido e marcado pelo conflito, pelos interesses contraditórios, oculta-se na aparência de um todo uniforme e indiviso. A representação do mundo apresentada pela imprensa a seus leitores é marcada pela ilusão da harmonia. Essa ilusão não significa erro ou mentira: ela é real e ilusório é seu modo de aparecer. A ideologia veiculada pelos jornais tem seu lado de verdade; a verdade da imprensa é seletiva, particular, produzida por muitos e sempre de acordo com interesses inseridos na lógica dessa empresa que é uma instituição pública e privada e, como tal, produz uma mercadoria comercial e política (CAPELATO, 2003, p. 147).

A notícia, então, no contexto da imprensa brasileira de fins do século XIX, já pode ser interpretada como mercadoria, pois na ausência do “pluripartidarismo”, o poder da imprensa brasileira chega a monopolizar o espaço da comunicação de idéias, chegando mesmo a influenciar os movimentos políticos (CAPELATO, 2003, p. 148).

A chegada da família imperial ao Brasil, em 1808, criou condições para fazer florescer uma nova sociedade. A transferência da Corte Portuguesa para a América, em 1808, representou o início de significativas transformações nos campos administrativo, econômico e cultural, atreladas a uma série de medidas régias como a abertura dos portos, e o incremento no desenvolvimento da capital, o Rio de Janeiro. O “Brasil vivenciou um momento raro em toda a história da colonização da América: entre 1808 e 1821, os súditos fluminenses conviveram cotidianamente com D. João VI e sua Corte, cenário em que se delineava a estruturação do governo português deste lado do Atlântico” (MEIRELES, 2006, p. 54).

Em maio de 1808, D. João VI fundou a primeira oficina tipográfica, a Impressão Régia. A introdução da imprensa no Brasil é antes um fato, que se define como uma atividade administrativa necessária para o estabelecimento da Coroa deste lado do Atlântico. A Impressão Régia tinha funções bem determinadas. Sua função era a de imprimir os papéis ministeriais e diplomáticos do real serviço, imprimir livros e fazer circular o primeiro jornal brasileiro, a Gazeta do Rio de Janeiro.

A pesquisa de Juliana Meireles demonstrou que a Gazeta do Rio de Janeiro esteve vinculada às movimentações políticas que permearam o Império Português no período joanino, como a elevação do Brasil a Reino Unido e a Revolução Pernambucana. A primeira Gazeta brasileira era semelhante à Gazeta de Lisboa, folha oficial portuguesa originada em 1715, e que, segundo Meireles seguia:

(...) a dimensão padrão dos jornais estrangeiros (19 X 13,5) com formato in-quarto e também publicava notícias vindas de periódicos europeus, que chegavam no cais do Porto, no Rio, via comunicação marítima. Geralmente, as informações eram de caráter

político e se centravam sempre no setor denominado por Teresa Maria Rolo Fachada Levy Cardoso, de “Setor Noticioso” (MEIRELES, 2006, p. 56).

Esse processo de comunicação foi marcado por uma rede de relações existentes entre as características do trabalho do redator e sua ligação com os interesses políticos da realeza portuguesa. Ainda devemos contar em nossa análise, que havia no período a atividade da censura, e a triagem das notícias consideradas de confiabilidade (MEIRELES, 2006, P. 58).

Na introdução de “História da Imprensa no Brasil”, Sodré propõe que, no que concerne à questão das etapas do desenvolvimento da imprensa no país, é preciso considerar este meio de comunicação em sua integração no “conjunto do desenvolvimento histórico do país” (SODRÉ, 1981, p. 7). O autor também discute que a transição da imprensa artesanal à imprensa industrial representa o próprio desenvolvimento do capitalismo e a ascensão da burguesia, mas alerta:

A nossa imprensa, no que tinha de específico, não mudou com a passagem do Império à Regência, ou do Império à República. Mudou muito, entretanto, quanto ao conteúdo, quanto ao papel desempenhado (SODRÉ, 1981, p. 7).

A agitação social da segunda metade do século XIX revelava o grave problema da desigualdade de oportunidades e de direitos entre as classes sociais brasileiras, e assiste-se ao vislumbrar das muitas discussões em torno de propostas que viessem a significar mudanças de interesse geral.

Questões e reformas refletiam-se na imprensa, naturalmente, e esta ampliava a sua influência, ganhava nova fisionomia, progredia tecnicamente, generalizava seus efeitos – espelhava o quadro que o país apresentava (SODRÉ, 1981, p.256).

Esse é o tempo da abertura da segunda fase destacada e fecunda da história da imprensa brasileira. A primeira tinha sido a da Regência. Segundo Sodré, a imprensa brasileira pouco a pouco vai superando a estagnação imperial. Será a vez dos jornais de cunho

liberal florescerem pelo país, como a “Gazeta de Notícias” em São Paulo. Outro exemplo dessa evolução é o caso do jornal fundado pelo Partido Republicano Paulista em 1872, o “Correio Paulistano”, que adotara a linha ideológica reformista.

Neste contexto, é possível incluir a “Gazeta de Piracicaba” na trajetória dos jornais liberais da época.

No Brasil de fim de século XIX, os jornais iam se tornando um influente meio de propaganda e de debate político. No ano de 1882, é fundado o jornal “Gazeta de Piracicaba” vindo este a se tornar num influente meio de comunicação para a sociedade da época. Acredito que a difusão de sua leitura pelos habitantes letrados desta cidade ajuda a criar um quadro de referências culturais que serão ricas para esta discussão, em torno do objeto, as práticas culturais nacionais que davam o tom à questão educacional.

Segundo Guerrini (1970, p. 89), a data do início das atividades do periódico “Gazeta de Piracicaba” é de 10 de junho de 1882. À época de sua fundação, Vitaliano Ferraz do Amaral ocupava o cargo de redator do jornal, e seus proprietários eram Assis & Ferraz.

GAZETA DE PIRACICABA

ORGÃO IMPARCIAL

REDATOR—VICTALIANO FERRAZ DO AMARAL

PUBLICA-SE AS TERÇAS, QUINTAS E SABBADOS, NÃO HAVENDO DIAS SANTIFICADOS

Assinatura

Piracicaba—Annos 12.000
Para fora—Annos 14.000

Liberdade de pensamento e responsabilidade do autor.
Reservamos as assinaturas, annuaes e publicações no escriptorio á rua dos Pescadores n. 35.

Anno 1.º, N.º de S. Paulo

Piracicaba, 6 de julho de 1882.

Brasil— N. 549

Memorandum

O AVOGADO Dr. A. J. Fernandes de Oliveira, para os mistos, de sua profissão, é sempre enco, lido em sua residência rua da Boa Morte n.º 24.

Antonio Eduardo d'Oliveira, mudou seu armazem de roupas e molhados, da Rua dos Pescadores para a do Comercio, o junto a sallarua do sr. Antonio Paulo Coelho.

O doutor Rocha Almeida tem o seu consultorio medico a rua do Comercio n.º 72.

O Cirurgião dentista Nicolau Nil é tem o seu gabinete no hotel pi acabano.

O Salliaclor João Nepomoceno de S. Paulo, tem o seu escriptorio no largo do theatro n.º 44.

Collaboração

«A CAIPIRINHA»

Todos os piracicabanos conhecem mais ou menos Capivary e sabem, que é uma bem pequena cidade, que nem de leve ousa sonhar com os futuros de grande centro populoso e industrial. Depois d'um ephemero impulso nos annos immediatos á inauguração da estrada de ferro, voltou ella a sua modesta categoria de antes. O engenho

central, que devia trazer um elemento de nova actividade, embryonico; e a cidade parece ao mundo exterior estar dormindo o somno dos justos, pois que nem um jornal possui para com viva voz assignalar a sua existencia, a sua tranquilla prosperidade e o seu progresso, tanto porém seguro.

Mas se parece, não é assim. Realisa-se aqui factos bem dignos de serem conhecidos multo além da acahada circumscripção do pequeno municipio; e ainda que não fosse outra coisa, já a união, boa ordem e zuparado gosto, que se patenteia nas nossas bonas cencorras, las festas, attenção bstante a usas, civilização e potencia servir de modelo para diversas outras localidades.

As festas de S. João e F. pirito Santo neste anno ganharam um interesse especial pelas suas representações theatraes, emprehendidas e levadas a feliz effeito por uma sociedade de amadores. No dia 1.º de Julho subiu a scena a comedia-treina «A Caipirinha», escripta pelo Dr. Cesario Motta Junior, o de que este jornal já deu uma breve noticia. E' este espectralculo o que nos fornece o assumpto para as presentes linhas, que não são um a reclamação a favor do autor da terra com algumas felicitações ao povo, seus contrinuos, mas sim o tributo devido ao merito por um successo, cujo alcance, parece-nos,

tus, não tinha limites... E que admiravel barba castanha!... Tinha uns dentes que pareciam perolas... Uns olhos pretos que brilhavam como duas estrelas... Os seus trajos de cencorria davam uma idea muito exacta das magnificencias mais fabulosas das Mil e uma noites! Pareceme que ainda o estou vendo como seu turbante de cencorria, e o seu alfargu cravejado de brilhantes!...

— Ah! Sra. baroneza, exclamou a camareira em tom complacente, como elle havia de ser deslumbrante!...

— Deslumbrante... é o termo proprio... Fluzianha, vai me buscar o meu adereço de sequina... Foi mimo que elle me fez... Quero hoje uzal-o em memoria de Mehmet-Ali!

— Oh! é um fustano de sequina preso aos seus ombros por agulhas d'ouro, e urlavam-se n s

é outro que não o puramente local e momentaneo.

O distincto escriptor, encetando a sua obra, resolveu trilhar uma vereda entre ufs annos da nova. Propoz-se exhibir-nos, concubinas pelos apezaveilados do drama, uma serie de scenas da vida roceira. O caboto brasileiro, já explorado brilhantemente pelo piazal d'um nosso esperancoso comprouvino, aquarilava até o presente a sua rehabilitação pela penna do escriptor; o Dr. Cesario Motta pagon esta divida de honra, ou pelo menos deu-lha quanto por conta, deixando livre a outros incumbirem-se do restante, seguindo o seu bello exemplo.

Mas, dirão muitos, a vida dos nossos caipiras não se presta para assumpto dramatico: é material, prosaica, sem graça e sem aroma. Os tentames feitos para arrastar ao palco o tipo de puncho, chinello e facão naufragaram todos, ou se obliaram algum successo foi por insignificancia demais com o ridiculo e o crasso realismo. Outrosim os autores que, mais bem intencionados, procuraram extrahir do capricismo um bouquet romantico, foram crear personagens mal disfarçados sob a capa rustica.

Entretanto todo o mundo concorda em louvar a poesia da floresta e do campo com seus habitantes; delecta-se a nosso mundo nas recordações da antiga Arcadia com seus classicos pastores e pastoras; todos cabellos magistralmente pintados de Sylvainia.

Enquanto durou esta operação, a velha dona exhalou uma meia dúzia de suspiros que exprimiam muita coisa.

Depois de ter suspirado bastante, a baroneza despiu o ponteador e vestiu o vestido cor de rosa, cujo colinho ouadamente aberto, descobria-lhe do que era preciso a lastima osteologia dos hombros e do peito.

A velha mirou-se d'alto a baixo no grande espelho da priche, com uma satisfação manifesta, e sorriu para a sua propria imagem, dizendo incofientemente:

— O que é verdade é que aos dezoito annos não era mais seductora!

Tenho visto muitas senhoras bonitas, murmurou Flora de maneira a ser ouvida, mas não tenho idea de ter encontrado um porte mais alroso do que o da Sra. Baroneza...

— Acredito, pergunta, acedito, respondeu Sylvainia.

hecemos e admiramos as bucolicas virgilianas, os idyllios de Gessner, e transpndonos para o nosso solo americano, os seagros das lreendas, dos costumes indigenas e da primeira vida colonial tão magistralmente reveladas por um Tenimore Cooper e um José d'Alencar.

Porque não formosmos então a actualidade da nossa vida roceira o seu assumpto também? Se entre muitas familias de roceiros materiaes e despidas de poesia houvesse apenas uma que se distinguisse por sentimentos elevados e dignos do esculdo do inspirado escriptor, por que permaneceria esta unica sultmersa no olvido, porque não seria ao palco reclamar em alta voz para a sua casta o quinhão daquella roizeza d'alma, que as classes cultas como que considerão exclusivo monopolio seu?

— Se até o misero escravo se blimou-se na famosa criação do «Pai Thomas»

Faz tambem ao nosso peiz, exhausta da alizada atmosphera dos salões ou infeccionado dos miasmas do moderno naturalismo, respirar um pouco do puro ar do campo no seio da natureza brasileira, que muitos conhecem ou querem conhecer em seus grandes traços, mas sem jamais se terem dado a trabalho de penetrar-lho nos mil pormenores, que na arte o linu burli e a photographia reproduzem, o no livro ou no palco samento o autor consciencioso, consequente e dotado de espirito de observação.

Depois aresentou... — Ora, estou quasi pronta, ta me agora as joias... — Quaes, Sra. Baroneza? — Primeiro que tudo a pulseira do cencor.

Flora sorriu involuntariamente e não se moveu.

— Então? não me oviste?

— Queira perisar, Sra. Baroneza, mas...

— Mas o que?

— A Sra. Baroneza esquece que tem no seu cofre de joias tres pulseiras de tres coronéis...

— Não me esqueci, não, estava dis-trahida... Que q'eros? estava pensando em Mehmet-Ali!

— Qual dos coronéis... quero dizer qual dos bractes, quer a Sra. Baroneza que eu lla traga?

Depois de um momento de hesitação, Sylvainia replicou: — Traz-me todos tr...

Estas qualidades o autor da «Caipirinha» as possui e deu dellas prova cabal. O enredo do drama é simples, occupando-se d'um caso, que talvez não raras vezes se dê na vida real. Uma jovem é tirada judicialmente da casa do seu velho e honrado avô para ir á cidade morar com a familia do seu tutor, a pretexto de receber alguma educação,

mas do facto para servir como criada; anula por cumulo exposta ao imminente perigo dum rapto tentado por um sujeito, parente e compadre da infancia della, mas hoje moço da fina sociedade e cunhado do tutor; salvo porém no supremo momento pela dedicacão e corajom d'um seu primo, o qual logo depois é preso pela policia por não poder apparentemente justificar a sua penetração n'uma casa alheia e residenciam d'um cidadão importante; a fuga da moça em lagos do homem, e finalmente, após diversas peripicias e obstaculos, o feliz concurso de todas as membros da familia sob o pulso magistral do tacto patriarcal do avô, o a união dos dois amantes, primo e prima.

Este singelo enredo é o fio que liga uma a outra uma serie de quadras vivas e interessantes situações da vida roceira, reproduzida com escripturiosa fidelidade. Evoluem-se as scenas engraçadas com as sentimetas, os dialogos perosos com as graves da maneira agradável de luzes e sombras dispostas com critério e effeito; não fal-

Era o escriptismo ou materia de raciocios? Aquelle trio de pulseiras militares acrescentou a baroneza, mais algumas joias, cuo o melhores em ravan cabell's do mais da uma cor e tinham gravatas nas chapas ou nas cordas d'olla a segred de divisa amarela escriptas n'uma multa d'um linguas.

— Lla-se por exemplo: Amor nel cor!...

Remember!...

Memory—meia—nicht!...

E mais uma infinidade de co-sas ni mais no exato aprado!

Em conclusão, o cofre das joias de Sylvainia de la Murg representava uma especie de cencorras de todas as grandes e pequenas potencias europeas.

Mis... honni soit qui mal y pense! Aquelles dices do tempo passado eram sem duvida a expressão de affectos e amanaes platonicos.

Continua

Folhetim

UMA PAIXÃO

XAVIER DE MONTÉPIN

II

RECORDAÇÃO DA BARONEZA.

(Continuação)

—Quantas vezes, presguio a Sra. de la Margelle com viva cidade, quantas vezes não me prometia Mehmet-Ali que faria mandar cortar a cabeça a todas as suas favoritas no mesmo dia em que chegasse a Constantinopla!

Cortar a cabeça! repetiu Flora.

Pois não!... Não imaginas a que ponto chegava a dedicacão d'aquelle querido amigo!

— E sabias elle cumprio a promessa, minha senhora?

— Não tenho razao para duvidar.

A sua sinceridade era como a

Optou-se por apresentar neste trabalho, a primeira página da edição do dia 6 de julho de 1882, pois, as primeiras edições que compõe parte do acervo do IHGP encontram-se num estado médio de conservação. Simões afirma existir uma tendência liberal no caso da imprensa piracicabana do século XIX, expressa na linha editorial do jornal “Gazeta de Piracicaba”, apesar de trazer expresso na primeira página por muito tempo a frase “Orgam Imparcial”. Segundo este autor, o jornal:

(...) mantinha relação de certo distanciamento da Igreja, e em alguns momentos defendia a separação entre fé e política, em suma, preconizando uma das teses republicanas, portanto, sendo fiel ao partido que lhe subsidiava (SIMÕES, 2005, p. 24).

Simões pesquisou os órgãos de imprensa em Piracicaba, e afirma que no período da transição do regime imperial para o regime republicano, as elites “tinham os jornais como aliados no jogo de relações de poder”, o que leva a crer que a imprensa em Piracicaba não se caracterizou pela “imparcialidade” enquanto um princípio da prática jornalística (SIMÕES, 2005, p. 25-26).

Podemos dizer que a imprensa ajuda a produzir um tipo de história não apenas porque relata acontecimentos cotidianos, mas principalmente porque auxilia na construção de fatos históricos. A imprensa acompanha e repercute os processos sociais e também por isto se influencia e utiliza a linguagem produzida por esses processos (SIMÕES, 2005, p.28).

Um aspecto verificado na análise do jornal “Gazeta de Piracicaba”, e que nos ajuda a identificar o seu caráter de parcialidade política, é que a partir da segunda metade da década de 1880, os dizeres “Orgam Imparcial” serão substituídos pelos dizeres “Orgam Republicano”. Esta informação nos permite novamente inferir que o jornal defendeu abertamente as idéias que fundamentavam os republicanos.

Quanto à periodicidade das edições, o jornal era publicado as terças, quintas e sábados. Um aspecto relevante para identificar seu caráter laico, tal como se referiam os republicanos no tocante a necessária laicização do Estado: o jornal declarava que, no que concerne a periodicidade estipulada para sua publicação, não havia “dias santificados”.

Seu formato de quatro páginas estava dividido nas seguintes sessões: editorial; notícias estrangeiras, nacionais e locais; avisos de interesse coletivo e do Estado, na maioria das vezes do âmbito da política municipal; anúncios e reclames do setor comercial, entre outros.

A imprensa da cidade cumpria o papel de Diário Oficial, com ênfase nas questões ligadas a administração local, como “processos de remoções, nomeações, exonerações e divulgação de concursos para professores das escolas públicas como notas constantes da imprensa da época” (SIMÕES, 2005, p. 27).

Simões (2005, p. 32) afirma que a gramática praticada pelo jornal teve forte influência da gramática portuguesa. Então, os únicos capacitados para realizar sua leitura eram membros do grupo dos letrados que protagonizavam interesses e conflitos nos centros urbanos.

Os letrados, por sua vez, eram um grupo em formação, cujos quadros tinham suas origens na pequena burguesia ascendente, mas também nos herdeiros do legado da cafeicultura, atuando em sua maioria como profissionais liberais nas cidades.

Ao tratar do papel dos meios de comunicação na formação da sociedade de Piracicaba, Simões aponta que, no processo que gesta a cultura de educação na cidade, a imprensa torna-se um dos mais importantes instrumentos de comunicação, facilitando a transmissão de idéias relativas às práticas ligadas ao desenvolvimento e à difusão do ensino. Com base na influência dos ideais republicanos, a “Gazeta de Piracicaba” nomeia para si própria um papel redentor:

O jornal moderno como alavanca poderosíssima do progresso social, tem uma missão muito nobre e muito difícil: é o guia mental das classes que se afadigam no trabalho do dia a dia (...). O povo não tem tempo para ler – o seu livro é o jornal (...) (GAZETA de PIRACICABA, 1 de janeiro de 1889).

A idéia do progresso aparece aqui atrelada ao domínio da leitura. Neste caso, o jornal atribui a si mesmo a “missão” da modernização da nação. Nota-se também que são às “classes que se afadigam no trabalho” que o redentor jornal se dirige, deixando subentendido que há uma divisão social.

Os fatos que contribuía para a institucionalização de um corpo de práticas que fossem passíveis de estabelecer traços de diferenciação social tiveram no meio jornalístico, um dos seus principais meios de difusão e de motivação, vindo a assumir um caráter político.

Como já foi apontado anteriormente, a “Gazeta de Piracicaba” teve uma tendência liberal e centrou foco sobre os personagens do partido republicano (SIMÕES, 2005, p. 71-72). Nos artigos a seguir, nota-se a forte presença do político Prudente de Moraes, que na carreira política chegaria à presidência do país no período republicano, tendo atuado inicialmente como vereador em Piracicaba. Prudente ganhou espaço na imprensa local de tendência liberal, desde antes de se tornar presidente.

Responsabilidade – O Dr. Adolpho Gordo, o advogado suspenso, multado e injuriado pelo juiz de direito de Capivari Dr. Antônio Francisco da Costa Ramos, deu procuração ao conselheiro Duarte de Azevedo para instaurar contra este processos pelos crimes de abuso de autoridade, e de injúrias.

Já na sessão do dia 3 da assembléia provincial, o Dr. Prudente de Moraes profligou severamente os abusos do mesmo juiz, cometidos em S. José dos Campos e em Capivari (GAZETA DE PIRACICABA, 7 de março de 1883). (Anexo I)

E em 21 de março de 1883, publicava-se:

Loterias - Foi rejeitado pela assembléia provincial um projeto de loteria monstro de três mil contos, destinada à Santa Casa do Misericórdia de S. Paulo, à instrução pública, à matrizes, etc.

Ao Sr. Dr. Prudente de Moraes, principalmente, é devida essa vitória da moral sobre o vício.

Já é uma pequena esperança de que aquela há de afinal prevalecer pela condenação absoluta das loterias, demonstrando que o trabalho é a única fonte lícita de rendimento (GAZETA DE PIRACICABA, 21 de março de 1883). (Anexo II)

A aristocracia rural passou aos poucos a ser alvo de críticas, e a preocupação por parte dos oposicionistas era criar um quadro negativo em torno dela, num processo de rejeição do passado colonial. A história brasileira dos séculos anteriores foi, assim, associada à imagem de um país rural, que era visto como atrasado, autoritário e indesejado. O espaço do editorial da “Gazeta de Piracicaba” é interessante neste sentido, porque além de arquitetar, no plano ideológico, apoio a determinados grupos, configura-se como espaço em que o conflito tem a sua arena armada na medida em que pontos de vista opostos são revelados.

No dia 13 de outubro de 1882, em artigo do editorial publicado com o nome de “As necessidades da lavoura”, elabora-se uma crítica contra a “grande classe agrícola”, publicado primeiramente no jornal campineiro “Opinião Liberal”, afirmando ser “absolutamente impossível a união dos fazendeiros para defender os seus direitos”.

A 7 de fevereiro de 1892, o jornal publicava um telegrama de cunho estritamente político, no qual Américo Brasiliense, que na época estava deixando o cargo de presidente da província de São Paulo, acusava o governo de Floriano Peixoto (1891 – 1894) de unir-se ao Barão de Lucena, em favor da ditadura instaurada desde a proclamação da república, e da perda da autonomia política em relação ao poder das oligarquias conservadoras (GAZETA DE PIRACICABA, 7 de fevereiro de 1892).

E prossegue o jornal, publicando na mesma edição um texto sugerindo que o Sr. Lucena cessasse de conspirar “contra o que está firmado pela lei e pela vontade da maioria do povo que enche o vastíssimo território da República dos Estados Unidos do Brasil” (Gazeta de Piracicaba, 7 de fevereiro de 1892).

Em 24 de março de 1892, o tema entra novamente na pauta de assuntos de interesse do jornal, apontando a oligarquia conservadora como a culpada por ter influenciado o governo de Floriano Peixoto, provocando uma “letal influência” ao afastar a “sinceridade republicana” do governo. O texto admite que a Revolução Francesa não teria se instaurado

de imediato no século XVIII, e que somente no final do século XIX finalmente teria se firmado um regime republicano, “e mesmo assim desta vez ainda teria ele sucumbido às maquinações monárquicas se não fora o apoio que encontrou no braço forte de Gambetta” (GAZETA DE PIRACICABA, 24 de março de 1892).

O artigo “Monumento do Ypiranga” de 29 de julho de 1882 acusa o governo da província por estar incentivando as loterias. O posicionamento defendido pelo jornal corresponde a ser contrário ao se empregar dinheiro nelas, e favorável a que o dinheiro viesse a ser empregado na abertura de escolas.

A “Província de S. Paulo”, de 27 do corrente, traz um importante editorial firmado por Rangel Pestana, relativamente à aplicação do produto do barato do grande jogo do governo – as loterias.

Pois trata-se de fazer uma avenida que custará de mil a mil e quinhentos contos e um custoso monumento comemorativo da nossa independência que custará outro tanto.

O colega entende, e como de fato já o tem sustentado fundando-se em sólidas bases que, esse dinheiro aplicado em um estabelecimento de instrução, dará muito melhores resultados.

Somos inimigos acérrimos das loterias, e só quem reside no interior de uma província, pode calcular o seu efeito pernicioso; entretanto, uma vez que o governo quer ser o principal sustentáculo do jogo neste país, onde as imoralidades partem sempre do alto, a comissão ao menos, deverá tomar em consideração, que a província inteira tem vexatoriamente contribuído para essa imoralidade, devendo portanto operar pelo estabelecimento de instrução, em que aproveitarão todos os contribuintes; o que não acontecerá com a avenida e o custoso monumento, que servirá para embelezar a capital, sem concorrer de forma alguma, para o engrandecimento e o bem estar da província (GAZETA DE PIRACICABA, 29 de julho de 1882). (Anexo III)

CAPÍTULO II: CONTEXTO E TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE PIRACICABANA.

1 - PIRACICABA DO SÉCULO XIX: AS CLASSES DOMINANTES

A estrutura econômica durante o reinado de Dom Pedro II é definida como sendo baseada no trinômio “latifúndio, trabalho escravo e monocultura” (Basbaum, 1986, p. 113). Entretanto, Basbaum refuta a idéia de se aplicar a mesma definição para o quadro da economia brasileira no final do século XIX, já que a considera insuficiente para essa finalidade.

O trabalho escravo é uma característica importante para interpretar esse período, mas ele não marca com exclusividade a composição social da paisagem que se encontra em transformação. No final do regime imperial também poderíamos encontrar na composição social brasileira o colono, o arrendatário, os agregados, entre outros, numa clara expressão de que a divisão social do trabalho começava a se aprofundar.

O latifúndio definia as relações sociais de produção, e o trabalhador não era detentor do produto de seu árduo trabalho. Mas, o fato de haver uma inversão mínima de capital na prática agrícola, indica que as formas capitalistas de produção estavam pouco desenvolvidas, nesse limiar que constitui a passagem do regime imperial para o regime republicano.

Enquanto na Europa as transformações pelas quais passava a sociedade, anunciavam ao mundo as profundas modificações que ocorreriam em função da Revolução Industrial, o Brasil conservava formas rudimentares e primitivas de produção (Basbaum, 1986, p. 114).

Outra característica essencial para o entendimento das relações sociais que se estabelecem como produto do latifúndio, reside no fato da economia possuir sua produção voltada para atender ao mercado externo. De modo geral, as relações sociais que eram definidas em função do modo de apropriação da terra, bem como da apropriação do trabalho

escravo levavam ao impedimento do desenvolvimento do mercado interno (Basbaum, 1986, p. 115).

Na história do Brasil, por longa data, a grande propriedade de terra barrou o desenvolvimento eficiente do trabalho livre, bem como da pequena propriedade. Com pouco mais de três séculos de colonização, entretanto, o Brasil viveu o que Basbaum define como decadência do ciclo do açúcar.

Quanto ao processo que levou o açúcar a ser aos poucos suplantado em seu poder de exportação, são apontados como fatores determinantes a descoberta do ouro no interior do país, a forte concorrência da cana produzida pelas colônias inglesas, o custo que assumiu a produção da cana-de-açúcar após a proibição do tráfico negreiro, a carência de estradas e o rudimentar processo de produção frente à introdução da máquina a vapor nos processos produtivos industriais. No mapa geográfico do poder brasileiro, em algum tempo, propõe Basbaum que a “supremacia econômica se deslocava do Norte para o Sul e passava das mãos dos senhores de engenho para as dos fazendeiros de café” (Basbaum, 1986, p. 120).

Com a fazenda de café, novos arranjos estavam para serem postos em prática. Formas peculiares de produção foram introduzidas então no contexto do país. O surgimento do colonato, os sítiantes, os meeiros e o arrendatário, entre outros, significou um novo tipo de produtor rural no Brasil, que contribuiu para a formação de pequenas propriedades.

As cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo eram as de maior concentração populacional do território nacional na fase final do período imperial. A população imigrante ainda representava uma fração mínima do conjunto nacional, mas a corrente imigratória aumentava exponencialmente, ao passo em que diminuía a força braçal escrava. Instalados em grande parte no Sul do país, alemães, poloneses, sírios, espanhóis e italianos traziam seus costumes e seus conhecimentos para o Brasil.

Para Basbaum, a sociedade brasileira no final do século XIX estava dividida nas seguintes classes: os latifundiários, a burguesia mercantil, os trabalhadores livres, a classe média, os escravos, os eclesiásticos e os militares (Basbaum, 1986, p. 138). As classes se distinguiram umas das outras pela riqueza e pela sua posição no conjunto da sociedade,

especialmente pela posição ocupada na relação social de produção, bem como pelas suas idéias correspondentes.

Para Basbaum, durante o Império, o Brasil era uma verdadeira fazenda administrada em comum acordo por um pequeno grupo de proprietários de terras (Basbaum, 1986, p. 139). O que dava identidade a esse grupo dominante que se estendeu pelo território, assumindo variantes regionais, era justamente o fato deles de serem os proprietários dos meios de produção, da terra, e também da força de trabalho.

Essa classe teria, no entanto, se configurado numa nova classe, pois não se enquadrava em nenhum padrão sócio-econômico conhecido. Surgia assim, uma classe que não se enquadrava no clássico sistema da economia européia, pois as condições objetivas não lhe permitiam se igualar à Europa.

O sistema econômico do século XIX constituía-se num misto de “formas semicapitalistas de produção”, num cenário de células econômicas pouco articuladas, com presença de braço livre apenas em centros urbanos (Basbaum, 1986, p. 140). Tal sistema mesclava empresa capitalista, trabalho escravo e economia agrária.

A aristocracia rural teria instituído para si “direitos de nobreza”. O senhor de engenho, primeiramente, e depois o fazendeiro produtor de café, ambos carregaram traços de uma “mentalidade do antepassado barão feudal europeu cujo domínio se exercia não apenas sobre a sua propriedade, a terra, mas sobre tudo o que se achava dentro dela – gado, escravos e seres humanos – e mesmo nas suas vizinhanças” (Basbaum, 1986, p. 140-141).

O poder da aristocracia, no entanto, reduziu-se ao longo dos anos, embora tenha legado às gerações posteriores, uma mentalidade prepotente, escravocrata. Muitos escravocratas do Império, com formação profissional adquirida graças ao contato e a experiência com a cultura européia, constituíram com o tempo a elite dirigente do país.

Nos centros urbanos, a burguesia mercantil havia afirmado seus negócios, vivia “isolada da política nacional, principalmente por ser constituída, na sua maioria, de estrangeiros” (Basbaum, 1986, p.147).

(...) era considerada com desprezo pela aristocracia rural, de quem eram geralmente financiadores e pacientes credores. Seus filhos, educados em Paris ou Coimbra, formavam-se em Direito ou Medicina, constituindo a inteligência nacional, a elite literária (Basbaum, 1986, p.147).

Entre as classes urbanas encontramos os intelectuais, profissionais liberais, escritores e jornalistas que constituíam a parcela alfabetizada da população. Os intelectuais encontravam-se empolgados pelas idéias liberais que chegavam da França. Democracia era uma palavra que começava a ser usada com abundância e embelezava os discursos dos políticos.

A luta pelo fim da escravidão no país confundia-se com a luta por uma República idealizada, e o positivismo, embora já fragilizado no velho mundo, começava a conquistar fiéis no Brasil.

Havia no período da monarquia dois partidos, o Conservador e o Liberal. Ambos congregavam em torno de si nomes importantes, ora provenientes dos quadros dos proprietários de terras, da riqueza e de escravos, ora aqueles que conheciam ciência e filosofia, tinham alguma inteligência e vocação política (Basbaum, 1986, p. 158).

Esses homens simbolizavam o seu partido, isto é, o Partido a que pertenciam, eram o seu escudo e o seu programa, que na prática raramente passava de um agrupamento de belas frases. E em torno desses homens, embora muito menos do que hoje, se agitavam as discussões e os problemas políticos (Basbaum, 1986, p.158).

Para Basbaum eram, entre outros, princípios defendidos pelos liberais: uma monarquia que fosse federativa; a extinção do Poder Moderador, além de eleição bienal dos deputados, senado eletivo e temporário; supressão do Conselho de Estado, e intendentes que representassem o poder municipal (Basbaum, 1986, p. 159-160).

Já o programa dos conservadores, num claro movimento que pretendia sustentar as privilegiadas posições sociais ocupadas, defendia: “a interpretação do Ato Adicional

restringindo as atribuições das Assembléias provinciais; rigorosa observância dos preceitos da Constituição; resistência à inovações políticas que não fossem maduramente estudadas; restabelecimento do Conselho de Estado, centralização política, toda a força à autoridade, e leis de compressão contra as aspirações anarquizadoras para que se restituísse e se restaurasse a paz, a ordem, o progresso pautado e refletido e a unidade do Império sob o regime representativo e monárquico, o que exclusivamente conseguiria fazer a nação prosperar e engrandecer-se” (Basbaum, 1986, p.160).

No entanto, no que diz respeito ao programa prático observado pelos movimentos da elite, ocorre que o programa liberal e o programa conservador não se desvencilhavam do plano teórico. Em ambos os casos, seus projetos não saíam do papel.

No ano de 1862 é fundada a Liga Progressista. Esta associação partidária, também chamada de Partido Liberal Progressista, foi concebida com elementos saídos dos dois Partidos tradicionais, “tendo como objetivo despertar o país, libertá-lo da estagnação” (Basbaum, 1986, p. 160).

Pouco tempo depois, em 1868, formava-se o Clube da Reforma, que mantinha o jornal “A Reforma”. Constituído por liberais progressistas e liberais históricos, pleiteava por reformas políticas para o país, cujo conteúdo pode-se verificar através da publicação do jornal “A Opinião Liberal”. Era por intermédio deste periódico que expressavam seus ideais de descentralização, extinção do poder moderador, sufrágio universal, e, entre outros, substituição do trabalho servil por trabalho livre.

No dia 3 de dezembro de 1870 foi lançado o Manifesto Republicano no jornal “A República”, do Rio de Janeiro, assinado por 57 autores, entre advogados, jornalistas, políticos. E em 1872 fundou-se o Partido Republicano Paulista, partido que iria tecer importante projeção na política nacional até 1930.

Naquela época começam a ser difundidos os Clubes Republicanos em várias cidades paulistas. O novo partido tinha origens em políticos que haviam saído do Partido Liberal, e logo se transformaria em “asilo de todos os descontentes” (Basbaum, 1986, p. 163).

De um lado havia os republicanos idealistas, ou românticos constituídos de elementos da inteligência indígena, jornalistas, advogados, professores, leitores de Comte e influenciados pelas idéias francesas ou americanas. De outro, os objetivistas ou realistas congregando os fazendeiros de café, desejosos de assumir o controle da nação que eles sustentavam e os chamados despeitados, os escravocratas, descontentes com as idéias abolicionistas do Imperador (Basbaum, 1986, p. 163).

Mas, o que incomoda Basbaum é o fato de que os problemas políticos continuavam sendo tarefa e privilégio de uma pequena parcela da classe que dirigia o país.

Do ponto de vista do pensamento filosófico, no fim do Império a literatura vive um momento de cisão com o Romantismo, ensaia o Naturalismo, o romance psicológico, mas está sempre atento à influência da cultura francesa, ao passo que é ainda ausente uma literatura nacional. “Nossos escritores são franceses escrevendo em português” (Basbaum, 1986, p.197).

A maçonaria era uma associação presente na realidade brasileira da época, e “criara novo alento com a Revolução Francesa de 1789 sem perder contudo o caráter de mistério em que se envolvia” (Basbaum, 1986, p.200).

A maçonaria era uma boa oportunidade para se reunirem secretamente os descontentes. (...) Ali se concentravam comerciantes que manifestavam suas opiniões sem temor, presos como todos se achavam por solene juramento. A maçonaria exercia assim o papel de um partido político da burguesia mercantil e como tal partilhou dos movimentos revolucionários em que se envolveu, embora nunca oficialmente, mas apenas por seus membros (Basbaum, 1986, p.200).

A maçonaria aspirava à política da burguesia mercantil, atuando ora em oposição à aristocracia rural, ora a partir desta última. Entretanto, seu papel nos últimos anos do Império foi reduzido, já que havia perdido uma boa parte de parcela de influência política.

Por outro lado, influência sensível para a propaganda das idéias republicanas, embora muito longe de ter sido decisiva, foi a exercida pelo positivismo (Basbaum, 1986, p. 202).²

No fim do Império ainda dominavam arcaicas concepções, que impregnavam os jovens de doutrinas reacionárias. O velho racionalismo europeu ainda era visto com desconfiança. Era com muita dificuldade que as novas idéias iam sendo introduzidas no país.

Sobre a queda do regime imperial, Basbaum aponta que o processo que gerou condições para a instalação de um novo regime político, teve início com a extinção do tráfico negreiro. Mais do que isso, a aprovação e execução dessa lei, denuncia o princípio da decadência da classe que dominava o país, e a decadência da classe representaria a decadência do Império.

O surgimento da cidade de Piracicaba em 1767, teria resultado da solicitação do governador-geral da capitania de São Paulo a Antônio Corrêa Barbosa, para que criasse uma povoação na altura do encontro do rio Piracicaba com o rio Tietê com a finalidade de cultivarem alimentos, que pudessem ser vendidos aos navegantes que faziam a rota do ouro em Cuiabá. Foi assim que em 1º de agosto deste ano, Antônio Corrêa Barbosa funda a Povoação de Piracicaba (Guerrini, 1970, p. 16-17).

Medrado (2000) aponta em sua dissertação de mestrado que há uma expressiva produção sobre a história de Piracicaba, marcada pelo binômio história/memória. A preocupação historiográfica desta pesquisa recai sobre estudos que demonstrem ter embasamento de fontes históricas, e por esta razão escolheu-se, através do estudo de Medrado, a autora Maria Celestina Teixeira Mendes Torres para nos informar sobre o problema da ocupação e povoamento inicial da cidade, bem como sobre demais questões referentes ao tema.

Como Medrado (2000, p. 107) aponta, Maria Celestina Teixeira Mendes Torres torna-se referência relevante para conhecer os aspectos da evolução urbana da cidade,

² Ver mais em CARVALHO, J. M. de. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

principalmente no que se refere ao estabelecimento do poder político através de seu estudo acerca da propriedade rural, durante o período imperial.

Em sua publicação de título “Piracicaba no século XIX”, Torres (2003) afirma que a cidade surge no contexto da necessidade de se criar um caminho terrestre que ligasse São Paulo a Cuiabá, local onde no século XVII tinha-se iniciado a exploração de ouro. Esse é um momento em que ocorre na região a distribuição de terras, as sesmarias. Entre as glebas de terras iam surgindo vilas com o fim de abastecer as monções.

A povoação que deu origem à cidade tem como ponto de partida uma área à margem do rio Piracicaba, que foi comprada por Antônio Corrêa Barbosa, seu fundador e diretor. Logo, novas sesmarias teriam sido concedidas, aumentando o número de moradores que “se agrupavam nos pátios das casas para verem passar as canoas de expedição” (TORRES, 2003, p. 36).

No século XIX, o país presenciou o fim do período colonial e o início do regime monárquico. Nesse tempo, o poder político manteve-se ligado a base econômica herdada do passado colonial, ou seja, a propriedade de terra. Era sobre a propriedade da terra que se estruturavam as relações sociais existentes, pondo, de uma lado, proprietários rurais, e de outro, escravos até 1888, além da população urbana. A este respeito, Torres afirma que:

Por títulos de sesmarias ou por compras, formam-se grandes fortunas cujo alicerce era a terra.(...) Incluídos aí os fazendeiros de São Paulo que tinham terras em diversos municípios, o que os colocava, evidentemente, em primeiro plano entre as altas autoridades não apenas nos municípios, mas no âmbito mais amplo da política provincial (TORRES, 2003, p. 51).

A mesma autora cita que na região compreendida entre as vilas de Piracicaba, de Itu e de Campinas, encontra-se um rol de famílias que ocupavam as melhores terras, e que se tornaram personagens de efetiva participação política. São exemplos disso: Luiz Antônio de Souza, José da Costa Carvalho, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro (TORRES, 2003, p. 51).

Uma parte dos fazendeiros não morava o ano todo na vila, permanecendo as fazendas sob o controle da família e administradores. É, então, pela ausência temporária dos latifundiários na cidade, que Torres nos fala do “aspecto rural da vila. aspecto que irá perdurar por muito tempo, com suas chácaras de quarteirões, cercadas de pau-a-pique, ou arvoredos de espinhos, segundo as Notas dos Cartórios” (Torres, 2003: 54). Este aspecto do cotidiano se estende pelo século XIX, sendo possível verificar numa pequena nota em jornal de 1882, a estada do coronel Carlos Bartholomeu de Arruda Botelho na cidade:

Hóspede - Acha-se entre nós o sr. Coronel Carlos d'Arruda Botelho, distinto fazendeiro d'este município, que ultimamente tem estado em S. Paulo. Cumprimentamos a S.S (GAZETA DE PIRACICABA, 29 de junho de 1882).

(Anexo IV)

Chama a atenção o processo de demarcação do “rossio”, ou seja, o estabelecimento legal dos lotes pertencentes à zona urbana. Era comum haver queixas das autoridades locais contra os avanços nas terras pertencentes ao rossio, pois moradores mais antigos se posicionavam contra o processo de urbanização quando ficavam ameaçados de perderem parte de suas propriedades para esse fim. Torres cita o caso da família de Carlos Bartholomeu de Arruda Botelho, que teria recorrido ao Imperador para obter o direito de cercar terras do rossio, alegando que seriam de sua propriedade.

Durante a primeira metade do século XIX, era clara a oposição entre a conservadora Câmara municipal e as lideranças liberais que se manifestavam em Piracicaba, desde a época da proclamação da Independência do Brasil. De acordo com Perecin (1989), Piracicaba teria vivido um período “reacionário”, de 1842 a 1844, em função da intransigência dos conservadores, que diante do fracassado intento dos liberais paulistas de colocar Rafael Tobias de Aguiar e Castro no governo de São Paulo, teriam perseguido liberais por toda parte. “Como fruto sinistro (desse período), elevou-se além da ponte do Itapeva, (...) a Força, instrumento de intimidação da Câmara Corcunda” (PERECIN, 1989, p. 24).

A expansão da lavoura cafeeira fazia-se sentir em meados do século XIX, quando aumentavam os ramais ferroviários, e ocorriam melhorias no beneficiamento do café (TERCI, 1997, p. 45). Desde cedo, a região de Piracicaba apresentou como atrativo a fertilidade dos solos, e apesar da expressiva expansão da cafeicultura pelo oeste paulista, a cidade mantinha como característica de sua geografia a lavoura da cana-de-açúcar, alternando-se com a cultura de café. Para Terci:

A cidade guardava uma especificidade em relação ao restante do interior do estado de São Paulo, qual seja, era marcada destacadamente pela presença da cana-de-açúcar, enquanto predominava no estado a monocultura cafeeira (TERCI, 1997, p. 63).

As vantajosas possibilidades para investimentos rendosos no setor agrícola fez surgir fortunas de famílias como as dos Souza Queiroz, Estevam Ribeiro de Souza Resende (Barão de Rezende), Francisco José Conceição (Barão de Serra Negra), Antonio de Barros Ferraz (Barão do Piracicamirim) (PERECIN, 1989, p. 30).

Mas, apesar da prosperidade dos empreendimentos no setor agrícola, o núcleo urbano ainda carecia de infra-estrutura. Dentre os mais sérios problemas enfrentados no desenvolvimento da cidade no século XIX, encontram-se as dificuldades para a construção da ponte que ligaria os dois lados da cidade, e a necessidade de viabilizar o escoamento da produção de suas fazendas de café e de seus engenhos de açúcar (TERCI, 1997, p. 41-42).

Era necessário para o desenvolvimento das atividades econômicas locais o aprimoramento dos meios de comunicação e de transportes, para que a cidade não caísse no que Viotti (1977, 171) chamou de “cidades mortas”. Caso ela não solucionasse esses problemas, poderia ser interrompida a intensa produção que ocorria nas 14 fazendas de café e 28 engenhos de açúcar, e conseqüentemente, ficaria na condição de excluída da divisão internacional do trabalho (TERCI, 1997, p. 43).

Para Maria Celestina Teixeira Mendes Torres (2003), o quadro político piracicabano que se desenvolveu no século XIX, está compreendido no contexto histórico do Brasil da

época. Durante o século em questão, eram o Partido Conservador e o Partido Liberal que ocupavam a cena política brasileira. A cidade de Itu ia se tornando um reduto dos liberais paulistas, na medida em que durante a Semana Santa mobilizavam-se para lá importantes representatividades políticas como Feijó, Paula Souza e Álvares Machado.

Em 1840, quando D. Pedro atinge a maioria e, portanto, assume definitivamente o comando do império, foi nomeado para presidente da Província de São Paulo, o coronel Rafael Tobias de Aguiar que era chefe do Partido Liberal, “combatido na Câmara dos Deputados pelos Conservadores, censurado como inimigo dos brasileiros não-paulistas” (TORRES, 2003, p. 145).

Em julho de 1841, Tobias de Aguiar foi destituído do cargo, mas ainda nesse mesmo ano, no mês de novembro, é eleito membro da Assembléia Provincial, juntamente com os colegas de partido, Nicolau Vergueiro, Francisco de Andrada e seu irmão Antônio Carlos de Andrada, Paula Souza, Álvares Machado.

Para presidência da província paulista, assume o cargo em janeiro de 1842, José Costa Carvalho, então Barão de Monte Alegre, do partido conservador, inimigo de Vergueiro e Tobias de Aguiar, e que era proprietário rural em Piracicaba.

A sanção da lei que reforma o Código do Processo, tirando do Juiz de Paz a maior parte de suas funções, transferidas para o Chefe de Polícia as suas funções mais importantes, passando as atribuições judiciais e criminais para os Juizes Municipais e o restabelecimento do Conselho de Estado (extinto pelo Ato Adicional de 1835) foram consideradas inconstitucionais pelos liberais (TORRES, 2003, p. 146).

No mesmo ano de 1842, Álvares Machado e Vergueiro acharam que a Assembléia devia enviar mensagem ao Trono revelando o perigo que corria a Nação com as novas leis. A resposta veio do Império, a 6 de fevereiro de 1842, devolvendo a cópia enviada com o pedido de audiência, comunicando que o Imperador negava-se a receber a mensagem por ofensiva à Constituição.

As Câmaras de Taubaté e São Carlos e os Oficiais da Guarda Nacional de Guaratinguetá congratularam-se com a Assembléia pelas enérgicas expressões de seu Partido.

As Câmaras Municipais de São Paulo e de várias cidades do interior paulista, inclusive Piracicaba, também enviaram seu apoio à Assembléia, pois pelo fato de não terem sido decretadas a renda e a despesa da Província, o governo era criticado asperamente, pelo prejuízo que causava ao povo (TORRES, 2003, p. 147).

Em 1842, o governo imperial toma a decisão de dissolver a Câmara dos Deputados, num momento em que os liberais iniciavam sua ascendência política. Isso fez o partido retroceder em relação às conquistas de cargos públicos por parte dos liberais. Porém, em Minas Gerais, Rio de Janeiro e em São Paulo começava a surgir, como uma atividade paralela, mas diretamente ligada aos centros de desenvolvimento do Partido Liberal, a Sociedade dos Patriarcas Invisíveis.

Nas Províncias, a sociedade tinha um Conselho, e em cada vila um Círculo, mas nenhum membro de Conselho ou do Círculo seria conhecido como tal, fora do Conselho ou do Círculo que fundar ou for encarregado de dirigir (TORRES, 2003, p. 147).

Na cidade de São Paulo se instalou um Conselho em 1842, cujo chefe era Antônio Manoel de Campos Mello, maçom e liberal. Do quartel-general dos Patriarcas Invisíveis, o Conselho de São Paulo, partiu a ordem da rebelião do movimento liberal para as Províncias (TORRES, 2003, p. 147-148).

Feijó, que não fazia parte do Conselho Diretor dos Patriarcas Invisíveis porque se encontrava doente, contava com políticos que auxiliavam o movimento dos liberais: em Sorocaba, o Coronel José Joaquim de Lacerda, em Itu, Tristão de Abreu Rangel, e em Piracicaba, o Padre Manuel José de França.

Em Sorocaba, perante a Câmara Municipal, Tobias de Aguiar assumiu a Presidência de São Paulo. (...) E o novo presidente lançou seu violento manifesto. Mas as medidas tomadas por Monte Alegre foram rápidas e eficientes. Principalmente quando ele pediu alojamento em São Paulo para três mil homens, notícia que, difundida por toda a Província, causou profunda impressão (TORRES, 2003, p. 148).

Ao movimento iniciado em Sorocaba logo aderiram Itu, Piracicaba, Porto Feliz e Capivari, onde os cunhados de Tobias de Aguiar tinham muito prestígio e o núcleo liberal era muito forte. O senador Nicolau Vergueiro tomou parte do movimento e afirmou que conseguiria obter auxílio em Limeira e em Piracicaba. E pela estrada que ligava Piracicaba a Campinas, os piracicabanos comunicavam-se diretamente com a chácara do Padre Feijó (TORRES, 2003, p.148).

Os partidários de Tobias de Aguiar tomaram de assalto a Câmara Municipal de Piracicaba, comandados pelo Capitão da Guarda Nacional Ignácio José Siqueira, destituindo a edilidades a 20 de maio de 1842. (...)

A 26 de maio, Ignácio José Siqueira foi nomeado comandante da Praça de Vila Nova da Constituição e o Major Melchior de Melo Castanho tornava-se Presidente da Câmara revoltosa (...). Arregimentando 43 homens, o Capitão Siqueira seguiu para Itu, para participar diretamente da luta (TORRES, 2003, p. 149).

Pertencendo ao Partido Conservador, Costa Carvalho, futuro marquês de Monte Alegre, Antônio Costa Pinto e Silva, grande proprietário de terras e engenho no município de Piracicaba, ambos ligados às chamadas dinastias açucareiras, comuns na História da região sudeste, também se encontram em evidência no panorama político da província durante o século XIX.

No caso de Costa Pinto, este ocupou cargos importantes, sendo juiz de direito no Rio de Janeiro, e fiscal da Inspeção de Terras e Colonização, quando foi posta em execução a Lei de Terras de 1850. No Segundo Reinado, o governo Central nomeava os Presidentes das Províncias, o que fazia cada presidente um legítimo delegado do Imperador. O Dr. Costa Pinto foi presidente da Província da Paraíba do Norte, representante de São Paulo como deputado geral em diversas legislaturas, tendo se tornando Presidente de São Paulo de setembro de 1868 a abril de 1869 (TORRES, 2003, p. 151).

O Dr. Costa Pinto casou-se com Maria Izabel de Souza Alvim, após esta ter se tornado viúva do marquês de Monte Alegre. No Engenho de Monte Alegre viria a hospedar o viajante Barão Von Tschudi e o escritor José de Alencar. Este último e Costa Pinto pertenciam à

aristocracia “que monopolizava os cargos e disputava as presidências” (TORRES, 2003, p. 152).

Hospedado no Engenho Monte Alegre, José de Alencar, encantado com a paisagem que o Rio Piracicaba oferecia compôs aí seu romance “Til”, cuja ação se desenrola no ambiente rústico de Santa Bárbara e Piracicaba, assinalando traços folclóricos da região. Descrevendo a casa de Costa Pinto, Alencar considera-a uma relíquia histórica.

Na cidade, a chácara adquirida por Costa Pinto em 1874 possuía o tamanho de quatorze quarteirões e estava situada à margem do córrego Itapeva, curso de água que cruza a área central da cidade, além de fazer vizinhança à chácara de Manoel de Moraes Barros.

Chefe do Partido Conservador em Piracicaba durante o período da guerra do Paraguai, luta em favor de uma política de imigração, salientando que a Associação de Colonização e Imigração tinha papel relevante no sentido de facilitar aos agricultores o acesso à mão-de-obra.

Como a maioria dos latifundiários, a família do Dr. Costa Pinto tomou parte nas atividades assistenciais e religiosas, pois seu genro, Dr. João Conceição, esposo de Maria Nazareth, será um dos membros mais atuantes da comunidade piracicabana (TORRES, 2003, p. 153).

2 – O PROCESSO ABOLICIONISTA.

Como aponta Torres (2003, p. 153-154), enquanto ocupou o cargo de vereador, o Dr. João Conceição defendeu reformas urbanas, interessando-se mais pelo embelezamento da cidade. Em 1883, integrou uma comissão, com José da Silva Novaes e Dr. Joviniano Reginaldo Alvim, no sentido de obter donativos para o ajardinamento da Praça da Matriz. O ajardinamento foi feito somente a partir de 1894. Luiz Vicente de Souza Queiroz, Dr. Estevão de Rezende, Dr. Francisco Júlio da Conceição, Dr. Antônio Costa Pinto e Silva, Joaquim Eugênio do Amaral Pinto e Manuel de Arruda Leme forneceram as mudas de plantas.

O Dr. João Conceição foi provedor da Santa Casa de Misericórdia em 1883, quando se nomeou uma comissão composta de Antônio Teixeira Mendes, Padre Francisco Galvão Paes de Barros e ele próprio, para tratar da abertura do Hospital, realizada a 29 de julho com bênção do padre Galvão e discurso de Adolpho Nardy de Vasconcellos, Avelino de Paula Eduardo e Virgílio Mariano Pereira.

Quando o Partido Conservador ainda era maioria em 1884, João Conceição, na cadeira de presidente da Câmara integrou comissão encarregada das instalações do sistema de abastecimento de água encanada. Essa comissão, composta também pelos vereadores Manoel de Moraes Barros e Canuto Saraiva, sugere que em lugar de se dar resolução ao problema da iluminação elétrica urbana, esforços sejam intensificados para colocar em execução o sistema de abastecimento de água encanada. Para efetivar o projeto, Conceição propôs à Câmara conceder isenção de impostos de importação do material a ser utilizado pela empresa responsável pela obra.

É nesse contexto do desenvolvimento urbano, em que as reformas tendem a representar a ideologia da elite em ascensão, que Torres (TORRES, 2003, p. 154) destaca a liberdade condicional de cerca de 500 escravos de Piracicaba, pertencentes a João Conceição, Dr. Paulo Pinto de Almeida e Dr. Torquato da Silva Leitão, numa demonstração que os colocaria como pertencentes ao grupo dos abolicionistas.

Formado em medicina, Torquato da Silva Leitão chegou a Piracicaba em 1886, quando a Santa Casa estava atravessando uma difícil fase financeira. Torquato então se ofereceu para prestar seus serviços de médico gratuitamente.

Fazendo parte do Partido Conservador, sendo mesmo seu maior representante em Piracicaba, estava sempre à frente com o chefe do Partido, o Barão Estevão de Souza Rezende, em todos os grandes acontecimentos piracicabanos. Monarquista enquanto foi possível, aceitou e acatou a República, agindo sempre como se fosse também piracicabano (TORRES, 2003, p. 155).

Disputavam os cargos públicos em Piracicaba os liberais e os conservadores. Algumas eleições foram conturbadas, em especial após a metade do século XIX, em função do processo de abolição que marcará a história local, tal como ocorria em outras regiões do país. O Partido Liberal venceu as eleições em 1864, e em janeiro de 1865 era empossada a nova Câmara. “A eleição de Prudente José de Moraes Barros provocou uma representação de Inocêncio de Paula Eduardo ao governo da Província, alegando que ele não tivera os dois anos de residência fixa na cidade, como era exigido” (TORRES, 2003, p. 156).

Para impedir que perdesse o cargo, a Câmara de Piracicaba alegou que Prudente de Moraes teria vivido em São Paulo na condição de estudante de advocacia, passando todo o período de férias na cidade em casa de seus pais, tendo inclusive aberto seu escritório para o exercício da profissão em 1863.

Em 1868, o Partido Conservador, de tendência escravocrata, viria a assumir o Ministério. Na condição de derrotado, o Partido Liberal em Piracicaba mostrava-se anti-escravista e adepto do regime republicano. Em agosto foi nomeado para delegado de polícia da cidade, Dr. Estevão de Souza Resende, futuro Barão de Rezende e chefe do Partido Conservador local.

A queda do Partido Liberal, pela dissolução da Câmara dos Deputados por D. Pedro II, no mesmo mês, tumultuaria as eleições em Piracicaba. As eleições para a Câmara Municipal, em setembro, levaria três dias, “sob um clima de violência”, tendo vencido o Partido Conservador.

Mas, o que vemos a partir de então na história brasileira, merece atenção especial. O Partido Liberal retornaria com força a cena política, “arregimentando sob o americanismo lembrado por Prudente de Moraes, em discurso em que se referia a um continente onde não existiam nem reis nem imperadores”:

A 3 de dezembro de 1870, no primeiro número do jornal “A República” foi publicado o “Manifesto Republicano”, inspirado por Saldanha Marinho e redigido por Quintino Bocaiúva. De Constituição era enviado o voto de solidariedade dos piracicabanos aos republicanos (TORRES, 2003, p. 157).

Em dezembro de 1871 era fundado o “Club Republicano de Itu”, sob a presidência de João Tibiriçá Piratininga. Em julho de 1872, os clubes fundados com os mesmos princípios reuniram-se em São Paulo para o primeiro Congresso Republicano. Ali se encontraram representantes do interior da província paulista, como Bernardino de Campos, de Amparo, Francisco Glicério, de Campinas, Ubaldino do Amaral Fontoura, de Sorocaba, Venâncio Alves, de Itapetininga, e Manuel de Moraes Barros, de Piracicaba.

Na realidade, o Partido Republicano não era, ainda, uma expressão política mas, em muitos momentos, era a voz do republicano de Piracicaba que merecia a aprovação na Assembléia quando se tratava de uma reorganização na Instrução Pública paulista (...) (TORRES, 2003, p. 159).

Mas não era apenas o problema da instrução que era levantado pelos liberais. Tomava corpo cada vez mais, a questão da abolição da escravatura no país. Porém, desde a proibição do tráfico negreiro na metade do século XIX, o processo de eliminação da escravidão continuava demorado e implicava numa liberdade na medida da necessidade dos fazendeiros.

Em maio de 1887 realizava-se na capital da província o Congresso Republicano, num momento em que o Imperador, gravemente doente, era substituído pela Princesa Isabel. “Ganhava alento a campanha republicana, motivada pelo receio de um reinado de Isabel e do Conde D’Eu” (TORRES, 2003, p.160).

Neste congresso, Piracicaba, Santa Bárbara e São Pedro estavam representadas por João Tobias de Aguiar, Manoel de Moraes Barros e Prudente de Moraes. E após dois meses, em novo congresso, Piracicaba seria representada por Manuel de Moraes Barros, cabendo a seu irmão Prudente de Moraes representar São Pedro.

Em 1887, a “Gazeta de Piracicaba” publicou uma listagem de abolicionistas que concederam liberdade a 340 escravos, mas com a condição de que trabalhassem até o ano de 1890.

Luiz Vicente de Souza Queiroz, Augusto César de Arruda, Antônio de Carvalho Sardenberg e Cândido da Cunha Nepomuceno convidavam os cidadãos piracicabanos a uma reunião dos republicanos abolicionistas, no Hotel d'Europa, no dia 16 de novembro de 1887. Segundo Torres (2003, p. 160), tendo à frente Luiz de Queiroz, os eleitores queriam saber na ocasião a posição de Prudente de Moraes e Rangel Pestana, que eram no período candidatos a deputados, perante o problema da escravidão no Brasil.

Até o início de 1890, Barão de Serra Negra, João Baptista Conceição, Paulo Pinto de Almeida e Torquato da Silva Leitão haviam concedido liberdade condicional a 530 de seus escravos.

Os fazendeiros estavam sob pressão no tocante à mão-de-obra, que se tornava onerosa e sem possibilidades de renovação. Para esse quadro ainda contribuíam as fugas de escravos, que aumentavam nos últimos tempos. Acentuava-se dia-a-dia a propaganda republicana, na Câmara Municipal, Prudente de Moraes propôs a 28 de agosto de 1888, que se criasse uma representação para ser encaminhada à Câmara dos Deputados, para convocar uma Constituinte.

A 6 de julho de 1889 os republicanos publicaram na “Gazeta de Piracicaba” um convite à eleitores e correligionários para uma reunião republicana, assinado por Prudente de Moraes. A 14, na residência de Manuel de Moraes Barros, era escolhido como candidato à Assembléia Geral, o Dr. Prudente de Moraes Barros. Nessa mesma reunião decidiu-se a fundação do Club Republicano de Piracicaba (TORRES, 2003, p. 163).

Mas afinal, o que há de liberalismo político na cultura brasileira, quando os fazendeiros colocam como condição para concessão da liberdade, como ocorre em 1887, a de que os futuros libertos trabalhassem até o ano de 1890? A seguir temos dois exemplos de liberdade concedida pelo grupo que mantinha escravos em Piracicaba, em agosto de 1882:

Liberdade – O Sr. Dr. Pedro Alexandrino da Rocha Lima, no dia 5 do corrente, por ocasião do baptizado de uma sua netinha, filha do Sr. Dr. Américo Vespúcio, deu

liberdade à sua escrava de nome Rachel (GAZETA DE PIRACICABA, 18 de agosto de 1882). (Anexo V)

Liberdade – Com a chave de ouro o Sr. José Lobo de Albertim e sua exma. senhora encerraram a festa do Divino, de que era imperador seu filho, o menor Vandelino Albertim, concedendo liberdade plena à sua escrava Ubaldina, preta, ainda moça, por ocasião de uma reunião em sua casa, na noite de domingo último, sendo a carta entregue à libertada pelo Sr. Dr. Prudente de Moraes (GAZETA DE PIRACICABA, 13 de junho de 1883). (Anexo VI)

Destacamos desta notícia o fato do cenário da concessão de liberdade a uma escrava, além de contar com a presença do influente político Prudente de Moraes, responsável pela entrega da carta de alforria, ser o de uma festa religiosa numa atitude que se confunde com a caridade cristã, muito praticada na época. Verifica-se uma contradição na prática de um republicano de lastro liberal, que contribuía para uma encenação de uma mudança do quadro social de então.

Após a abolição da escravatura no Brasil, uma ambigüidade pairou na atmosfera para aqueles que ansiavam pela modernidade. Essa ambigüidade consistia nas próprias marcas deixadas pela escravidão no cotidiano. Era difícil a convivência de um projeto republicano moderno e a lembrança da escravidão, com a qual “vigorava um profundo preconceito em relação ao trabalho braçal” (SCHWARCZ, 2000, p. 12).

Em Piracicaba, a comemoração do primeiro ano de abolição foi divulgada pela imprensa local e o ato festivo contou com banda e fogos de artifício, além é claro, dos discursos de Prudente de Moraes e do redator da “Gazeta”, Alferes Aristides Villas-Boas. Mas a 26 de maio desse ano, as notícias sobre o aniversário da abolição não eram tão calorosas quanto aos atos comemorativos que ocorreram na “corte”, não tendo, segundo o redator do jornal, “a consagração festiva que deviam ter e era de esperar”. Finalmente, o dia 13 de maio de 1889 teria passado sem desordem e sem os possíveis atentados que se aguardavam.

São as contradições presentes entre o liberalismo idealista e a realidade de um país escravagista que indicam os alicerces da prática política no Brasil do século XIX durante o processo apontado. As articulações que predominaram na classe política do país, e que nos fazem

entender como a ideologia liberal não poderia possuir correspondente concreto diante das práticas escravistas existentes, tinham o caráter de “um ideário de fundo conservador”.³

Ao discutir a questão da escravidão no Brasil, Bosi (2002) em seu texto “Dialética da Colonização” sugere uma abordagem materialista dialética do processo ideológico recorrente à história do Brasil, e passa a considerar à análise das práticas sociais e culturais marcadas pelo tempo e pelo espaço.

Apoiando-se na obra *A Ideologia Alemã*, Bosi afirma que há uma relação entre as representações da sociedade e a sua realidade efetiva. O autor focaliza as práticas como sendo o “fermento” das idéias, pois estas últimas racionalizam as “aspirações difusas nos seus produtores e veiculadores” (Bosi, 2002, p.194).

A ideologia é composta por motivações particulares, mas que são dadas como se fossem do interesse geral. Nos discursos, o interesse que era particular é expresso sob a forma de algum princípio. A questão fundamental que Bosi traz consiste em inquirir sobre qual a melhor forma de entender a articulação que se configurou entre a ideologia liberal, contrastada com a realidade da escravidão, no Brasil do século XIX.

Para tanto, Bosi escolhe refletir a respeito dos modos de pensar dominantes da classe política brasileira, que tiveram vigência após a independência e avançaram até depois da metade do século XIX. Para este autor, o binômio escravismo-liberalismo desenvolveu-se no país, apenas na condição de um “paradoxo verbal” (Bosi, 2002, p. 195). A contradição central que se impõem é a de que o liberalismo, em seu conteúdo político, equivalia à ideologia burguesa do trabalho livre, e sendo assim, não houve condições para a existência de um liberalismo escravocrata.

Como se sabe dois partidos fundamentaram o processo político no país do pós-independência, o Partido Conservador, conhecido como Partido da Ordem, responsável por representar os grupos escravistas, e o Partido Liberal, praticante de um liberalismo moderado.

O discurso dominante de 1836 a 1850 foi, entre nós, uma variante pragmática de certas posições já assumidas pelos chamados “patriotas” ou “liberais históricos”. (...) Esses mesmos patriotas tinham garantido, para si e para a sua classe, as liberdades de produzir, mercar e representar-se na cena política. (...) Quanto aos conservadores, assim

³ Alfredo Bosi, *Dialética da colonização*. 2002, p. 195. Este autor utiliza-se de “A Ideologia alemã” de Marx para defender que a contradição existente no Brasil desse período, consiste em haver existido um liberalismo que não podia sair do plano de sua idealização, pois a escravidão era a negação do liberalismo enquanto ideologia burguesa onde predomina o trabalho livre.

autobatzados de 1836 em diante, apenas secundaram os moderados, a cujo grêmio até então pertenciam, sucedendo-os nas práticas do poder e baixando o tom da sua retórica.

Comércio livre, primeira e principal bandeira dos colonos patriotas, não significava, necessariamente, e não foi, efetivamente, sinônimo de trabalho livre. O liberalismo econômico não produz “sponte sua”, a liberdade social e política (Bosi, 2002, p. 198).

Vista da ótica da dialética, a contradição inerente à história é expressão do conflito que move o real. Cada coisa estabelece uma relação de antagonismo com outra coisa, e no movimento de negação do outro conduz à superação da contradição estabelecida.

Kuenzer aponta que a categoria da contradição permite entender que todas as coisas estão num estado intermediário entre o ser e o nada, porém não como mescla, e sim a partir de uma ativa relação de opostos em buscas de superação, “mesmo que conservando o que cada um tem de determinado: a incessante conversão de um no outro, e exclusão ativa” (LEFEBRE, 1979 apud KUENZER, p. 65).

Por isso, a pesquisa deverá buscar captar a todo momento o movimento, a ligação e unidade resultante da relação dos contrários, que ao se opor dialeticamente, um incluindo-se/excluindo-se no/do outro, se destroem ou se superam (KUENZER, 2000, p. 65).

Admite-se que no caso da análise proposta neste trabalho, a cultura que se define no escopo da sociedade piracicabana, além de dar configuração às práticas específicas daquela região, é reveladora das contradições existentes na própria cultura nacional.

Em Ideologia da Cultura Brasileira, Mota (1994) tece uma crítica às principais obras de Gilberto Freire e Sérgio Buarque de Holanda, respectivamente, “Casa Grande e Senzala” e “Raízes do Brasil”, onde aponta que ambas não passariam de uma leitura do Brasil, que utiliza uma psicologia social antiquada elaborada sobre a existência de contrastes retóricos. São referências teóricas, que evitam interpretar o fenômeno social do ponto de vista da luta de classes, e colocam o seu foco no desenvolvimento histórico que avalia as causas étnicas, geográficas e psicológicas da formação do Brasil.

A miscigenação presente na obra de Sergio Buarque de Holanda, por exemplo, carrega a marca da psicologia portuguesa responsável pelos traços ‘indelévels’ da sociedade brasileira. A obra de Gilberto Freyre - *Casa Grande e Senzala*, publicada inicialmente em 1933, atingiu ampla popularidade em função do estilo e pela tese sobre as relações raciais, sexuais e familiares.

A abordagem de Freyre está estruturada segundo a metodologia da antropologia cultural norte-americana, e utiliza-se de fontes pouco consideradas na época. Freyre dá um tom positivo ao processo de miscigenação que expressa uma “adaptação adequada de nossa cultura aos trópicos”, e com possibilidades de mobilidade social.

Dante Moreira Leite, em sua tese - *Caráter Nacional Brasileiro* (1954) - tece críticas à obra de Freyre, indicando que o livro sustenta uma crença no mestiço e no negro. As posições políticas de Freyre vão possibilitar que ele seja identificado com o grupo dos conservadores, um intelectual de direita, ideólogo da cultura deste país. Porém, se reconhece amplamente que sua obra rompe com a abordagem cronológica clássica. Neste sentido, teve a incumbência de fazer frente ao atraso intelectual de ordem teórico-metodológico até então vigente.

Mas por trás do tratamento científico, uma vez que busca um instrumental de análise na antropologia e na sociologia, configura-se uma ideologia “luso-tropicalista”.

Para analisar o processo denominado de cristalização da ideologia da cultura brasileira, é que Mota traz ao palco de suas análises, Gilberto Freyre. Na obra de Gilberto Freyre a história social da casa grande do período colonial do país é enfatizada, e ela se configura na quase totalidade da história social brasileira.

Para Leite (1983), maior crítico de Freyre, esta obra é produto do trabalho de um intelectual cujo fato de ter estudado com missionários protestantes e americanos, é indício para entender que sua trajetória como estudante foi privilegiada para um país como o Brasil.

No ano de 1938, Freyre tenta definir qual é a tese que defende em sua obra, vinculando noções como nacionalidade, raça e cultura, que consistirão nos fundamentos das concepções de cultura que passam a difundir, uma ‘nova imagem da história do Brasil’. A crítica que

Mota elabora a esse respeito, consiste em apontar que com tal formulação da realidade social-nacional as contradições de classe e mesmo de raça ficam eclipsadas.

A sua explicação da cultura estaria localizada dentro de uma concepção relativizada da realidade, pois se estrutura a partir de uma abordagem que escolhe a psicologia e um certo funcionalismo que não elimina dessa perspectiva o determinismo racial. Essa busca pelos “antecedentes de raça”, sugere Mota, “eis a síntese multifacetada, genérica e relativizadora do intento de Freyre” (MOTA, 1994, p. 58).

Nos primeiros anos da década de 30, Freyre passa a lecionar em Stanford onde será influenciado pelas teorias de relações de raça, cultura e ambiente do antropólogo Franz Boas. As relações de dominação, segundo esta vertente teórica, contribuiriam para a compreensão de que as relações de hereditariedade são responsáveis pela ordenação social.

Desta forma, Freyre nos oferece uma leitura do Brasil de um ponto de vista que anula qualquer caráter radical de avaliação da organização do trabalho entre nós. Seu propósito cristaliza-se no fato de valorizar a mão-de-obra mestiça e negra, para que a incorporação desta às novas demandas do capital se realizasse num plano não conflituoso.

Mota ataca Freyre e o acusa de esconder por detrás da roupagem de um “revolucionário conservador”, a sua atitude esquiva à busca pelo real sentido do processo de colonização e das relações de dominação presentes na história do Brasil.

Ao conceber o aristocrata como alguém que mantém as características de um democrata, exclui uma possível caracterização do setor dominante, o que para Mota constitui a “expressão ideológica mais acabada da crise da sociedade oligárquica abalada pelo movimento de 1930” (MOTA, 1994, p. 64).

Outra obra de suma importância desse período é de Sérgio Buarque de Holanda - *Raízes do Brasil*, publicada pela primeira vez em 1936. Num período em que o país se encaminhava para o acirramento das barreiras que se impunham às perspectivas críticas, fornecendo subsídios para se compreender o porquê da descrença no liberalismo tradicional.

A perspectiva culturalista alemã dotada de traços metodológicos desenvolvidos na França, produziu um trabalho que combinava história social, antropologia, sociologia, etnologia e psicologia, e que segundo a interpretação de Dante Moreira Leite, centrava-se na descrição intuitiva do brasileiro de classe alta.

Para o desenvolvimento de nossa análise sobre a problemática que se estabelece entre cultura e educação, o conceito de cultura que propomos encontra-se definido pela visão de mundo que expressam nossos personagens. Para tanto, a visão de mundo é considerada como algo que se encontra determinada no âmbito da classe de origem do sujeito histórico. É a partir desse pressuposto, que admite-se que o movimento da história se desenrola, ou seja, como resultante do conflito que se estabelece numa sociedade de classes, na qual cada classe busca formas de realização e de representação dos seus interesses.

Esta forma de interpretar o mundo a sua volta configura-se pelos aspectos particulares que predominam na cultura local, entre eles o desejo de fazer parte de um mundo em amplo desenvolvimento econômico e técnico.

3 - PIRACICABA MODERNA: O PROJETO DE UMA CLASSE

Segundo Terci aponta em sua tese de doutoramento (1997), intitulada “A cidade na primeira república: Imprensa, política e poder em Piracicaba” é no contexto da expansão da lavoura cafeeira para o Oeste paulista, a partir da segunda metade do século XIX, que entram na cena piracicabana “novos atores sociais” (TERCI, 1997: 45).

Os nomes dos irmãos Manuel e Prudente de Moraes Barros são citados pela autora, ao tratar das iniciativas dos “novos liberais” que se instalam na cidade como advogados recém-formados pela Academia de Direito de São Paulo.

A fundação do Partido Republicano conta com a participação de Manuel de Moraes Barros, e acirra a disputa política entre liberais e conservadores. Logo, ações do novo partido

passam a se concretizar em projetos de intervenção urbana, e a cidade passa a ser o lugar privilegiado para que ocorra essa transição. Surgem novos pontos de convívio além da igreja, monumentos laicos, como obra dos novos grupos sociais que abraçam projetos de educação e saber secularizados, em clara obediência às luzes do pensamento liberal (TERCI, 1997, p. 47).

São exemplos de iniciativas dos irmãos Manoel e Prudente de Moraes Barros: Gabinete de Leitura, Loja Maçônica, jornal O Piracicaba, e a construção do Colégio Metodista. A autora destaca que a aliança entre os republicanos e metodistas se fundamentava na oposição à Monarquia. Embora tenham contribuído para o processo de modernização urbana em Piracicaba, para Terci (1997, p. 290) o poder republicano em Piracicaba alicerçou-se sobre a “apropriação do poder pelas oligarquias estaduais” e pelo “exercício da administração pública com caráter autoritário”.

A reação dos monarquistas não tarda a acontecer. Conforme afirma Terci (1997, p. 57), na tentativa de promover os quadros monarquistas, concede-se ao Dr. Estevão Rezende o título de Barão de Rezende. Na análise que sugere Faoro, citado por Terci:

(...) o império não se sustenta sobre o povo, na faixa da população sem poder econômico, sem altos empregos e sem chefias partidárias. Voltam-se os gabinetes da hora derradeira da monarquia para os seus sustentáculos tradicionais, cortejando-os com os títulos nobiliárquicos. Graças à munificência nobilitadora, a República surpreendeu 7 marqueses, 10 condes, 54 viscondes e 316 barões, fazendeiros, homens de dinheiro, políticos e escritores (FAORO, 1973 apud TERCI, p. 57).

Em 1877, a chegada à cidade da família do Conde d’Eu que se hospedou na casa do monarquista Estevão Ribeiro de Souza Rezende, tornou-se alvo de duras críticas por parte Prudente de Moraes, que se contrapusera aos festejos de recepção e de reparos feitos no prédio da Câmara, ambos com a finalidade de agradar com pompas os visitantes. No ano seguinte, a família real visitaria a cidade, também vindo a se hospedar na residência do Barão de Rezende.

E no ano de 1881, o Barão de Rezende funda o Engenho Central de Piracicaba, através de recursos tomados como empréstimos do Banco de Crédito Real. Por outro lado, cria-se o Colégio Assunção, reduto de famílias católico-conservadoras de tendência monárquica.

Mas todas essas mudanças que começavam a se fazer sentir em Piracicaba articulam-se, dialeticamente, com o contexto do desenvolvimento do capitalismo.

Para Hobsbawm (1998, p. 92), o mundo na segunda metade do século XIX passa a ser organizado segundo a lógica que consolida a divisão internacional do trabalho, já que a grande maioria dos países não-industrializados estava agora inserida na teia de negócios do mercado mundial.

Pode-se dizer que o capitalismo evolui para uma economia que abrange as dimensões do globo terrestre, ligando cada vez mais os países industrializados aos demais países num sistema de trocas de mercadorias. Para tal, denota-se a relevância que tiveram os transportes. O transporte de mercadorias passou de cerca de 16 milhões de toneladas, em 1870, para cerca de 32 milhões de toneladas na virada do século XIX para o XX. As ferrovias também tiveram o seu salto quantitativo: de aproximadamente 200 mil quilômetros, em 1870, para mais de 1 milhão de quilômetros pouco antes de estourar a Primeira Guerra Mundial (HOBSBAWM, 1998, p. 95).

Essa integração levaria a uma fase inédita de acumulação de capitais na Europa ocidental e nos EUA. Nesse final de século XIX, tem-se ainda a intensificação da exploração de recursos naturais e da própria exploração do trabalho, em virtude das transformações na base técnica dos processos de produção, como é o caso da utilização do petróleo, e da energia elétrica.

Com os avanços na indústria, pôde-se atingir escalas maiores de produção de mercadorias, mas também eram necessárias grandes quantidades de novas matérias-primas para as ligas de aço, ou para os condutores de energia elétrica. É desta forma que estanho e cobre saem da América Latina e migram para o velho mundo.

O consumo dos produtos da indústria alimentícia teve expressivo crescimento na Europa de então. O açúcar, o chá, café, cacau, bem como as frutas tropicais alcançaram larga

aceitação nos mercados metropolitanos. O chá da Índia era consumido em quantidades cada vez maiores pelos britânicos. O mesmo ocorreu com o café brasileiro que era saboreado por alemães e norte-americanos. “Os astutos homens de negócios de Boston, que fundaram a United Fruit Company em 1885, criaram impérios privados no Caribe para fornecer à América a antes insignificante banana. As plantations, as grandes propriedades rurais e as fazendas eram o segundo pilar das economias imperiais. Os comerciantes e financistas metropolitanos eram o terceiro” (HOBSBAWM, 1998, p. 98).

Então, havia um papel bem definido para os países fornecedores de matérias-primas, dentro da ordem mundial estabelecida pelos poucos países capazes de realizar os maiores negócios da face da Terra. As regiões do globo fora das fronteiras européias constituíam um complexo mapa de países, cujas atividades econômicas dependiam da especialização que tinham alcançado. Em geral, países como o Brasil configuravam economias dependentes das exportações de produtos agrícolas e minerais.

As oligarquias locais que se estabeleciam no interior dessas economias dependentes, como no caso brasileiro, beneficiavam-se com as matérias-primas que exploravam em suas terras.

Ter à disposição uma série de mercados fornecedores de produtos primários, economias dependentes de modelo agro-exportador, que na contrapartida consumiam crescentemente mercadorias européias, geraria, do ponto de vista das nações ricas, condições que garantiriam para suas economias nacionais uma situação monopolista.

Para Basbaum (1986, p. 89), o desenvolvimento capitalista no Brasil entendido como a instalação das classes burguesa e proletária, é fenômeno recente. Durante todo o período colonial predominaram relações de trabalho que se basearam no trabalho escravo, o que dava um caráter peculiar ao modo de produção que se desenvolveu no país, um “misto de capitalismo, escravismo e feudalismo”.

A “acumulação primitiva (de capital) em segundo grau” que houve na história do país, em função dos fatores de acumulação - lucros provenientes da terra; lucros obtidos com o tráfico negreiro; o desenvolvimento do comércio importador; a imigração - projetou definitivamente o Brasil para o capitalismo (BASBAUM, 1986, p. 90).

Basbaum considera que a partir da última década do século XIX, houve aceleração do ritmo de crescimento do capitalismo, pois:

1. Foi decretada a abolição da escravidão, aumentando a massa de braços livres;
2. O aumento da imigração;
3. Aumento do mercado interno.

Mas apesar das condições abertas para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, o autor aponta como entraves ao desenvolvimento requerido pelas novas classes sociais, o desinteresse das classes conservadoras, ausência de indústria de base, e o capital estrangeiro que demonstrava desinteresse no desenvolvimento do país.

Para Carone (1972), em “A República Velha – Instituições e classes sociais”, a situação das classes sociais no fim do Império é produto do “aceleramento da divisão social do trabalho, consequência do desenvolvimento progressivo das forças produtivas”. É neste contexto que surgem novas camadas sociais (CARONE, 1972, p. 147).

A estratificação social representada pelo predomínio do binômio senhor-escravo é cada vez mais diluída pelo aparecimento de outros grupos (CARONE, 1972, p. 147). O espaço que surge entre a elite dirigente e os escravos é preenchido por cerca de seis milhões de almas em 1884, qual seja, agregados de fazendas, caipiras, caboclos, no campo e capangas, vadios e ébrios nas cidades.

Além disso, uma parte da população marginalizada da economia de mercado agrário-exportador estava fora do circuito dominado pelo binômio senhor-escravo: eram as populações ligadas ao comércio e à pequena indústria, e muitos profissionais liberais que tomavam corpo na sociedade da época (CARONE, 1972, p. 148).

A abolição marginaliza o negro, que é substituído pelo imigrante branco. E enquanto o Oeste paulista cresce, o Vale do Paraíba desloca para os centros urbanos parte de sua aristocracia, fato que reforça o caráter conservador da elite dominante.

No quadro das mudanças sociais de fins de século, concebe-se ainda mais uma intrigante questão: a nova racionalidade, alterando os padrões de comportamento social. A elite que se estabelecia nos centros urbanos fomentou um processo de aquisição de elementos culturais, que por sua vez alteravam o próprio perfil urbano das construções. Buscava-se uma aproximação maior com os hábitos e costumes que caracterizavam a moderna civilização européia. Vivia-se a instauração de uma racionalidade burguesa, e a partir dela passa-se a utilizar na cidade de São Paulo, um perfil urbano que se preocupava em padronizar critérios para a construção de prédios. No fim do século XIX, “a cidade representaria a negação do rural, transformando-se em monumento dessa nova urbanidade” (SILVA, 1984 apud SCHWARCZ, 42).

De acordo com Terci, a intervenção nos centros urbanos que se pretendia modernizadora convergiu para a construção do “prestígio político local” (TERCI, 1997, p. 82). No caso da cidade de Piracicaba, o projeto para o desenvolvimento urbano serviu de fundamento para a formação de agrupamentos políticos locais.

É no processo de construção da imagem de administração modelo, conquistada pelos republicanos nas primeiras décadas do século XX, que se encontram as bases da construção da Piracicaba Moderna. A marca da intervenção da administração modelo tinha estreita relação com a idéia sanitária que embasava a problematização da cidade naquele momento (TERCI, 1997, p. 83).

A Higiene como elemento da nova racionalidade, fez a cidade incorporar o campo do saber médico e, a favor da elite agrária, iniciou-se um processo de interferência em locais públicos e privados, disciplinando, hierarquizando e levando muitas vezes à submissão (SCHWARCZ, 1987, p. 43-44).

A proposta saneadora é admitida por Terci como elemento que norteava o “pensamento urbanístico de São Paulo do período, o qual orienta a intervenção dos reformadores urbanos e não deixa de influenciar as elites políticas piracicabanas” (TERCI, 1997, p. 85).

Nas primeiras décadas do século XX, o médico recém-formado Dr. Paulo de Moraes Barros, filho de Manoel de Moraes Barros, leva adiante uma proposta saneadora que estabelecia um controle maior sobre as construções que se localizavam no interior do perímetro urbano. A lei contava ainda com uma definição quanto à necessidade de autorização da Câmara para os prédios a serem erguidos.

Desencadeia-se um processo de defesa dos valores ligados à estética que contribui para a expulsão das populações pobres do centro da cidade. Com o passar do tempo, cresce o número de construções com modernas fachadas e o apelo aos padrões europeus, subsídios requeridos para o status de cidade civilizada (TERCI, 1997, p. 86-90).

Na linguagem de cronistas da época, o progresso, conceito homólogo de civilização, foi associado a “regeneração” e era algo almejado pela nova burguesia, segundo indica Sevcenko (1995, p. 30). Para este autor, o processo de regeneração narrado a partir de um estudo sobre a cidade do Rio de Janeiro durante a primeira República, tem como características:

(...) a condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional; a negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas aburguesadas; e um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense (SEVCENKO, 1995, p. 30).

Substituir a velha cidade por uma que pudesse contar com uma nova estrutura urbana, na qual fossem suplantados também, e principalmente, os resistentes e arcaicos agentes da já fragilizada sociedade imperial. Essa era a ordem posta pela renovação da elite.

Todas as dificuldades financeiras e estruturais não facilitavam totalmente a transformação da cidade de Piracicaba. Mas uma coisa parece inegável para Terci: o fato das elites piracicabanas não se conformarem em deixar a cidade numa categoria que definia o

Brasil como um país rural e atrasado. A idéia difundida pelas elites era a que lembrava uma moderna cidade, capaz de situar “no tempo a racionalidade” (TERCI, 1997, p. 88).

Ainda em Terci, é possível identificar o que a própria autora chama de “fazer histórico das elites piracicabanas”, ao se referir à concepção de um cenário carregado de símbolos com traços políticos, como ocorre com os monumentos. É através dos monumentos erguidos em memória de pessoas públicas tidas como ilustres, que as elites procuraram afirmar o seu papel de sujeitos da história (TERCI, 1997, p. 94).

Foi necessário afastar os “outsiders”⁴ do centro, para difundir uma cultura que as elites definiam como moderna. Frequentava-se, por exemplo, aos domingos e feriados a praça da Matriz, e podia-se ouvir “excelentes bandas musicais”. Também iniciou-se a realização de “pic-nics”, havia hotéis, restaurantes e bares, e os cinemas eram os mais novos sustentáculos da sofisticação desejada (TERCI, 1997, p. 128).

Perecin (1989, p. 101) afirma que a elite local “ideologizava o progressismo piracicabano”, um verdadeiro ufanismo piracicabano, na medida em que difundiam a idéia de uma cidade em processo de modernização. Na virada do século, a elite forjava um desenvolvimento que não permitisse que fossem alterados os alicerces da ordem social, apesar da “nova fachada”.

Na perspectiva apresentada por Simões em sua tese de doutoramento, “Escola para as elites, cadeia para os vadios - Relatos da imprensa Piracicabana (1889-1930)” (2005), a imprensa local tratava de representar a elite como uma classe com caráter empreendedor, que tinha como objetivo trazer o “progresso” para a cidade, a “modernização” que as revoluções técnica e científica provocavam em outros horizontes (SIMÕES, 2005, p. 64).

No caso dos irmãos Manuel e Prudente de Moraes Barros, as reportagens e editoriais prestigiaram até os seus filhos que realizavam estudos em outras cidades. Tais personalidades “se viam reconhecidos pela imprensa como protagonistas dos “bons momentos” da cidade, benfeitores, esmeros pelo progresso, responsáveis pela modernização que se encontrava em marcha” (SIMÕES, 2005, p. 65).

⁴ Expressão utilizada por vários autores para definir os “excluídos” da época, as populações de baixa renda.

Simões salienta ainda, apoiado em Terci, que diante do quadro político e social que se configura em virtude da ação dessas elites, pode-se dizer: havia um “aburguesamento da sociedade” (SIMÕES, 2005, p. 66).

CAPÍTULO III: O PROJETO DE EDUCAÇÃO NACIONAL

O projeto político das classes dominantes brasileiras tem demonstrado que a educação é lugar de exercício das classes detentoras do poder. Para Snyders, “tudo quanto se passa na escola é atravessado pela divisão em classes antagônicas”, pois “a escola faz parte do mundo” (SNYDERS, 1977, p. 17-18).

Segundo Saviani, a divisão da sociedade em classes introduz uma segmentação no processo educativo, porque com a apropriação privada da terra, a classe dos proprietários que surge não precisa dedicar tempo ao trabalho. Conseqüentemente, são os não-proprietários de terras que dão provisão da sua existência, bem como da existência da classe dos senhores proprietários de terras (SAVIANI, 2005, p. 248). A educação é então dividida e especializada em duas:

Se antes a educação era comum, sendo definida pelo próprio processo de trabalho, com o surgimento das classes a educação se divide entre aquela destinada aos não proprietários e aquela destinada aos proprietários. Os primeiros continuam a se educar no próprio processo de trabalho, fora da escola. Os segundos terão uma educação diferenciada, desenvolvida nas escolas, fora do trabalho, embora igualmente determinada pelo trabalho já que é este que garantia a sua existência permitindo o desfrute do ócio, de tempo livre (SAVIANI, 2005, p. 248).

A crítica de Xavier (1980) sobre as relações entre o poder político e a educação durante o período imperial demonstra como essa divisão pode ser responsável pelo malogrado processo que institui o ensino no Brasil. Ela aponta a autonomia do pensamento pedagógico praticado no regime imperial, em relação à realidade nacional da época, como resultado do processo de manutenção da dependência colonial, ainda que estivesse oficialmente independente da coroa portuguesa a partir de 1822.

É importante reconhecer que o processo de autonomia do pensamento pedagógico carrega em sua essência a dissimulação das reais relações internas de dominação. Essa função

dissimuladora que o processo assume, em última análise, um caráter instrumental a serviço da manutenção das injustiças sociais.

Na segunda metade do século XIX, a elite intelectual brasileira era composta por personagens que tinham suas raízes fincadas nas classes dominantes. Esta se desenvolve aceleradamente em consequência de tal processo de modernização da sociedade e, entusiasmada por ele, procura contribuir para que se torne cada vez mais rápido. E o consumo das “novas idéias” parece um meio eficaz (RIBEIRO, 2003, p. 64).

Nas duas últimas décadas do século XIX, a educação constitui privilégio de poucos, apesar das idéias de universalização do ensino público tão profetizadas por republicanos. Este é contexto do surgimento dos pareceres de Rui Barbosa (1849-1923) sobre educação, que se tornam importantes para a compreensão da História da Educação Brasileira. Estes documentos foram redigidos no final do Império, e publicados sob o título de "Reforma do Ensino Secundário e Superior" – 1882 e "Reforma do Ensino Primário e Várias Instituições Complementares da Instrução Pública" – 1883.

Rui Barbosa empenha-se num projeto de modernização do país, e cria um projeto teórico propondo um novo sistema nacional de ensino, do básico até a universidade. Inspirou-se em exemplos de países onde a escola pública estava sendo difundida, a fim de demonstrar que os avanços alcançados por essas nações tinham estreita relação com o desenvolvimento na área da educação. Analisando a situação do ensino no Brasil, concluiu que a questão escolar no país se apresentava caótica.

Nos pareceres sobre o ensino primário, por exemplo, Rui Barbosa destacou que era necessário reorganizar totalmente o programa escolar. Para sustentar esta tese, analisou os dados estatísticos apresentados pelos ministros do Império, que demonstravam que o número de escolas no país tinha aumentado, porém ainda eram insuficientes, já que elas não acompanhavam o aumento populacional. Era urgente que se iniciasse e se estimulasse o sentimento da necessidade de uma "heróica reabilitação".

Rui Barbosa comparou o Brasil aos países de maior desenvolvimento, como os E.U.A, e concluiu que a porcentagem de alunos que freqüentavam a escola em nosso país era muito

pequena. Os dados relativos às escolas primárias do Império mostravam uma frequência de 1,04% da população em 1857; pouco mais de vinte anos após, em 1878, essa porcentagem havia aumentado apenas 0,57%.

Afirmava Barbosa que o ensino primário de fins do século XIX cristalizava o estágio de desenvolvimento em que se encontrava o país.

Com os estilos que dominam em nosso país, na aula de primeiras letras, o menino ainda não é o homem, mas uma máquina de repetir. A sensibilidade, a perceptividade, a espontaneidade, a originalidade, a atividade pessoal, a curiosidade, o gosto de observação, o gênio imitativo são elementos, que, desconhecidos na criança pela primeira educação, desaparecem de todo, ou se entorpecem para sempre no indivíduo, deixando constituir-se, por essa sucessiva superposição de camadas inertes, uma nação inevitavelmente inferior em independência de caráter, em capacidade produtora, em expansividade intelectual e moral, em robustez mental e física, em todas as qualidades de resistência, assimilação e desenvolvimento essenciais à existência sadia, honrosa e próspera de qualquer povo. As necessidades fisiológicas da cerebração, as leis da evolução do órgão pensante, as relações entre o desenvolvimento do cérebro e o desenvolvimento do corpo, todas essas exigências, fundamentais na organização de uma escola, estão por satisfazer até hoje. As fórmulas gramaticais, o catecismo e a tabuada reinam soberanamente, convertendo o ensino primário numa origem de empobrecimento físico, intelectual e moral para o país (RUI BARBOSA, 1966, p. 160).

Já com relação ao início do período republicano, Reis Filho afirma que as aspirações democrático-liberais do novo regime e conseqüentemente a preocupação com o problema da educação eram resultado do esforço de uma reduzida elite cultural (REIS FILHO, 1981, p. 5).

Impulsionado pelo processo de obter condições mais objetivas para uma intervenção política que fosse capaz de dar contas de instituir uma estrutura de ensino público, dá-se o desenrolar dos conflitos sociais.

Ocorria entre os intelectuais do período, o interesse em fazer crer na “superioridade da idéia republicana”, que seria redentora ao penetrar nas camadas mais populares (REIS FILHO, 1981, p. 8).

Segundo Reis Filho, o período do Governo Provisório que dirige o país no início da República, caracterizou-se por ter criado hábitos autoritários considerados incompatíveis com a situação constitucional: “O início legal do novo regime coincidiu com o crescente conflito político que colocou em questão a consolidação da República” (REIS FILHO, 1981, p. 14).

A organização da educação no Brasil, a partir das reformas implementadas pelo novo regime, como, por exemplo, a que trata de manter o direito de intervir na administração municipal das escolas públicas, tem um perfil “altamente intervencionista”, contraditório porém quando defrontado com a teoria liberal que a fundamenta (REIS FILHO, 1981, p. 21).

Então, a administração das questões educacionais não era fruto de um trabalho sério, já que era colocada sob a influência de um movimento político-partidário. Assim é que o autor define que tais reformas não passam de uma ilusão liberal, pois não deram cabo de um projeto democrático nem de criar condições para a universalização do acesso à educação, o que fez predominar uma realidade com resquícios oligárquicos (REIS FILHO, 1981, p. 24-25).

Nagle afirma que se acreditava que a educação teria um papel redentor, no período de inauguração da República, pois via-se nela a saída para os problemas do país. Em relação à sociedade da época, defende que as transformações de ordem política e econômica ocorridas durante a primeira república, tiveram impacto sobre a sociedade “por meio da variedade de novas orientações ideológicas”. Os projetos tinham ora orientação para conservar a ordem social, ora para reformular esta última (NAGLE, 1974, p. 23).

A urbanização de Piracicaba é acompanhada pelo desenvolvimento de uma cultura urbana e por um processo de escolarização nascente. As práticas culturais históricas constituem a base para o desenvolvimento do conteúdo da educação vigente à época. A discussão seguinte contribui para o reconhecimento do fenômeno educacional no Brasil, em suas bases simbólicas por meio das quais ele foi utilizado para representar um projeto social de desenvolvimento.

A filósofa Marilena Chauí define por “semióforo” um sinal que distingue alguma coisa num determinado contexto, sempre em relação a outra coisa. Esse sinal ou rastro deixado por alguém permite identificar seu produtor. Um semióforo seria “um acontecimento, um animal,

um objeto, uma pessoa ou uma instituição” cujo conteúdo possui significação, valor simbólico que se produz pela interpenetração entre o visível e o não-visível. Seu valor não é medido apenas pela materialidade que apresenta, mas também pela sua força simbólica (CHAUI, 2000, p. 11-12).

A teoria de Chauí permite indagar se no modo de produção capitalista é possível a existência de semióforos, já que a nova condição de reprodução técnica das obras de arte, dos raros objetos e das distantes localidades, trazida pela invenção da câmera fotográfica e do cinema, teria eliminado o caráter de singularidade presente nas obras, lugares e objetos. Como podem os semióforos sobreviver diante da condição de mercadoria que o capitalismo lhes impõe?

Esta suposição é desmontada quando nos referimos aos semióforos como sendo também signos de poder e prestígio. Eles contribuem, segundo Chauí, para conservar a dominação nos quadros ideológicos desejados pelas elites.

Chefias religiosas ou igrejas, detentoras do saber sobre o sagrado, e chefias político-militares, detentoras do saber sobre o profano, são os detentores iniciais dos semióforos. É nesse contexto que a entrada da mercadoria e do dinheiro como mercadoria universal pode acontecer sem destruir os semióforos e, mais do que isso, com a capacidade para fazer crescer a quantidade desses objetos especiais (CHAUI, 2000, p. 13).

A concepção destes símbolos pode estar vinculada ao próprio movimento de luta de classes. Obter títulos e partir para uma profissão liberal no final do século XIX traz como vantagem o caráter de diferenciação para com os demais. Isso pode significar em termos teóricos e práticos, que os símbolos de ostentação social eram tributários dos interesses de classe.

O processo que institui uma prática social como a da diferenciação das classes, como uma realização específica que assume uma forma histórica concretiza-se por meio da educação enquanto uma das dimensões da vida. A mediação histórica da educação permite

compreender como a relação conflituosa entre as classes sociais responde pelo processo educacional brasileiro.

1 - CULTURA NACIONAL E AS ELITES PIRACICABANAS.

Chauí (2000) afirma que a nação é uma invenção recente, e esclarece que antes da “invenção histórica da nação” é a palavra pátria, que deriva de um vocábulo latino (pater que significa pai), que ajudava a definir o Estado-nação. A autora define pater como sendo “o senhor, o chefe, que tem a propriedade privada absoluta e incondicional da terra e de tudo o que nela existe (...)” (CHAUÍ, 2000, p. 15).

Baseando-se em Hobsbawm, Chauí estabelece uma periodização para a análise do desenvolvimento que teve o conceito de Estado-nação. Propõe que em sua primeira etapa, difunde-se na Europa do início do século XIX um “princípio de nacionalidade”. Neste processo de invenção da nação, o discurso que se desenvolve nos meios políticos, cujas bases filosóficas são provenientes da economia política liberal, sustenta os vínculos entre a nação e o território.

A própria legitimação do moderno Estado-nação se baseia na necessidade do consentimento de seus cidadãos, porém enfrenta a dificuldade de incluir todos os que habitam o território nacional à sua esfera administrativa. Nesse contexto, o imaginário da nação surge com a difícil tarefa de dar unidade ao que é diviso econômica e socialmente.

O liberalismo que fundamentará os Estados em sua brava disputa por novos mercados durante o século XIX, no entanto, apresenta dificuldades quando é desafiado a operar com o conceito de nação, pois sua interpretação do mundo permite traduzir a realidade a apenas duas referências econômicas: a do indivíduo e a da empresa.

No final do século XIX, a partir principalmente de 1880, o conceito de “nação” passará a ser alvo de debate e irá produzir outro conceito, o de “idéia nacional”, porque o desencadeamento de conflitos sociais trazia à tona as massas trabalhadoras, e esta situação criava no Estado a demanda por algo mais do que simplesmente a passividade da nação. O patriotismo passa a ser substituído pelo nacionalismo, torna-se estatal, e é reforçado “com sentimentos e símbolos de uma comunidade imaginária cuja tradição começava a ser inventada” (CHAUI, 2000, p. 18).

O processo histórico de invenção da nação nos auxilia a compreender um fenômeno significativo, no Brasil, qual seja, a passagem da idéia de “caráter nacional” para a de “identidade nacional”. O primeiro corresponde, grosso modo, aos períodos de vigência do “princípio da nacionalidade” (1830-1880) e da “idéia nacional” (1880-1918), enquanto a segunda aparece no período da “questão nacional” (1918-1960) (CHAUI, 2000, p. 21).

Sustentando-se no trabalho de Dante Moreira Leite, Chauí afirma que tomando as construções do “caráter nacional” como ideologias, “elas foram, na verdade, obstáculos para o conhecimento da sociedade brasileira e não a apresentação fragmentada e parcial de aspectos reais dessa sociedade” (CHAUI, 2000, p. 21). Segundo a definição de “caráter nacional” de Moreira Leite, a elaboração ideológica que corresponde a ela se apresenta sempre como algo “pleno e completo”, seja para caracterizar a cultura brasileira em sua plenitude positiva ou negativa. Como sugere Chauí:

Em outras palavras, quer para louvá-lo, quer para depreciá-lo, o “caráter nacional” é uma totalidade de traços coerente, fechada e sem lacunas porque constitui uma “natureza humana determinada” (CHAUI, 2000, p.21).

São os caracteres de uma cultura em formação, com traços positivos e negativos que constituem a idéia de nacional que se desenvolve. Chauí, apoiada em Leite, nos apresenta pensadores da época como Silvio Romero e Afonso Celso, que trazem uma idealização do

nacional a partir de características psicológicas, tais como imitação do estrangeiro na vida intelectual, mística do bactério enfermo e fanático, lirista e amigo das palavras retumbantes, afeição à ordem, à paz, e ao melhoramento, hospitalidade, caridade e honradez (CHAUÍ, 2000, p. 22-23).

No início dos anos 80 do século XIX, as reportagens que faziam referências ao estrangeiro foram muito freqüentes, principalmente à França, à Inglaterra, e também aos Estados Unidos. A França vai se tornar a grande referência às práticas consideradas de um mundo civilizado, ou seja, do grupo dos países industrializados.

Em “Homenagem d’um Brasileiro a França” (1 de agosto de 1882), o jornal Gazeta de Piracicaba tece um artigo sobre a comemoração do aniversário da Revolução Francesa, convidando a todos a “glorificar hoje esse povo generoso que combateu pela liberdade humana, fundou o direito público das nações”. E mais adiante lê-se: “a nação por excelência não pode extinguir-se ante sua missão civilizadora”.

Artigos nos quais se discutem os avanços técnicos dos ingleses na área agrícola, ou se compara o Brasil com os Estados Unidos (10 de agosto e 7 de março 1883), ou tratam de apresentar a maneira francesa de fazer pão, caracterizam uma das facetas jornalísticas da “Gazeta de Piracicaba” na época. Nota-se a cristalização de um processo pelo qual se delineiam referenciais voltados a criar uma imagem do Brasil, associada a uma representação com ares de mundo moderno, civilizado e em pleno progresso.

Na ainda pequena cidade de Piracicaba, estes aspectos povoaram o imaginário dos habitantes letrados em sua maioria provenientes da elite. Uma elite empenhada em adquirir hábitos, idéias e comportamentos que se identificassem com um moderno modelo de vida. Em 8 de agosto de 1882, a Gazeta de Piracicaba trazia a reportagem sobre a moda em Paris, publicada primeiramente no jornal “O Globo”:

A moda de hoje em Paris para o papel de carta é esta:

O papel destinado às correspondências íntimas, tem actualmente em vez da coroa heráldica ou de braço, um emblema de phantasia.

Os sportvmen usam, para distinctivo do papel em que se carteiam, duas ferraduras, um cão de caça, etc. ; as meninas de quinze a dezoito annos adaptaram o papel azul polar, marcado com o livro; os noivos usam o emblema da flor de laranja (GAZETA DE PIRACICABA, 8 de agosto de 1882). (Anexo VII)

A elite piracicabana enquanto um fenômeno cultural que assume a forma de um processo particular do real, caracterizou-se por uma associação de valores conservadores e modernos, na medida em que se desejou atingir a modernidade. A totalidade histórica penetra a cultura, mas ela não constitui um todo já feito. Essa é uma realidade aberta e conduz à possibilidade de sua própria superação (CURY, 1995, p. 35).

Como já foi apontado anteriormente o conceito de totalidade é necessário para nossa análise, já que como sustenta Kuenzer a categoria implica:

(...) na concepção da realidade enquanto um todo em processo dinâmico de estruturação e de auto-criação, onde os fatos podem ser racionalmente compreendidos a partir do lugar que ocupam na totalidade do próprio real e das relações que estabelecem com os outros fatos e com o todo; onde os fatos são parte integrante de um processo de concretização que se dá através do movimento e das relações que ocorrem das partes para o todo e do todo para as partes, dos fenômenos para a essência e vice-versa, da totalidade para as contradições entre as partes (equilíbrio, harmonia/desequilíbrio, desarmonia) onde os conceitos entram em movimento recíproco e se elucidam mutuamente, atingindo níveis crescentes de concreticidade (KUENZER, 2000, p. 64).

E acrescenta que sob a luz desta categoria, a pesquisa poderá ser desenvolvida na contramão de pesquisas que professam uma história linear, “através de idas e vindas, sempre crescentes em amplitude e profundidade; assim, cada fenômeno, ao revelar a si mesmo e ao todo, deverá ser compreendido como um momento do todo, que ao mesmo tempo o explicita e o esconde” (KOSIK, 1976 apud KUENZER, p. 64-65). Nesse sentido, é expressivo o espaço que se reserva para a publicação de artigos que nos revelam parte do desenvolvimento das práticas sociais que vigoravam na Europa, e que podem ser conhecidas por meio da imprensa.

Os títulos de nobreza se tornam freqüentes no final do império do Brasil, numa tentativa de recuperação do decadente regime imperial. A nobreza tinha sido introduzida como classe social no Brasil com a chegada da família real portuguesa no início do mesmo século, e sendo assim, tais títulos implicariam numa espécie de europeização da elite. O cidadão piracicabano leu, por exemplo, um artigo que exaltava a figura do Barão do Amazonas:

O Barão do Amazonas

O Brazil perdeu recentemente um de seus mais ilustres filhos.

O inclyto barão do Amazonas, o intrépido vencedor do Riachuelo morreu deixando aos militares modernos exemplos de um combate naval, só mesmo em que o gênio de um cabo de guerra, como era elle, podia salvar da derrota a sua esquadra.

Francisco Manoel Barroso, foi um dos mais ilustres brasileiros, que abateu ante si o orgulho e a desmedida ambição do tyranno dictador S. Lopes (...) (GAZETA DE PIRACICABA, 25 de agosto de 1882). (Anexo VIII)

Em Piracicaba são expressivos os nomes de alguns dos maiores fazendeiros proprietários de terras, que atuavam em defesa do partido conservador, e receberam o título de barão: Barão de Rezende, Barão de Serra Negra, Barão de Monte Alegre.

Outra temática recorrente à época constitui-se das notícias que narram acontecimentos pessoais de juizes, ruralistas e negociantes, sujeitos denominados pelo jornal como “ilustres cavalheiros”. A vida destes cidadãos era noticiada quando se ausentavam da cidade em função de um parente enfermo, negócios, ou estavam de chegada à mesma para firmar residência, entre outros.

O Dr. Juiz Municipal - Seguiu no dia 25 para S. Vicente , onde acha-se muito gravemente doente sua sogra, a Exma. Sra. D. Amélia da Costa Carvalho, extremosa mãe de numerosa família, que por muitos anos residiu entre nós em companhia de seu marido o estimado médico Dr. Eulálio da Costa Carvalho. Está com a jurisdição do cargo o 2º. suplente o Sr. Manoel Innocencio de Paula Simões (GAZETA DE PIRACICABA, 29 de julho de 1882). (Anexo IX)

Hóspede – Com sua exma. Família acha-se n'esta cidade o Sr. Dr. Pedro Alexandrino da Rocha Lima, importante fazendeiro residente em S. Amaro, na província da Bahia.

O Sr. Dr. Lima veio visitar a seu genro o distinto facultativo dr. Américo Vespúcio Moreira Almeida, em cuja casa está hospedado.

Comprimntamos a S. S. (GAZETA DE PIRACICABA, 18 de agosto de 1882).
(Anexo X)

O que evidenciamos com as idéias veiculadas pelo jornal são práticas que se tornaram comuns no cotidiano da cidade, e que foram instituídas a partir de um referencial de classe. Quem naquele período poderia primeiramente tomar contato com o referencial citado, senão os homens letrados?

As práticas que correspondem a este processo são entendidas aqui como produto de um quadro de relações sociais, onde cada lugar está bem marcado. Numa sociedade estruturada em classes, os membros de uma classe compartilham de uma mesma visão de mundo, e portanto, esta última é socialmente determinada. Por sua vez, as idéias constitutivas de uma estrutura ideológica qualquer expressam uma visão de mundo, uma determinada perspectiva social.

A linguagem utilizada na concepção do conteúdo do jornal estava carregada de significação quando se fazia referência à elite piracicabana. “Estimados juízes, ilustre senhor ou distinto doutor” são signos reproduzidos através da linguagem da imprensa, e que concorreram para a formação de uma idéia, qual seja, a dos traços do caráter da elite. Foram, principalmente, os fazendeiros, os profissionais liberais, os homens que por serem ricos e/ou por serem negociantes, políticos, intelectuais, entre outros, que reivindicaram uma marca de diferenciação social.

Passamento – O nosso amigo Sr. Francisco Pimenta Gomes, 2º. tabelião d'esta cidade, acaba de ser ferido pela triste notícia do falecimento de seu prezado sogro, o Sr. Desembargador Antonio Candido da Rocha.

O honrado magistrado há anos sentia-se afetado de tísica pulmonar, tendo seguido para a província do Ceará, em cujo clima esperava conseguir minnorar seus sofrimentos, o que infelizmente não aconteceu, vindo a falecer no dia 26 do passado, na cidade de Fortaleza.

Nascido na cidade de Rezende, província do Rio Janeiro, formou-se pela Faculdade de Direito de S. Paulo, encetando logo sua carreira na magistratura, onde conquistou a estima publica e justa consideração (GAZETA DE PIRACICABA, 1 de outubro de 1882). (Anexo XI)

A notícia em questão fazia referência ao “honrado magistrado” ao comunicar a sua morte. Este fato não teria sentido para o propósito desta pesquisa, se fosse isolado do contexto que lhe dá o tom. São os atributos de uma classe social que estão em evidência.

É interessante analisar a relação da constituição do campo de ação das elites piracicabanas, com o fenômeno da ideologia da cultura brasileira. Por esta via, torna-se compreensível que o “amigo sr. Francisco Pimenta Gomes” tenha merecido uma nota tratando do falecimento do sogro, porque a “estima pública” e a “justa consideração” que alcançou o personagem podem ser entendidas no âmbito de um processo de diferenciação da elite.

Schwarcz aponta que foi com a vinda da família real portuguesa ao Brasil em 1808, que tivemos no país um “momento angular da história nacional”. Chegaram cerca de vinte mil pessoas, entre eles, a corte portuguesa, comerciantes franceses e ingleses, artistas e naturalistas, toda sorte de gente que teria gerado um impacto cultural na nação “entraria no Brasil, também, toda uma agenda de festas e uma etiqueta real que, abaixo do equador, ganhou um colorido ainda mais especial” (SCHWARCZ, 1998: 36).

O regime político monárquico que se instaura trazia, concomitantemente aos processos econômicos que iam moldando o Brasil da época, a gênese dos símbolos que se prestariam a dar o tom aos motivos da criação de um Estado-Nação. A cidade do Rio de Janeiro foi a primeira a sentir a revolução dos costumes, cujo modelo estava na “Paris burguesa”. Mas a realidade local “oscilava entre bairros elegantes e as ruas do trabalho escravo” (SCHWARCZ, 1998: 106).

A cidade fluminense, sede da corte, passará a funcionar como um pólo centralizador e difusor de hábitos, costumes e até linguagens para todo o país, além de se transformar no cenário principal em que se desenrolava a dramatização da vida social da boa sociedade.

(...) Mas é na capital, durante os anos de 1840 e 1860, que se cria uma febre de bailes, concertos, reuniões e festas. A corte se opõe à província, arrogando-se o papel de informar os melhores hábitos de civilidade, tudo isso aliado à importação de bens culturais reificados nos produtos ingleses e franceses (SCHWARCZ, 1998, p. 110-111).

Concerto – hoje às 8 horas da noute, no salão do sobrado pertencente à herança da finada sra. D. Maria da Annuniação L. do Canto, realiza-se o concerto vocal e instrumental, que noticiamos, dado pelo distinto pianista e compositor nosso compatriota Sr. Henrique Braga.

É uma festa attrahente, à qual o público Piracicabano não deve deixar de comparecer, tanto mais que, além do variado e escolhido programma inserido n’outra secção d’esta folha e do concurso de diversos conceituados professores residentes n’esta cidade, será abrilhantada por algumas exmas. senhoras, distintas amadoras que obsequiosamente vão auxiliar ao Sr. Braga, fazendo-se ouvir diversas vezes. (GAZETA DE PIRACICABA, 23 de agosto de 1882) (Anexo XII)

Saudação – Por ocasião do aniversário do casamento do Sr. Joaquim Egidio do Amaral Pinto, estimado negociante d’esta praça, e do batizado de um seu filhinho no dia 20 do corrente, a sociedade musical particular “Euterpe Piracicabana”, incorporada, dirigiu-se à casa de sua residência com o fim de saudá-lo e à sua exma. esposa.

O Sr. Amaral Pinto, agradecendo essa prova de amizade, ofereceu a todos os que se achavam presentes, entre os quais diversos convidados e parentes seus, um profuso copo d’água, durante o qual trocaram-se entusiásticos brindes (GAZETA DE PIRACICABA, 20 de outubro de 1882).

Sobre o carnaval que se praticava na época, Sevcenko explica:

O carnaval que se deseja é o da versão européia, com arlequins, pierrôs e colombinas de emoções comedidas, daí o vitupério contra os cordões, os batuques, as pastorinhas e as fantasias populares preferidas: de índio e de cobra viva (SEVCENKO, 1995, p. 33).

As práticas sociais retratadas pelo jornal “Gazeta de Piracicaba” davam base ao estabelecimento do estatuto ideológico do projeto de hegemonia da elite, uma vez que tais práticas eram reconhecidas pela sociedade como um todo. O mesmo processo do desenvolvimento da sociedade burguesa contribui para a divisão de classes, e estimulava práticas de classe.

O fato das práticas da elite gerar uma série de símbolos que indicassem uma posição social respeitada, admirada e desejada por muitos, calcada nos termos do argumento da diferenciação, seja através da realização das festas, dos cerimoniais religiosos, de viagens a negócios, seja através da profissionalização pelo sistema formal existente na época, expõe a atitude ideológica da elite.

Aos “estimados juízes, ilustres senhores, importantes negociantes desta praça, e aos distintos doutores” o respeito, a admiração e o merecido destaque na imprensa local. Essa interpretação nos ajuda a entender o passado, na medida em que admitimos que este é um processo cultural apoiado em bases materiais, no qual se privilegia a dialética relação entre a infra-estrutura e o complexo processo de arquitetura das ideologias, inscrita no nível das práticas e ações dos personagens mencionados.

O entendimento das relações sociais que se faz neste trabalho, parte de uma interpretação dos fatos que leva em conta as condições estruturais que servem de base para localizar de onde os sujeitos falam. O modo de pensar e de agir dos sujeitos históricos aqui citados é, então, captado em função dos interesses defendidos, que correspondem sempre aos interesses de uma classe social. E para evitar um recorte unívoco, que analise apenas em nível superficial a repercussão dos fatos culturais ocorridos na época da transição de regimes no país, é que esta proposta encaminha o estudo através da compreensão dialética da relação entre estrutura/superestrutura.

É então no bojo de uma interpretação materialista cultural, que passamos a identificar uma relação de mediação, de totalidade e de contradição entre sociedade e educação. De forma geral, a cultura escolar está imbricada com a cultura urbana em fase de desenvolvimento, pois, acredita-se que quando anunciamos a cultura correspondente ao processo de urbanização de fins de século, tratamos da totalidade do processo ideológico que

vigora no escopo de um sítio urbano. A cultura que ajuda a construir um conceito de educação para o período dialoga, então, com a cultura urbana.

À respeito do processo de urbanização brasileira durante o século XIX Viotti afirma que na primeira metade do referido século, as cidades do interior do país viviam, na sua maioria, “à margem da civilização, meras extensões das zonas rurais” (VIOTTI, 1977, p. 185).

A população dos núcleos urbanos do interior vivia isolada, ignorante do que se passava no mundo. Apenas os fazendeiros mais importantes freqüentavam periodicamente os grandes centros para tratar de negócios ou em busca de distração, ansiando por um banho de civilização (VIOTTI, 1977, p. 187).

A autora sustenta que a ignorância a que se refere não é decorrente da ausência, por exemplo, de jornais e correios que fossem responsáveis por manter informada alguma parcela da população. Era fruto de uma prática paternalista herdada do colonialismo, e que se explica segundo a ausência de participação política dos cidadãos da época (VIOTTI, 1977, p. 187).

Já na segunda metade do século, fatores como a imigração, a abolição da escravidão, as vias férreas, melhoramentos urbanos e um princípio de industrialização guinaram mudanças nas cidades. O número de escolas na cidade de São Paulo, por exemplo, cresceu e o índice de alfabetização passou de 5% em 1835, para 35% em 1872, e 45% em 1887, enquanto o resto do estado alcançou 29% também no ano de 1887. Este fato impulsionou a abertura de jornais e revistas (VIOTTI, 1977, p. 198).

Em tese realizada recentemente José Luis Simões (2005) defende que as elites locais são as precursoras do que se convencionou chamar no período republicano, por “progresso”. O conceito de “progresso” foi se tornando um conceito fortemente veiculado pelos meios de comunicação da época, ao qual se vinculava o discurso da escolarização como condição para tal.

2 – A EDUCAÇÃO COMO MEDIAÇÃO DO PROJETO SÓCIO-CULTURAL DAS ELITES.

Segundo a fonte de imprensa, Gazeta de Piracicaba, levantada no IHGP (Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba), pode-se perceber que, já no início da década de 80 do século XIX, no bojo do projeto de hegemonia da elite, onde são estabelecidos os semióforos da diferenciação, a educação também se torna uma mediação para que esse processo se consolide.

O problema que o contexto nos coloca com relação à educação, entre o final do Período Imperial e o início da República, consiste em questionar como a idéia de educação que se criou concomitantemente à urbanização de Piracicaba, transformou-se também no lugar comum onde residiu o conteúdo ideológico do republicanismo, do liberalismo e nacionalismo.

A educação atendia a uma parcela pequena da população, e em geral, atendia as elites que mantinham o controle político e econômico de Piracicaba. Como já foi apontado anteriormente, as novas camadas urbanas estudaram nas primeiras escolas que se estabeleceram durante esse período, e foram os estudantes provenientes delas que, uma vez formados nos grandes centros urbanos do país ou do estrangeiro, se tornariam os influentes doutores de um centro urbano do interior paulista.

A categoria da mediação nos ajuda a estabelecer os vínculos entre o real e o pensamento, entre a situação vivida pela educação brasileira à época, e o jogo político que subjaz o processo educacional. Com relação ao real é somente por meio de sua historicização que podem ser estabelecidas as condições de realização do fenômeno. Com relação ao pensamento, a mediação impede a redução do fenômeno pela via da metafísica.

Cury afirma que o movimento das mediações enquanto história é relativo ao pensamento, sempre que este último esteja referido ao real. Pelo contrário, quando o pensamento tem pretensões a-históricas, corrobora para o processo de hegemonia da ideologia dominante, pois universaliza uma mediação que se caracteriza pela contradição.

A mediação (...) não pretende ser apenas e necessariamente reprodutora da estruturação ideológica reinante. Pode ser uma mediação crítica, pois a legitimação que a ideologia dominante busca nas mediações (e por ela se difunde) não é explicável de modo mais abrangente sem as contradições existentes no movimento da sociedade (CURY, 1995, p. 44).

Kuenzer, com relação à mediação comenta que:

(...) no contexto do real nada é isolado; isolar os fatos significa privá-los de sentido e inviabilizar sua explicação, esvaziando-o de seu conteúdo; daí a necessidade de trabalhar com a categoria mediação, de tal modo a, cindindo o todo ao buscar a determinação mais simples do objeto de investigação, poder estudar o conjunto das relações que estabelece com os demais fenômenos e com a totalidade (KUENZER, 2000, p. 65).

E, Severino, em sua definição de mediação proclama:

A existência humana se tece pela ação e pelo conjunto das atividades práticas que os homens desenvolvem na concretude espaço-temporal. A substância do existir é a prática. O existir é antes de tudo desdobrar-se pelo agir numa interação permanente e intensa com os dados da natureza material, com os outros sujeitos na sociedade e com as construções simbólicas, subjetivamente produzidas por sua consciência e guardadas pela memória e objetivamente conservadas pela cultura (SEVERINO, 2001, p. 44).

A respeito da prática política dos sujeitos enquanto uma das dimensões da mediação do existir, o mesmo autor afirma que o homem é um agente da história, forjado no próprio processo histórico. Exprime seus atos como agente do tempo por meio de sua produção ideológica, na sua luta contra a natureza, mas também na luta social (SEVERINO, 2001, p. 53).

Assim, a natureza social das relações inter-humanas é marcada pela impregnação do poder. Por um lado, este é sustentado pelos processos materiais e objetivos da produção econômica; por outro, pelos processos culturais e subjetivos da produção simbólica (SEVERINO, 2001, p. 55).

Severino sugere ainda que a educação pode ser tomada como mediação da existência histórica:

A educação é mediada e mediadora, esforço de constituição de significado, explicitando sua condição ontológica de prática humana. A educação é mediação fundamental para as demais, que formam a existência histórica. A educação é um investimento intergeracional com o objetivo de inserir os educandos nas forças construtivas do trabalho, da sociabilidade e da cultura. Entendida a educação como prática real, superam-se as concepções espiritualizadas do processo. A educação é uma atividade como qualquer outra, é trabalho e prática social e simbólica (SEVERINO, 2001, p. 67).

Admitindo que a educação é uma atividade traduzida para o contexto social por meio das práticas que estimula, e pela prática simbólica, analisa-se como isso se processa pela imprensa. No dia 6 de fevereiro de 1883, a Gazeta de Piracicaba apontou para a necessidade de se chegar ao fim um “importante problema – a educação nacional”. Segundo o artigo, tratava-se de elevar o desenvolvimento intelectual e moral do brasileiro para que o país conquistasse finalmente “sabedoria, justiça, fraternidade” e “liberdade”, ideais originários no processo da revolução francesa:

O homem que lê e que estuda, não só adquire habilitações para todas as funções da vida prática, como ainda penetra até o segredo das leis que governam esses milhares de mundos, suspensos por sobre a sua cabeça, num movimento incessante, dentro da órbita, que lhes marcou na amplidão infinita o dedo onnipotente do Creador.

Os sentimentos nobres e as aspirações elevadas, quando irrompem n'alma humana antes de terem dissipado as escuridões da inteligência, são como o gemen que nasce entalado entre as pedras; não vicejam, nem fecundam.

Sabedoria, justiça, fraternidade, liberdade, todas essas manifestações da superioridade de nosso ser intelectual e moral. (GAZETA DE PIRACICABA, 6 de fevereiro de 1883) (Anexo XIII)

O mundo exterior que comumente era tomado como parâmetro para constituir as referências quanto ao mundo considerado moderno, também suscita uma influência na concepção de educação. A discussão recorrente tomava a educação como um problema que afligia toda a nação, e levantava a preocupação com a formação da identidade nacional e o papel que a educação deveria cumprir no processo de formação das gerações vindouras. Em 14 de janeiro de 1883, a educação era chamada para uma missão onde a nação deve ser colocada em vantagem em relação ao indivíduo:

Educação nacional - O desenvolvimento do sentimento de nacionalidade merece sem dúvida a atenção especial de todos aqueles que receberem a missão de fazer a educação da geração nascente. O indivíduo deve, sob este ponto de vista, ser considerado como pertencendo à uma nação determinada, como parte de um todo no qual ele se confunde; por conseqüência, o desenvolvimento não deve limitar-se a fazer dele um homem, mas também um cidadão que tenha vivo desejo de contribuir por todos os meios ao bem estar dessa sociedade da qual elle faz parte, pronto a sacrificar o seu interesse pessoal pela felicidade geral (GAZETA DE PIRACICABA, 14 de janeiro de 1883). (Anexo XIV)

A idéia de construção da nação é um processo que remete a questão do caráter nacional. No texto do artigo citado, a educação é considerada estratégica para efeito da institucionalização de um “sentimento de nacionalidade”, ou seja, ela é chamada para organizar a nação por meio do Estado, e, sobretudo, com a finalidade de conduzir a sociedade à felicidade. É exatamente a relação que se estabelece entre a educação e os nascentes conceitos de nacionalismo e de liberalismo, que esta pesquisa entende como mediação da educação. Com a leitura do artigo ainda vemos o direito individual enfrentar a limitação imposta pela realização da “felicidade geral”.

Outra mediação possível de ser captada na área da educação é a que ocorre quando a idéia de educação nacional constitui um esforço para se aproximar do modelo estrangeiro de desenvolvimento intelectual. A leitura dos relatos de estudantes no exterior é indício de que neste período havia uma preocupação em promover a jovem geração proveniente dos quadros

da elite, através do conhecimento formal adquirido na Europa. Lê-se em 28 de janeiro de 1883:

Brasileiros na Europa – Os estudantes brasileiros em Bruxelas organizaram uma associação literária denominada – União Brasileira – no intuito de exercitarem-se em discussões científicas e de viverem mais relacionados entre si. Funciona há seis meses e consta, por ora, de vinte e quatro sócios, todos brasileiros: nem são admissíveis os estrangeiros. Foram-nos obsequiosamente mostrados um exemplar dos estatutos, que os regem, e outro do relatório dos trabalhos no semestre decorrido, apresentado pelo presidente Sr. Francisco A. Nardy, irmão do nosso inteligente promotor público, Sr. Adolpho Alberto Nardy de Vasconcellos (GAZETA DE PIRACICABA, 28 de janeiro de 1883). (Anexo XV)

Para a Europa – Seguiu hontem com destino à Europa o sr. Luiz Mancini, sócio da firma Miguel Mancini & Irmão, estabelecida com loja de fazendas e alfaiataria nesta cidade.

Segundo nos consta, aquelle Sr. Se demorara na Itália e em França uns três mezes, aperfeiçoando-se em Pariz, na sua arte de alfaiate e voltando a exercel-a aqui, onde a casa, de cuja firma faz parte conta numerosa freguezia (GAZETA DE PIRACICABA, 1 de junho 1884). (Anexo XVI)

Na publicação de 1º. de maio de 1889, do jornal “Gazeta de Piracicaba”, sobre a difusão da obrigatoriedade da instrução de nível primário, pode-se observar que as aptidões intellectuais mereceram maior consideração do que as habilidades ligadas ao trabalho braçal, referencial comum à época.

As nações modernas, com a descoberta e desbravamento de regiões inteiras desconhecidas, com a fundação de nacionalidades novas, com o aumento pasmoso da população, com a decrepitude das velhas organizações militares, com o advento de indústrias desconhecidas, iniludíveis compreenderão que na luta pela existência os seus cidadãos não teriam de então em diante de contar só com o braço: seria necessário contar antes e acima de tudo com a idéia. Daí a alta conta em que foi tida a instrução, daí, como arma de aperfeiçoamento e luta, o ensino obrigatório (GAZETA DE PIRACICABA, 1º. de maio de 1889). (Anexo XVII)

Imprimem, portanto, um caráter depreciativo ao trabalho braçal, e passam a ver na “razão” a mola mestra para o novo desenvolvimento. É relevante compreender que o conhecimento racionalizado passaria a receber um reforço institucional: a regulamentação dos Grupos Escolares em 1892, no início da república velha, materializado na reunião do ensino seriado num mesmo prédio. Nesta instituição circulava um currículo propedêutico, de conteúdo humanista, conhecimento que corroborava para a divisão de classes, pois correspondia à formação dos quadros dirigentes.

Vai sendo confirmada assim, uma dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, e vemos o nascimento de um conceito de cultura escolar que visava favorecer uma escola que enrijece os pilares das elites. É a construção do princípio educativo em torno da diferenciação social que se apresenta.

As classes dominantes, interessadas em instituir um rol de idéias e valores que lhes servissem de instrumento de poder, tiveram influência na definição de uma cultura urbana, e por consequência da educação. Também criaram um ambiente favorável ao estabelecimento de uma identidade. O destaque que se dava na imprensa aos médicos, advogados e engenheiros indicam claramente um esforço para o estabelecimento da diferença, da marca, que se tornava plena de ser exercida com a profissionalização. E muitas vezes, estes profissionais qualificados apareceram estampados juntos dos “capitalistas”, os proprietários de empresas:

Estatística – Diversos jornais referem que uma pessoa que se dedica assiduamente ao estudo do “Almanaque de Laemmert” diz que há na cidade do Rio de Janeiro 995 capitalistas, 870 médicos, 234 advogados, 110 engenheiros, 174 farmácias, 46 drogarias, 17 fábricas de flores de pano, 10 fábricas e depósitos de gelo, 5 lojas de espingardas, 17 fábricas e lojas de espelhos, 105 casas de ferragens, 15 lojas de brinquedos, 202 casas de calçados, 15 fábricas de chapéus e 70 lojas do mesmo gênero, 36 fábricas de chapéus de sol, 262 casas de charutos, cigarros e fumos, 140 barbeiros, 38 cabeleireiros, 72 confeitarias, 180 colégios particulares, 98 açougues, 170 cafés e bilhares (...) (GAZETA DE PIRACICABA, 6 de fevereiro de 1883). (Anexo XVIII)

Foi possível encontrar artigos publicados no periódico em pauta, cujo destaque de primeira página indica a importância que a sociedade piracicabana dava as pessoas que logravam estudar medicina ou direito.

Exame – Fez, em S. Paulo, exame de Aritmética, sendo plenamente aprovado, o sr. Antônio de Moraes Barros, filho do nosso amigo Sr. Dr. M. de Moraes Barros (GAZETA DE PIRACICABA, 18 de agosto 1882).

Approvados – No dia 4 do corrente, na Faculdade de Medicina da corte, prestou exame das matérias da 5ª. Série médica o nosso conterrâneo Sr. João Baptista da Silveira Mello, filho do importante fazendeiro deste município Sr. Joaquim da Silveira Mello, sendo plenamente aprovado.

No dia 7, na mesma Faculdade, prestou exame da 6ª. Série de medicina outro nosso conterrâneo, o Sr. Dr. Paulo Pinto de Almeida, sendo aprovado com distinção em pharmacologia, medicina legal e toxicologia e plenamente em hygiene.

Felicitamos aos dois distintos piracicabanos. (GAZETA DE PIRACICABA, 11 de dezembro de 1885). (Anexo XIX)

Para a concepção de um instrumental teórico-metodológico que respondesse aos questionamentos acerca dos aspectos culturais que geraram condições para que a educação fosse utilizada como lugar de exercício do poder da elite, tomou-se a educação enquanto mediação do processo histórico, sob a perspectiva de entendê-la estreitamente circunscrita pela unidade dialética a que corresponde.

É no processo de criação cultural em torno do significado da profissionalização dos advogados, médicos e engenheiros que se concretiza uma relação específica de mediação entre educação e cultura. A visão que se difundia de trabalho qualificado é apresentado pelos jornais, num plano dicotômico em relação ao trabalho manual.

Viotti defende que o patriarcalismo no Brasil e o domínio das oligarquias, ao sobreviverem às mudanças do século XIX, associadas à sobrevivência da economia agrária de

exportação, atribuem um papel especial ao bacharel. Nesse contexto, o bacharel foi nos centros urbanos, o representante do fazendeiro.

Liga-se a ele por laços de família ou de amizade, não sendo poucos os bacharéis que se converteram em fazendeiros, principalmente nas áreas em que a agricultura estava em expansão. (...)

O melhor testemunho da atitude dos bacharéis é dado pelo comportamento dos intelectuais. Alguns provinham, como Sílvio Romero, de famílias cujas atividades eram ou tinham sido essencialmente agrárias. Outros tinham origem estritamente urbana. Localizando suas atividades nos centros urbanos mais importantes, onde o contato mais íntimo com a cultura européia e com a vida urbana lhes dava relativo distanciamento da realidade rural, opunham-se, às vezes, teoricamente, ao domínio das oligarquias, denunciando a opressão que estas exerciam sobre as populações rurais e urbanas. Criticavam o latifúndio, a escravidão; preconizavam métodos de ensino mais modernos. Continuavam, no entanto, na dependência das oligarquias que queriam combater, ocupando cargos públicos para os quais eram nomeados por interferência de elementos da oligarquia, escrevendo em jornais ou revistas, publicando livros que se destinavam a um público leitor cujos limites não ultrapassavam de muito os da oligarquia ou dos grupos urbanos que compunham sua clientela (...) (VIOTTI, 1977, p. 202-203).

Ainda com relação ao desenvolvimento urbano que constituía o cenário do projeto de ascensão da elite piracicabana, na década de 1870, Piracicaba contava com a Estrada de Ferro Ituana, uma empresa de transporte fluvial a vapor, descaroçadores de algodão, novas técnicas da fabricação de açúcar, dando nova vida aos antigos Engenhos, a Fábrica de Tecidos de Luiz Vicente de Souza Queiroz, o Engenho Central do Barão de Rezende, e iluminação pública que “eram sinais do desenvolvimento econômico e da nova mentalidade capitalista, favorecendo, portanto, um surto cultural, com o aparecimento dos primeiros jornais de certa importância” (TORRES, 2003, p. 182).

Com relação à evolução do quadro político, quando se deu a arrancada republicana na década de 1870, houve a adesão dos piracicabanos ao Manifesto Republicano, e a presença de um grupo de piracicabanos à Convenção de Itu. Seguiram-se as ações do movimento republicano na cidade, como as Sociedades Beneficentes, com a construção da Santa Casa da

Misericórdia, o Hospital de Lázaros, a Loja Maçônica, fundada por Prudente de Moraes e outros (TORRES, 2003, p. 182).

Torres afirma que antes de ser fundada a “Gazeta de Piracicaba”, outro jornal era editado desde 1874, o “Piracicaba”, que pertencia a Andrade Coelho, e tinha como redator, um promotor público local, o Dr. Brasília Machado (TORRES, 2003, p. 182). Este jornal teve suas atividades encerradas quando Brasília Machado mudou-se para São Paulo, em 1886.

No início dos anos de 1880, Piracicaba contava com uma população de pouco mais de 15.000 habitantes, e havia 5.339 escravos. Nessa época a cidade já contava também com trabalhadores de origem européia. Simões (2005) aponta a existência de imigrantes italianos, espanhóis e libaneses dentro da composição social local.

A guerra civil dos Estados Unidos da América contribuiu para aumentar o número de imigrantes no Brasil, e muitos norte-americanos instalaram-se em Santa Bárbara e Piracicaba, trazendo valiosa colaboração à cultura piracicabana, com a fundação de um Colégio de alto nível, além de novas práticas de agricultura (TORRES, 2003, p. 184).

No dia 11 de setembro de 1882, o reverendo norte-americano James William Koger deu início à instalação da Igreja Metodista de Piracicaba, a terceira a ser fundada no Brasil.

O lançamento festivo da primeira pedra, a 8 de fevereiro de 1883, da Igreja Metodista, coincidiu com o início da construção do atual Colégio Nossa Senhora da Assunção, no alto da rua Boa Morte, com lançamento da primeira pedra no dia 22 do mesmo mês. Da cerimônia encarregaram-se o Padre Francisco Galvão Paes de Barros, o Vigário Custódio Soares de Barros, vice-presidente da câmara municipal, o juiz municipal do termo, Dr. Afrodísio Vidigal, e Dr. Adolpho Alberto Nardy de Vasconcellos, promotor público (TORRES, 2003, p. 185).

O Gabinete de Leitura foi instalado em Piracicaba em 1876. Este seria, provavelmente, na interpretação de Torres, “o embrião da primeira biblioteca regular, mas já em 1880 ela

vinha por ser extinta, e José Teixeira Mendes, um dos seus fundadores, enviava à Câmara Municipal o seu pequeno acervo, afirmando que era visto ser da competência da Câmara, por ter sido fundada por meio de uma subscrição popular” (TORRES, 2003, p. 186). A Câmara decidiu reorganizá-la e em 1884 passou a funcionar como biblioteca municipal, junto ao prédio da Câmara.

No ano de 1884, a cidade pode ver o surgimento de uma escola no Bairro Alto, e para sua direção foi nomeado o professor normalista Augusto César de Arruda Castanho, que havia recém terminado o curso da Escola Normal da Praça da República em São Paulo.

Mas a realidade das escolas piracicabanas era um quadro formado por escolas mal instaladas e com o desinteresse das autoridades pela instrução pública. Em 1891, o governo municipal de Piracicaba dirigiu ao Governo do Estado uma carta relatando a situação “desmantelada” em que se encontrava a escola pública na cidade, citando ainda que os membros do Conselho de Instrução do Município encontravam-se de viagem e que haveria entre eles, um conselheiro analfabeto.

Nos anos que se seguem, a precariedade das instalações das escolas existentes no município levou alguns piracicabanos a implementar uma campanha para a criação de um fundo, que fosse destinado a angariar recursos para a construção de um prédio destinado a ser um Grupo Escolar. Foi assim que nasceu a “Sociedade Propagadora da Instrução de Piracicaba”, com a participação de membros da elite local (TORRES, 2003, p. 189).

A lei estadual número 88 de 1892 organiza as Escolas Normais. Em abril de 1895 o vereador Manuel de Moraes Barros propôs à Câmara que endereçasse ao Presidente do Estado, pedido para a criação de um grupo escolar acompanhado de uma escola complementar, oferecendo para isso a quantia de 20 mil contos de réis. Nessa época, havia em Piracicaba 14 mil habitantes, com 1337 crianças em idade escolar, e só havia nove escolas públicas que não atendiam a demanda por instrução básica.

Um aviso do Tesouro do Estado de 27 de junho de 1895 comunicava haver recolhida nessa repartição a soma de vinte mil (20.000) contos de réis, reservada pelo Estado para a

construção de um Grupo Escolar, cuja pedra fundamental foi lançada no dia 17 de julho desse ano em terreno contíguo ao da chácara do cidadão Antônio Teixeira Mendes.

Para completar as obras do 1º. Grupo Escolar, a Câmara, que já tinha desapropriado terrenos na rua do Comércio, adquiriu mais cinco braças de frente por quinze de fundo, da chácara de Antônio Teixeira Mendes, do lado da atual rua Ipiranga e já em 13 de maio de 1897 funcionava em sua fase preparatória o que seria nosso atual Grupo Barão do Rio Branco. Este grupo escolar foi conhecido durante muito tempo como Velho, em oposição ao segundo grupo escolar instalado mais tarde no mesmo lugar da cadeia velha, o futuro Grupo Escolar Moraes Barros, conhecido como Novo (TORRES, 2003, p. 197).

A 27 de maio de 1896 o Inspetor Escolar, professor Arruda Castanho, foi nomeado membro do Conselho de Instrução Pública do Estado.

Primeiro presidente civil da república, Prudente de Moraes já tinha sido, no Governo Provisório, presidente do Estado de São Paulo. No seu governo foi criada a Escola Normal, e nessa época, foi iniciada a construção do edifício na Praça da República para nele se instalar a dita escola. A 3 de agosto de 1894 os Drs. Bernardino de Campos, Cesário Motta e J. Guimarães Júnior enviaram a Prudente de Moraes o seguinte telegrama:

Em nosso nome e do Governo de São Paulo vos saudamos como fundador da Escola Normal desse Estado cujo edifício acabamos de inaugurar (TORRES, 2003, p. 197).

3 - CARIDADE E EDUCAÇÃO.

Outro aspecto que chama a atenção dentro do rol de práticas que ajudam a identificar acontecimentos que revelam uma sociedade autoritária, onde determinadas ações são indicativos do poder da elite, diante da desigual condição material dos homens, são os atos que levam o rótulo de caridade.

No caso da construção daquele que viria a se tornar o principal hospital da cidade, a “Irmandade da Misericórdia”, pode-se notar que sua origem está vinculada a um discurso com um ar de veneração para com os “dignos filhos da florescente Piracicaba”, dos quais “nem era de esperar-se outro procedimento por parte daqueles que incessantemente têm sabido dar impulso ao desenvolvimento local” (GAZETA DE PIRACICABA, 23 de maio de 1883).

Em artigo conseqüente, são divulgados os nomes dos integrantes do grupo de caridade responsável pelas funções administrativas do hospital. Atente-se para o fato de os irmãos Moraes Barros estarem mais uma vez incluídos entre os personagens que se promovem por meio de tais ações:

Irmandade da Misericórdia – Domingo, 20 do corrente, reunida a mesa, e presentes os srs. Virgílio Pereira, secretário, que tomou a cadeira da presidência na falta do provedor, servindo do provedor, servindo de secretário o Sr. Francisco Silva; A. Teixeira Mendes, tesoureiro; F. L. de Castro Neves, procurador; definidores Drs. Estevam de Rezende, M. de Moraes Barros, Rocha Almeida, Canuto Saraiva e Xavier da Rocha; mesários, Dr. Prudente de Moraes, Paula Eduardo, Ricardo de Mattos, Silva Novaes e mais membros da irmandade, foi aberta a sessão, lida e aprovada a ata da antecedente (...) (GAZETA DE PIRACICABA, 23 de maio de 1883). (Anexo XX)

Chama a atenção um evento organizado pelas “distintas senhoras” da sociedade piracicabana, na ocasião da realização de um “leilão de prendas” que tinha como objetivo angariar fundos para o hospital. Certamente, enquanto os maridos estavam envolvidos diretamente com a administração dos fundos para o funcionamento do hospital, suas “distintas senhoras” estavam também de alguma forma, contribuindo para o efeito de diferenciar-se das demais classes sociais (GAZETA DE PIRACICABA, 6 de junho de 1883).

Observando a atitude de caridade da elite piracicabana, pode-se referir a categoria da mediação, pois, o pensamento conservador ganha materialidade numa ação que, concomitantemente, projeta significado ao interesse da classe dominante.

A mesma idéia de vincular benevolência e caridade acaba por influenciar determinadas ações que envolvem a concepção de uma cultura escolar urbana. Em 8 de agosto de 1883, publicava-se:

Seção Livre - Sr. Editor - É nutrido das mais lisonjeiras esperanças que venho à imprensa para congratular-me com os distintos cavalheiros, que tanto se esforçam na consecução de um bom colégio de meninas nesta cidade.⁵ Este grande melhoramento, e verdadeiro progresso a eles, e só a eles se deve. A memória de seus nomes passará coberta de bênçãos à posteridade; e ficará para sempre burilada em letras indeléveis nos corações dos vindouros. Peço-lhes permissão para declarar os nomes dos que já se acham alistados no número dos ilustres fundadores do colégio; e irei sempre declarando os nomes dos que forem se alistando. Eis os nomes já alistados:

Os Srs. Major Fernando Ferraz de Arruda, Tenente Cel. Antônio de Barros Ferraz, Antônio Corrêa Pacheco, Cel. Carlos de Arruda Botelho, Luiz Antônio Almeida Barros, Jeremias Ferraz de Andrade, Manoel Morato de Carvalho, Joaquim da Silveira Mello, Conselheiro Antônio da Costa P. e Silva, Dr. João B. da Rocha Conceição, José Amâncio da Silveira, Francisco de Souza Barros, José Fernando de A. Barros, Francisco Antônio da Rocha (...) (GAZETA DE PIRACICABA, 8 de agosto de 1883).

Mobílias para as escolas públicas – Na última sessão da câmara, o sr. Dr. Moraes Barros, comunicando o resultado obtido com a subscrição aberta para a aquisição de mobílias para as escolas públicas. Na cidade indicou-se que se nomeasse uma comissão a fim de obter donativos até atingir a quantia necessária.

Foi nomeada a comissão composta dos srs. Drs. Moraes Barros e João Conceição, e José Ferraz Júnior. Tomando parte na concorrência para tão útil fim os vereadores que ainda não haviam contribuído e que se achavam presentes, rendeu alli a quantia de 150\$000. Além destas há diversas assignaturas que ainda não foram cobradas (GAZETA DE PIRACICABA, 20 de fevereiro de 1883). (Anexo XXI)

Assim, reforça-se que a ideologia de uma cultura nacional por meio dessas atitudes impedia a sociedade brasileira de tomar consciência de seus problemas reais, reduzindo as chances de mudança social.

4 - ELITE LETRADA.

⁵ O colégio a que o texto se refere é o “Colégio Assunção” de tradição católica.

Segundo Sodré, é no processo de surgimento de “brechas” no regime imperial, que inúmeros personagens foram colocados no centro da cena política, ou da cena artística e intelectual.

Pela centralização o império procurava destruir a grande força social representada pelas oligarquias provinciais, oligarquias que haviam suportado a direção dos negócios públicos desde a independência e que tinham tornado possível a autonomia brasileira, pela hierarquia de valores de toda ordem que representavam e pela soma de interesses que reuniam.(...) A grande e sólida política imperial (...) descambou (...) para um corte sucessivo, cada vez mais intenso e mais raso nos poderes dos oligarcas, reduzindo-os a expressões nominais, cheias de símbolos bonitos e de títulos e de comendas, mas inexpressivos como forças parceladas e paralelas que dariam equilíbrio ao regime (SODRÉ, 1998, p. 299).

A constituição da “elite letrada” é um dos fatores que devem ser considerados relevantes, quando se trata de localizar a ação desse grupo social no cenário urbano onde se tece o projeto político do país. Nesse tempo, a elite agrária do país se enfraquecia dando espaço para a elite letrada. Neste sentido, Sodré afirma que:

(...) a destruição progressiva da grande propriedade, a sua fragmentação lenta, retirava aos latifúndios a expressão antiga e aos proprietários o caráter de grandes senhores. Ora, essas oligarquias não eram mais do que a fonte e o amparo da elite agrária que delas emanava e dos seus quadros provinha. O enfraquecimento delas representava, em última análise, a destituição pura e simples dessa elite, que apoiara a independência e vinha dirigindo o país. O enfraquecimento da elite agrária, por sua vez, favorecia o advento da elite dos letrados que, apoiados pela obra sistemática do regime, pela fragmentação da propriedade, pela urbanização crescente da existência nacional, pelo aumento dos quadros burocráticos e outros fatores, se sentia com forças para assumir os postos de direção e dar o sentido político das mutações que haviam de surgir nos horizontes, mutações a que haviam de dar o signo teórico dos seus conhecimentos, numa atitude imitativa que ficou sendo um dos defeitos das reformas de qualquer ordem a que temos assistido e que nos trouxeram, por vezes, deformações e prejuízos incalculáveis (SODRÉ, 1998, p. 299-300).

É possível identificar através da imprensa, que os assim chamados “homens letrados” designavam a si próprios uma missão civilizadora. Essa é uma das características do sujeito histórico das elites, ou seja, a de um homem culto que defende o progresso à moda estrangeira. Entende-se que, à época, a idéia de “elite culta” era indicativa de ser educado pelo sistema formal de ensino a que somente poucos tinham acesso, da cultura que era adquirida nos poucos e restritos meios em que se podia tomar contato com o conhecimento científico existente no período.

Em Síntese de História da Cultura Brasileira, Sodré (2003) trata a questão da história da cultura brasileira, a partir de uma periodização que divide o tema naquilo que Sodré chama de “etapas da cultura”. As etapas da cultura estão concebidas em função de uma categoria que é para este autor, um referencial para o processo de desenvolvimento da cultura do país, que é a idéia da “cultura transplantada”.

Assim, são etapas do desenvolvimento da cultura brasileira:

1. Cultura colonial;
2. Cultura de transição;
3. Cultura nacional.

Sodré admite que com o aparecimento da camada intermediária dentro da composição social do Brasil, surgem também condições objetivas para que ela desempenhasse um papel relevante no âmbito da política, bem como no âmbito da cultura. Essa camada intermediária é responsável pela influência que exerceram os postulados que deram base ao desenvolvimento da ideologia burguesa entre nós. E isso se verifica também no campo cultural, na medida em que a mesma responde pelo hábito de imitar os valores estéticos criados pela burguesia do Ocidente europeu.

É no segmento da camada intermediária que quadros foram recrutados e “desempenharam funções de natureza intelectual” (...) “nelas se recrutam ainda os que consomem os produtos do trabalho intelectual, aquilo que se conhece como público para as artes” (Sodré, 2003, p. 30).

Após o processo de independência do Brasil, a classe dominante passou a investir na organização do Estado. Mas para tal empreitada necessitou de mão-de-obra especializada, e por essa razão fundaram-se os primeiros cursos jurídicos, que mantinham uma formação intelectual de cunho elitista, e que aparecia como um ponto de contradição diante da realidade dos milhares de analfabetos que compunham a massa de brasileiros.

Chega-se na metade do século XIX, e o império, governado por uma monarquia parlamentar de modelo europeu, não era mais do que um “latifúndio feudal” cercado por uma imensa população miserável (Sodré, 2003, p. 50).

Quando se tratava de investir energia e recursos na educação, o Estado privilegiava uma “cultura desinteressada”, sempre pronta para preparar profissionais liberais. Além disso, excluía de seu programa o conhecimento prático do trabalho. É a cultura dos homens das letras em detrimento do homem do trabalho, uma contradição entre uma sociedade capitalista que se impunha, e uma sociedade que realmente necessitava de um desenvolvimento justo.

Os estudantes que, no Brasil, como aliás por toda a parte, vinham da elite da sociedade – do patriciado rural ou daquela pequena burguesia que procurava ascender às camadas superiores – dirigiam-se às aulas e aos ginásios, e daí às escolas das profissões liberais e especialmente às duas faculdades de Direitos. Na sociedade governada pelos interesses materiais de uma oligarquia de grandes proprietários rurais, exploradores de escravos, e pelo idealismo jurídico, cultivado nas duas faculdades, continuadoras das tradições coimbrãs, erguia-se, superior à estrutura social e econômica, a estrutura política, montada pelos homens de Direito, e aprofundava-se, em vez de se reduzir, a distância entre a cultura das elites e a das classes populares, que permanecem em relação àquelas, como a realidade mísera de um pobretão sob um manto de lantejoulas e de pedrarias... A realidade estava, realmente, no violento contraste entre a minoria de letrados e eruditos e a enorme massa de analfabetos (Sodré, 2003, p. 51).

Para o autor, toda transmissão sistemática da cultura implicava em estabelecer um papel selecionador à educação. Ela assumia a função de transmitir de geração para geração, uma herança cultural específica, a do ideal burguês, que desde o ginásio educava privilegiando a dignidade social de poucos. E um título representava algo mais nesse processo, pois, é comum ele adquirir o significado da inclusão a partir de uma das profissões intelectuais, “e o

acesso ao jornalismo e às letras, aos cargos administrativos e às atividades políticas” (Sodré, 2003, p.51).

O atraso no domínio das ciências não decorreu de ato de vontade, portanto, mas de condições objetivas. A efêmera duração da Academia Científica, fundada no Rio de Janeiro, em 1771, sinal evidente e significativo de que não era suficiente o ato de vontade para estabelecer aquilo que a sociedade não solicitava (Sodré, 2003, p.51).

Na medida em que adentramos na segunda metade do século XIX, um “surto de crítica” manifesta as inquietações da sociedade brasileira. Inicia-se, principalmente, nas áreas urbanas, um debate a respeito da Abolição e da República. Contudo, a alienação acomete mesmo as figuras tidas como destacados intelectuais da época, a quem Sodré acusa de viverem ilhadas e impotentes perante a realidade social, e que por essa razão, pretendem copiar as formas externas, “ocultando o orgulho ferido” (Sodré, 2003, p. 63).

Em Piracicaba, o partido republicano de lastro teórico liberal encontrava na figura de Paulo de Moraes Barros, mais um reforço em seu retorno à cidade como médico:

O Dr. Paulo de Moraes Barros, traz para sua vida civil e pública, um título conquistado pela sua robusta capacidade intelectual (...). Felicitamos a distinta classe a que ele hoje pertence, por contar no seu grêmio mais um confrade que muito a honra (GAZETA DE PIRACICABA, 9 de Janeiro de 1889).

Em 9 de janeiro de 1889, o “ilustrado” Dr. Paulo de Moraes regressa à Piracicaba na condição de médico recém-formado:

Dr. Paulo de Moraes - No sábado último chegou a esta cidade o Dr. Paulo de Moraes Barros formado há pouco pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, e digno filho do nosso ilustrado amigo Dr. Manuel de Moraes Barros.

Na estação havia uma banda de música e grande número de amigos que ali foram esperar o trem onde devia vir o Dr. Paulo de Moraes, que acaba de fazer uma carreira brilhante na mesma Faculdade de Medicina e que hoje volta trazendo os louros de seus estudos no seio de sua família e de sua terra que orgulha de lhe ver restituído tão ilustre filho (GAZETA DE PIRACICABA, 9 de janeiro de 1889). (Anexo XXII)

Podemos dizer que concomitantemente à titulação adquirida por estes personagens, há um esforço que os grupos dominantes realizavam para caracterizar a si próprios, contribuindo para a reprodução da classe. A profissionalização nas carreiras liberais consideradas de prestígio reforça a idéia nacional de uma elite letrada, especialmente no plano da urbanização presente em Piracicaba.

No caso de reportagem publicada primeiramente no jornal “O Globo”, e que entra na edição da “Gazeta de Piracicaba” no dia 11 de novembro de 1882, nos encontramos diante de um exemplo da construção de uma identidade, concebida em função da idéia de que um homem culto é um homem que possui uma produção intelectual reconhecida na escala regional e nacional, em função dos seus “valiosos serviços prestados à causa da democracia”. É curioso notar que na figura do intelectual se amalgama outra figura: a do político.

Ganganelli- Diz O Globo: O ilustre Sr. Saldanha Marinho o tornou para sempre memorável nos anais da nossa imprensa, onde ele serve, no presente, de lumiar para a educação política da nação, e, no futuro, será uma gloria para a geração atual, quando se fizer o balanço das suas produções intelectuais. Tais são elevados princípios, pelos quais tem pugnado com rara perseverança e elevada mentalidade o ilustre cidadão, cujo nome é uma gloria nacional (GAZETA DE PIRACICABA, 11 de novembro de 1882). (Anexo XXIII)

O mito do homem culto e refinado se dá em função de sua cultura europeizada. Algo que contribui para isso é a difusão da cultura européia tida como modelo de processo civilizatório. A reportagem da Gazeta de Piracicaba do dia 2 março 1883, sobre a construção de um monumento a Jean Jacques Rousseau na França procurava divulgar o evento que se propunha a mostrar uma série de obras do intelectual, “estampas, ilustrações, livros, gravuras, retratos, pinturas, (...) relativas ao grande escritor”.

É necessário localizar o intelectual no decurso da história, já que ele responde pelos anseios da classe que o forja, sendo por essa razão impossível identificar seu pensamento fora de um determinado posicionamento social e político. O artigo a seguir a respeito das prévias eleitorais, tendencioso, dá uma clara demonstração da representação que o jornal construía dos políticos republicanos, a partir da idéia de profissional reconhecido e respeitado pelos serviços públicos prestados:

Candidato à geral – Em vista das indicações prévias dos eleitores republicanos de diversas paróquias, será apresentado candidato à assembléia geral por este distrito o nosso distinto conterrâneo Sr. Dr. Prudente José de Moraes Barros.

O ilustre paulista que tão dignamente representou a nossa província no parlamento, onde foi ouvido sempre com o maior respeito e justos aplausos dos próprios adversários, vai pois dar ocasião de sufragar mais uma vez o seu nome o eleitorado republicano deste distrito, e estamos certos de que a sua candidatura será sustentada por todos os verdadeiros patriotas, unânimes em reconhecer e agradecer os grandes serviços por ele prestados ao país no curto período da legislatura finda pela dissolução (GAZETA DE PIRACICABA, 3 de dezembro de 1885). (Anexo XXIV)

Ao tratar das classes letradas na República Velha, Sevcenko sustenta:

O novo regime do país, a capital reformada, o janota engalanado são todos símbolos correspondentes de um mesmo conteúdo e decorrências similares de um processo único. O apelo premente para a reforma conforme o figurino europeu permeara todos os aspectos da vida urbana e era absoluto, pelo menos dentre as classes letradas (SEVCENKO, 1995, p. 41).

Sob essas condições, é possível vislumbrar o feixe de injunções que concorre para a ascensão e predomínio de uma corrente conservadora na gestão política e econômica da nova República (SEVCENKO, 1995, p. 45).

É preciso lembrar também que muitos intelectuais liberais difundiam uma crença positivista na educação como chave dos problemas fundamentais do país. Além disso, constituíram pontos comuns dos programas defendidos por liberais e positivistas: “abolição

dos privilégios aristocráticos, separação da Igreja do Estado, instituição do casamento e registro civil, secularização dos cemitérios, abolição da escravidão, libertação da mulher para, através da instrução, desempenhar seu papel de esposa e mãe (...)” (RIBEIRO, 2003, p. 65).

5 - A CAPITAL COMO REFERÊNCIA.

A 13 de junho de 1883, é possível encontrar indícios da valorização do teatro, a partir de uma crônica que denunciava uma mudança cultural nos “habitués” do teatro lírico da cidade de São Paulo. O texto deixa claro, através da discussão sobre uma mudança de hábito por parte da população paulista, que a influência cultural da cidade de S. Paulo sobre a cultura piracicabana é latente.

CRÔNICA - O progresso e a civilização, de que faz alarde a imperial cidade de S. Paulo, procura manifestar-se aqui por todas as vias, por todos os povos e de todos os modos.

Já não é o apreciar-se com olhos de quem vê, um melhoramento na província, as corridas de cavalos que influem tanto para a imigração cavalar com o fim de apurar as raças, já não é o gosto musical que se manifestava nos “habitués” do teatro lírico. Já não é o benévolo acolhimento que se dava há 2 anos às grandes companhias dramáticas. Nada disso (...) (GAZETA DE PIRACICABA, 13 de junho de 1883). (Anexo XXV)

Em 7 de maio de 1884, a Gazeta de Piracicaba tratava da “necessidade de se construir em Piracicaba um teatro decente”, e apontava para os “filhos distintos e abastados” como os que tinham melhores condições de tomar a iniciativa para tal intento.

Na data de 10 de janeiro de 1892, um artigo narrava como fora a festa de comemoração da fundação do “Club Piracicabano”, onde as moças brindaram “com seus pezinhos de fada, os salões do Club, verdadeiros tipos de beleza em cujas linhas fisionômicas, não se podia notar uma só incorreção.” O que chama a atenção, é o fato do texto se referir às moças “que nada perdiam em confronto com as de uma capital”:

(...) É que o bom gosto e a beleza são atributos de todas as nossas gentis conterrâneas, e por outra forma não poderia ser, tratando-se de habitantes da noiva da colina (GAZETA DE PIRACICABA, 10 de janeiro de 1892). (Anexo XXVI)

O jornal noticia a abertura de colégios na capital da província de São Paulo, como o que seria fundado pelos Srs. Joaquim Carlos Bernardino Silva e Francisco Antônio Nogueira da Gama, cuja natureza pedagógica deveria cuidar de oferecer cursos de ensino primário e secundário, conhecimentos considerados necessários, quer à vida prática, especialmente ao comércio, agricultura e indústrias, quer para o fim de realizar a matrícula nas academias do império.

Em 23 de maio de 1883, noticia-se a transferência para Corte (Rio de Janeiro na expressão da época), de uma professora do Colégio Piracicabano, Leonor D. Smith. A notícia ganha destaque já que a professora lecionara até então em Piracicaba, e estava sendo contratada pelo Colégio Progresso, escola que, no ano anterior, recebera da Comissão de Instrução Pública uma menção especial nomeada pela Câmara dos Deputados e da qual Ruy Barbosa era relator.

6 - OS NOVOS TEMPOS.

Os novos tempos se traduzem pela idéia de progresso e de civilização que projeta a locomotiva e a luz elétrica como símbolos. No final do século XIX, aportava em Piracicaba a concepção do triunfo do homem sobre a natureza. Assim, o momento é propício para sonhar e imaginar, e a velocidade cristaliza o ideal de modernidade.

Alguns artigos analisados através da “Gazeta de Piracicaba” denunciam que o processo de modernização induz a sociedade a cambiar seu modo de perceber o tempo. Os melhoramentos nos meios de transporte e de comunicação são sentidos pela comunidade da incipiente cidade, no início da década de 1880. Em 27 de agosto de 1882 publicava-se:

Sobre os correios - A condução, antes, era difícil e morosa. Pagava-se a um indivíduo para fazê-la, e ele a fazia trazendo a mala na garupa do animal, que montava, ou em cargueiro à parte, conforme o peso da carga. Gastava quatro dias entre S. Paulo e Piracicaba. Não podia ser por menos, era a condução mais pronta, que permitiam aqueles tempos e aquelas estradas.

Com a estrada de ferro, porém, a mala vem de S. Paulo, e até de Santos em um só dia, chegando nesta ao escurecer. Assim, a condução que era difícil e morosa, tornou-se fácil e pronta, a estrada de ferro venceu o grande obstáculo, que a distância opunha à prontidão das comunicações postais (GAZETA DE PIRACICABA, 27 de agosto de 1882). (Anexo XXVII)

Em 4 de agosto de 1883, é noticiado o estabelecimento de novo horário de funcionamento do setor ferroviário, “organizado pelo digno inspetor geral (...), Sr. Dr. Elias Fausto Pacheco Jordão”.

É um bom serviço que presta o Sr. Dr. Inspetor, principalmente às pessoas que desta cidade dirigem-se à capital da província e daí para diante. É pois verdade que esses passageiros não precisam mais desacomodar-se pela madrugada para ir tomar o trem de lobisomem, como já denominaram o do nosso ramal, pelo seu horário inconveniente(...).

Este serviço prestado à classe comercial destes lados e ao público em geral, tanto maior valor tem, quanto é certo que para consegui-lo só foi feito pela companhia Ytuana, sem que para isso concorressem as outras companhias, que se mostraram surdas, segundo consta-nos as tentativas do Sr. Dr. Pacheco Jordão, não se prestando a modificarem convenientemente os seus horários (...) (GAZETA DE PIRACICABA, 4 de agosto de 1883).

Não era fácil absorver as novidades, e realmente poucos tinham condições de ser envolvidos nesse processo. A cidade tinha se transformado num “simulacro da burguesia liberal” (SCHWARCZ, 2000: 22). E a evolução do processo de urbanização por que passou Piracicaba no final do século XIX, esteve associado à idéia de modernização, uma vez que “era essa face brilhante do teatro da modernidade que o país pretendia acompanhar, já que não era possível tomar a dianteira” (SCHWARCZ, 2000, p. 25).

A 4 de janeiro de 1887, na ocasião de assumirem a Câmara Municipal os novos parlamentares, o jornal Gazeta de Piracicaba publicava artigo no qual tecia referências à necessidade de implementarem-se melhoramentos urbanos, a começar pelas ruas e largos que se tornavam um lamaçal em dias de chuva, e além de dar solução ao problema do mercado e ao problema de abastecimento de água.

A questão do higienismo, que irá ganhar corpo dentro de um rol de práticas da administração pública, pode ser identificada quando começou a se delinear no início da década de 1880. O interesse em demonstrar uma cidade limpa, com bom estado sanitário, implicou a ação das “comissões sanitárias”, que tinham o “encargo de examinar todas as casas e quintais, indicando aos moradores os meios de suprir faltas de ordem higiênica que prejudiquem a saúde deles próprios moradores”(GAZETA DE PIRACICABA, 1 de fevereiro de 1887).

Em março do mesmo ano, uma nota do jornal avisava aos seus leitores de que não tardaria em se inaugurar na cidade o abastecimento de água encanada, lembrando que para isso, contava-se com a “assistência” do Presidente da Província, e daqueles que se tornavam “dignos dos maiores elogios e da gratidão do povo”, a Câmara Municipal e os distintos engenheiros Srs. Frick e Zanota.

A idéia de sustentar uma imagem de uma cidade saudável em comparação com outras cidades é uma tendência encontrada também em 1892. A questão do lazareto de variolosos, da pequena incidência de febres palustres se comparada ao caso de Rio Claro, a exigência de se fecharem as carroças que transportavam cargas, a febre amarela que afligia Limeira. Uma gama variada de fatos e acontecimentos que os requerentes piracicabanos letrados ajudavam a traçar em favor de uma ilusão, qual seja, a de progresso.

Febres – Estamos atravessando a estação mais apropriada às febres intermitentes; entretanto, elas não tem aparecido de modo a atrair a atenção. Nem mesmo os empregados da navegação tem sofrido.

O estado sanitário do município é, em geral, bom e os médicos não têm mais trabalho que o ordinário. Não seja, porém, isso razão para facilitar-se; nada de águas

estagnadas, de imundices ou porcos perto de casa. Cautela e caldo de galinha (GAZETA DE PIRACICABA, 4 de março de 1883). (Anexo XXVIII)

7 - ESCOLAS PRIVADAS

Os novos tempos são marcados também pela abertura de importantes escolas privadas na cidade. Mesquita, ao tratar da fundação da sede própria do Colégio Piracicabano, em 1883, identifica na escola de elite especializada em educação feminina, uma função simbólica para a presença do prédio, cuja imponência:

(...) comparado com o acanhado casario da Vila, na época, ajudou a convencer a elite de que o Colégio Metodista tinha vindo para se estabelecer definitivamente (MESQUITA, 1992, p. 16-17).

Enquanto o Colégio Piracicabano era apoiado pelos liberais, o Colégio Assunção começaria a receber o apoio da parcela da população “católico-conservadora e de famílias protegidas pela monarquia”. Logo no início das atividades escolares de 1882, os irmãos Prudente e Manoel de Moraes haviam matriculado suas filhas na nova escola.⁶

(...) Na verdade, as escolas protestantes no Brasil representavam para as elites liberais uma esperança de modernidade e de concretização dos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade dos quais comungavam (MESQUITA, 1992, p. 17).

Tais representações da educação vinculadas à idéia de promoção da imagem da elite ganhavam força no jornal liberal “Gazeta de Piracicaba”.

⁶ Segundo MESQUITA, 1992, p. 17 “Muitos membros da família de Prudente de Moraes estudaram no colégio Piracicabano nos anos subseqüentes tornando-se amigos fiéis e protetores da escola”.

Num plano mais geral, a educação feminina vai ser emblemática para uma sociedade que tinha pretensões de se modernizar. No ano de 1883, prestes a inaugurarem o prédio que significou a ampliação de suas cadeiras, o jornal Gazeta de Piracicaba chamava a atenção daqueles que se interessavam pela instrução da mulher, convidando a todos a uma audiência pública, na qual teriam vez para “falar distintos oradores que esperam da capital”.

No ano de 1883, foram publicados textos de Anna Maria de Moraes Barros, “digna filha do respeitável amigo” Dr. Manuel de Moraes Barros. Por exemplo, em 13 de outubro de 1882, Anna Maria escreve uma redação intitulada “Uma tempestade”, assinando em nome do colégio Piracicabano, na qual constrói uma narrativa a partir de um navio em que “os marinheiros, exaustas as forças e perdida toda a esperança, não mais obedecem a voz do comandante. O navio, desmastreado e sem governo está à mercê das ondas, e não tarda a submergir-se!” (GAZETA DE PIRACICABA, 13 de outubro de 1882). E uma nota na mesma edição do jornal anunciava o texto de Anna Maria:

Temos o prazer de apresentar hoje aos nossos leitores, d’essas composições a intitulada Uma tempestade no mar, devida à Penna de uma jovem piracicabana, a exm^a. sra. D. Anna Maria de Moraes Barros, digna filha do nosso respeitável amigo o Sr. Dr. Manoel de Moraes Barros (GAZETA DE PIRACICABA, 13 de outubro de 1882). (Anexo XXIX)

Em 14 de fevereiro de 1883, Anna Maria de Barros escreve mais uma vez, porém nesta ocasião tece críticas ao problema da educação da mulher no Brasil, afirmando que os “pais querem ver os filhos doutores, quanto às filhas, basta que saibam fazer o serviço de casa e mais algumas prendas(...)”. Para ela, esta concepção acerca da educação feminina constituía uma vergonha para o país, uma desoladora realidade. Entretanto, sua discussão encontra-se circunscrita à determinação de classe, na medida em que para ela, o escopo do problema educacional se reduz claramente ao âmbito dos filhos daqueles que possuíam possibilidades de se tornarem doutores, ou seja, de seus congêneres. Nada foi dito, por exemplo, a respeito da necessária democratização do acesso ao ensino público.

Um artigo publicado em 5 de agosto de 1882, ao colocar o tema em discussão, afirma ser importante para a educação das mulheres desfazer a confusão que se fazia entre educação e instrução. De acordo com o texto, a educação era mais importante do que a instrução, porque “dirige-se principalmente ao coração”, e, sendo assim, era necessário em primeiro lugar educar a mulher, para somente numa segunda etapa instruí-la.

O longo artigo publicado em 11 de fevereiro de 1883, sobre o início da construção do novo prédio do Colégio Piracicabano, é ilustrativo da força que ganham as idéias em função das práticas sociais do cotidiano que a Gazeta de Piracicaba informava. O destaque que se dá à figura do Reverendo Newman atesta a influência do modelo norte-americano de ensino, na época. Além disso, notemos que até as personalidades políticas e intelectuais, ao lado de outros “ilustres” que discursaram naquele dia, possuem os seus respectivos nomes publicados e fazem parte da construção da imagem de educação associada ao processo de diferenciação.

Colégio Piracicabano - Um fato altamente significativo acaba de dar-se nesta cidade.

Ante ontem foi lançada a primeira pedra para a construção do projetado edifício onde há de funcionar o Colégio Piracicabano, essa esplêndida luz que seus beneméritos fundadores tão generosamente fizeram raiar no vasto horizonte de nossa pátria.

Um fato altamente significativo, repetimos, porque, acompanhando o tatear confuso ainda, da geração atual do nosso querido Brasil, vemos debater-se nas trevas um maior número das nossas compatriotas a quem está confiada diretamente a nobre missão das mães.

A existência do Colégio Piracicabano é devida ao reverendo Junius E. Newman, aquele venerando e modesto ancião norte-americano, que desde 1875 incessantemente tem trabalhado para conseguir sua fundação. A esse importante estabelecimento acha-se ligado um nome, cuja pessoa muito o tem auxiliado: é o Sr. Dr. Manoel de Moraes Barros, a quem o Sr. Newman e os demais amigos do colégio devem valioso acoroçoamento e relevantes serviços.

Discursos breves.

1 – Do Sr. M. de Moraes Barros.

2 – Do Sr. J. M. de França Júnior, pela Gazeta de Piracicaba.

3 – Do Sr. A. Nardy de Vasconcellos.

4 – Do Sr. G. Nash Morton.

5 – Do Sr. F. Rangel Pestana.

6 – Uma poesia, recitada pelo Dr. J. R. Alvim, que publicamos.

7 – Do reverendo J. J. Ransom, agradecendo a grande concorrência do povo.

8 – Música pela banda (GAZETA DE PIRACICABA, 11 de fevereiro de 1883).
(Anexo XXX)

8 - DESMISTIFICAÇÃO DA ELITE LETRADA.

As idéias recorrentes na sociedade do século XIX, matéria-prima do processo ideológico a que correspondem, não podem ser interpretadas apenas como resultado direto do vínculo entre um modo de viver e de se representar sob as condições que o sistema capitalista impõe. Postas em relação dialética com a sua materialidade, elas podem nascer das “múltiplas formas concretas da existência interpessoal e subjetiva, a memória e o sonho, as marcas do cotidiano no coração e na mente, o modo de nascer, de comer, de morar, de dormir, de amar, de chorar, de rezar, de cantar, de morrer e ser sepultado” (Bosi, 1992, p.27).

É por meio do que Sevcenko denomina de “exercício intelectual como atitude política”, que os cronistas da época desmontam criticamente a figura da ascendente elite ilustrada (Sevcenko, 1999, p. 78).

É nesse contexto que os cronistas, aptos a desconstruir os símbolos de ostentação da idéia da desigual condição humana, dão movimento a um conjunto de textos que denotam um posicionamento crítico ao conservadorismo das oligarquias.

Mas, também, as crônicas soam num sentido de resistência às ideologias da burguesia nascente de Piracicaba, e afirma-se isso em função do conteúdo politizado das narrativas dramáticas que criavam. Tratava-se de veicular uma idéia de atraso e de descontentamento com a realidade, e para isso, acusava-se aos proprietários de terras, profissionais liberais, enfim, todos os que conjugassem uma cultura de elite.

Em “Cenas Sociais”, publicada a 8 de fevereiro de 1883, França Júnior coloca a figura do burguês em contraposição à de um nobre, no ambiente de um encontro festivo da alta sociedade:

Cenas Sociais - Havia grande festival ...

O salão refletia o cintilar estranho dos diamantes e dos rubis.

Predominava o ouro ... os ditos picantes saltitavam e faziam subir o rubor à face do burguês.

Em cada palavra uma ironia, em cada gesto a expressão do desprezo.

Um jovem chegou-se à filha de um nobre e suplicou-lhe uma valsa. Responderam-lhe os impropérios do pai.

-Com que direito quer subir tanto, Sr?

-Com este Sr. Conde: Não sou somente um jovem obscuro, mas também o representante da casa Brissot & Companhia, e que vai amanhã requerer contra Vossa Excelência por crime de quebra fraudulenta (GAZETA DE PIRACICABA, 8 de fevereiro de 1883). (Anexo XXXI)

Numa outra edição de “Cenas Sociais”, utilizando-se da figura do médico, França Júnior concebe uma narrativa em que a alegoria do intelectual serve para que o autor exercite sua visão crítica do mundo. Seu personagem verbaliza idéias modernas sobre a humanidade e, diante de sua reação a uma determinada situação, revela-nos uma crítica ao idealismo, um idealismo cultural baseado na atitude que se caracteriza pela adoção da produção teórica que se encerra em si mesma. Uma cultura idealista, pois não se realiza em termos de ação, uma vez que o personagem privilegia a retórica e rejeita a própria “humanidade”.

De certo, o conceito de ciência que se desenvolve na época é alvo também de crítica pelo autor, quando incorporada ao profissional qualificado de uma das áreas do conhecimento mais valorizadas pela ideologia da classe dominante, a área médica.

Havia uma festa literária.

Um médico fala sobre a “humanidade”.

Um velho atravessa por entre os assistentes, e dirigindo-se ao orador:

-Doutor, meu filho morre... preciso de auxílio.

O orador não responde e continua o seu discurso.

Falou quatro horas.

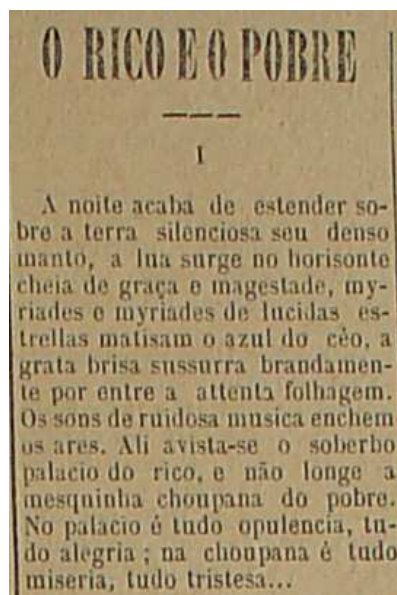
Houve palmas e abraços.

Dobrou a finados...

Um jovem sentiu-se inspirado pelo dobre funerário, e falou sobre a “imortalidade da alma. J. M. de França Júnior (GAZETA DE PIRACICABA, 7 de março de 1883).
(Anexo XXXII)

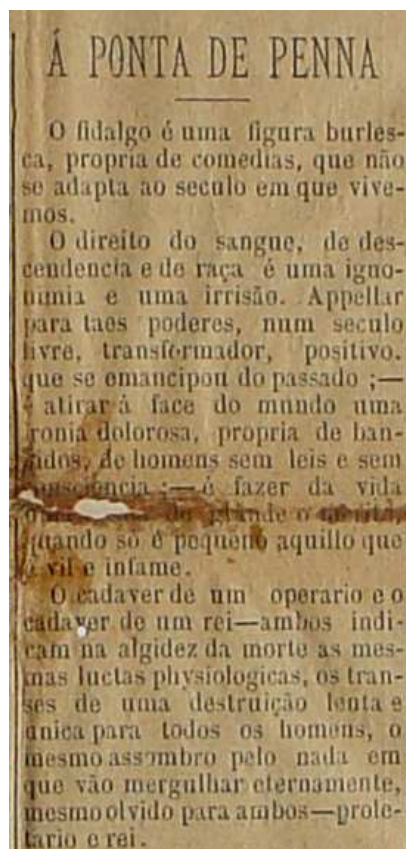
Sob a denominação de “Os maldizentes que não falam”, fazem-se acusações contra aqueles que “se ocultam mesmo na boa sociedade, e nós os rodeamos, os aplaudimos, os consideramos sem a mínima desconfiança” (GAZETA DE PIRACICABA, 14 de janeiro de 1883). Aponta que nas pequenas cidades tais personagens da vida pública seriam bem mais identificáveis do que nos grandes centros. Mas o que chama a atenção é o fato do autor fazer uma construção de um protagonista a partir do qual pode-se visualizar um conceito de educação.

Há em toda parte, e nas pequenas cidades bem mais sensível se torna, uma turma de quarentões e rapazes muitas vezes pertencentes a boas famílias, de educação pouco acurada, porém lidos e inteligentes que, nas pandegas, jogos, deboches (para o que nunca faltam amestrados cicerones) esbodegaram o que possuíam, quase sempre à custa do suor dos pais (...) (GAZETA DE PIRACICABA, 14 de janeiro de 1883).
(Anexo XXXIII)



(GAZETA DE PIRACICABA, 7 de abril de 1892).

(Anexo XXXIV)



(GAZETA DE PIRACICABA, 20 de março de 1892).

(Anexo XXXV)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das questões que moveram este trabalho considera-se importante retomar a questão central posta desde o início da pesquisa. Assim, retoma-se a pergunta inicial: No processo de formação do contexto cultural de Piracicaba, na passagem do Regime Monárquico para o Regime Republicano, qual foi o papel atribuído à educação? No quadro das relações dialéticas das classes antagônicas, como esse processo pode ser captado e analisado?

Acredita-se ser legítima a interpretação de que a cultura somente pode se tornar arcabouço do referencial da pesquisa em história da educação brasileira, na medida em que for alicerçada na relação que mantém com a realidade concreta, socioeconômica de seu contexto. Baseia-se a interpretação do fenômeno cultural desde o entendimento de que é a produção material da vida como um todo que permite explicar o próprio fenômeno, desde a relação do todo para parte e da parte para o todo.

O processo histórico é explicado pela articulação dialética entre idéia e realidade concreta. Mas para isso, é necessário o uso das categorias marxistas, uma vez que explicam a cultura sempre na condição do diálogo que mantém com a totalidade histórica da qual faz parte, e que lhe dá sentido e conteúdo.

Qualquer análise do fenômeno cultural cuja interpretação venha a trilhar um caminho que apresente dados e fatos, baseados em informações que se detenham apenas no aspecto estrutural da história estará condenada, pois julgará seu objeto, em detrimento de uma interpretação do fenômeno cultural. Ora, se o estudo concentrar-se somente nas idéias que se configuraram no período abordado, produzirá um efeito no qual elas sofrerão da fragilidade que corresponde àquilo que não pode se tornar real, pois não possuem correspondente material. Certamente o conceito de cultura encontra solidez quando captado através da relação entre as condições econômicas e políticas, relação estrutura-superestrutura.

Quanto ao uso das categorias marxistas de análise, estas permitiram explicar as relações que o objeto pesquisado mantém com a história, ou melhor, sua própria historicidade. É, portanto, na relação que construímos entre o objeto, a sociedade piracicabana, e seu

contexto histórico que se apreende o fenômeno da educação, uma vez que as categorias dão às práticas sociais e às idéias os seus sentidos.

As categorias utilizadas neste trabalho - a saber, totalidade, contradição e mediação - relacionam-se entre si ao explicar o fenômeno educacional. O conceito de educação difundido no período do final do século XIX traz consigo o sentido cultural do Brasil que a elite pretendia imprimir naquela sociedade. Mas esse é também um fenômeno que implica num contexto de inserção do conceito de nacional frente aos nacionalismos presentes à época. Assim, do ponto de vista das movimentações que ocorriam na cidade de Piracicaba, estas últimas somente podem ser captadas como parte da história do Brasil.

Assim, as práticas sociais representadas por meio da Gazeta de Piracicaba foram analisadas e indicaram que na escala local, as movimentações políticas e sociais que ocorreram no período do final do século XIX em Piracicaba possuem relação com o contexto do movimento republicano, bem como com o próprio processo de construção da nação, em busca de traços definidores do Brasil da época.

Fizeram parte do movimento republicano no estado de São Paulo, importantes nomes da cidade de Piracicaba. Importa dizer, que esse fenômeno traz em seu bojo o pensamento liberal, e nesse sentido, o liberalismo teórico que dava base às novas práticas sociais tem dificuldade em operar com nada que não seja apenas o indivíduo e o capital.

Esse é um processo dialético, pois historicamente houve uma classe urbana em ascendência no processo de urbanização de Piracicaba, no final do século XIX, cujo projeto de hegemonia alinhava diferentes âmbitos da sociedade, inclusive o campo da educação, com uma concepção que era intrínseca ao desenvolvimento da ideologia da cultura brasileira.

O vínculo estreito com a história do Brasil e o desenvolvimento da concepção de nação produzem efeitos na definição do sentido da educação veiculado pela imprensa piracicabana, o que reforça uma interpretação cultural do fenômeno educacional. Nesse sentido, a concepção de educação vigente no período analisado serviu de instrumento do poder das elites na medida em que, ideologicamente, favoreceu o congelamento da divisão social do trabalho, em função da cultura elitista e anti-democrática.

A imprensa constitui-se no veículo de comunicação das práticas sociais e políticas. O processo de informar, concomitante ao processo de modernização da cidade, é a base para difundir idéias, valores, hábitos. A relação social que se estabelece através da produção material da existência, se estabelece em conjunto com o estabelecimento da linguagem. A linguagem, por sua vez, como vimos, é a consciência real e prática que possibilita a existência em comunidade, que surge, necessariamente, como um produto social (MARX & ENGELS, 2004, p. 56).

A teoria marxiana apresentada sobre a categoria das “idéias dominantes”, que explica como numa sociedade, com tempo e espaço definidos, elas correspondem às idéias da classe dominante, pois, a classe dominante tem a propriedade dos meios de produção material e espiritual, faz compreender que a ela estejam submetidas as idéias de toda uma sociedade (MARX, 2004, p. 78).

No período de transição do Império para a República surgiram jornais com clara posição política, nos quais a linguagem foi a estrutura que sustentou o processo de concretização das idéias provenientes do republicanismo, do liberalismo e da construção da concepção de nação brasileira.

A profissionalização nas carreiras de advocacia e medicina traz para o cotidiano de uma cidade do interior paulista, o exercício de relevante papel para o projeto de hegemonia da elite piracicabana. Pode-se dizer que concomitantemente à titulação adquirida por estes personagens, há um esforço que os grupos dominantes realizavam para caracterizar a si próprios, contribuindo para a reprodução da classe. A profissionalização nas carreiras liberais consideradas de prestígio reforça a idéia nacional de uma elite letrada, especialmente no plano da urbanização presente em Piracicaba. Essa faceta do processo histórico revela o processo ideológico que caracteriza uma cultura, e por consequência a educação.

Reputa-se aqui a tese a respeito do esforço de síntese sobre a evolução da história da educação brasileira, sustentada por Casemiro dos Reis Filho (1981), que acredita que a ilusão liberal de educação democrática, corresponde a resistência histórica do traço ideológico proveniente dos componentes oligárquicos, o conservadorismo.

Ainda a respeito do tema, Bosi (2002, p. 208) define o desdobramento que a concepção liberal teve no Brasil como “síndrome do liberalismo oligárquico brasileiro”, em função das contradições inerentes a sua realização histórica. É, portanto, um processo dialético porque a elite brasileira do período defende uma prática econômica liberal, mas resistente às demandas de inclusão social.

Observando e analisando as inúmeras matérias que constituíam o cotidiano da Gazeta de Piracicaba, pode-se notar a presença de temas que, considerados relevantes para serem noticiados pelo editorial do jornal, comunicavam e representavam a cultura local. Acredita-se que a difusão de sua leitura pelos habitantes letrados de Piracicaba ajuda a criar um quadro de referências culturais que são ricas para a discussão em torno do problema, a educação como mediação.

Um aspecto que foi levado em conta no estudo da cultura brasileira, quando esta foi utilizada como fundamentação para a análise do fenômeno da educação, corresponde ao conjunto de traços ideológicos que estavam envolvidos no projeto de nação.

Desta forma, foi no próprio contexto histórico do Brasil que foram encontradas as respostas às questões centrais do trabalho. O movimento republicano de lastro liberal, e a cultura de um nacionalismo nascente pesam sobre a definição do problema da concepção de educação que teve no jornal uma base difusora.

O entendimento da cultura brasileira força a pensar que o processo histórico de invenção da nação, nos ajuda a compreender como a idéia de um “caráter nacional” - período de vigência do “princípio da nacionalidade” (1830-1880) e da “idéia nacional”(1880-1918) na teoria de Hobsbawm da concepção da nação - é responsável por traços ideológicos praticados pelas elites, como é o caso da caridade.

Defende-se, portanto, a tese de Motta sobre a interpretação anti-democrática do Brasil, reforçada por Dante Moreira Leite, de que a construção do “caráter nacional” como ideologia formam, na verdade, uma barreira que não permite conhecer claramente a dinâmica sociedade brasileira em seus aspectos parciais reais (CHAUÍ, 2000, p. 21). A idealização do nacional a

partir de características psicológicas, como brasileiro hospitaleiro, caridoso e imitador do estrangeiro esconde as contradições sociais presentes no país.

O projeto político republicano é o responsável pela difusão de uma escola pública que surge para difundir os valores do liberalismo, mas também agem nesse mesmo contexto, aspectos da construção do sentido de nação, que significou na maior parte do tempo uma ideologização da cultura brasileira.

Piracicabanos republicanos impressionados pelas reformas na educação dos países europeus e dos Estados Unidos, atuaram em favor da instalação de escolas particulares voltadas a atender a demanda da formação dos quadros dirigentes, como é o caso de Prudente Moraes, no empenho que concentrou para o estabelecimento da escola metodista “Instituto Educacional Piracicabano”.

O caráter urbano que acompanha o desenvolvimento da concepção de educação é um aspecto que dá materialidade a esta interpretação dialética da história, já que era nos centros urbanos em expansão que se dava maior visibilidade ao projeto burguês de organização do ensino brasileiro.

Tal projeto burguês se apóia na idéia que se concebe no Brasil como “caráter nacional”. Isso é algo que permite observar a mediação entre a idéia de nação, e sua difusão por meio da imprensa local, com as movimentações políticas da elite letrada piracicabana e seus esforços para a construção de um ideal burguês à brasileira. São jornalistas, advogados, professores e médicos os que se transformaram em republicanos idealistas, ou românticos constituídos de elementos da inteligência indígena, estudiosos de Comte e influenciados inegavelmente pelas idéias francesas ou americanas. Mas, também havia os republicanos objetivistas fazendeiros de café lutando pelo controle da nação, escravocratas resistentes às idéias abolicionistas (BASBAUM, 1986, p. 163).

Nesse aspecto, as crônicas expressam o conflito intraclasse uma vez que é a elite letrada, representada pelos republicanos de todas as fundamentações conhecidas, que foi utilizada como alvo de críticas como apontaram aquelas apresentadas no trabalho. Mas, optou-se também por considerar as crônicas como ponto de partida para desmistificar a elite letrada

brasileira, já que a própria também estaria sendo responsabilizada pelos problemas sociais de uma forma geral.

Relacionando a história de Piracicaba com o contexto do estado de São Paulo e o do Brasil, pôde-se entender como esse é um processo que se origina na relação entre o geral e o particular, bem como entre o particular e o geral. Todas as mudanças que começavam a se fazer sentir em Piracicaba articulam-se dialeticamente com o contexto do desenvolvimento do capitalismo. É nesse processo que a construção do significado mediador da educação para a sociedade de Piracicaba é produto do projeto de ascensão da elite burguesa local. Esse também é um processo ideológico, pois não produziria possibilidades de ascensão para os demais componentes da sociedade. É para satisfazer os anseios da elite que a educação se torna suporte ideológico do processo de dominação. A educação é, portanto, mediadora dos interesses de classe, e por isso tem servido em diferentes contextos de instrumento do poder das classes dominantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, J. C. S.; INÁCIO FILHO, G. Inventário e interpretação sobre a produção histórico-educacional na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: da semeadura à colheita. In: GATTI JÚNIOR, Décio & INÁCIO FILHO, Geraldo (orgs.) *História da educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações*. Campinas: Autores Associados, 2005.
- BASBAUM, L. *História Sincera da República*. 5ª. Ed. 2 Volumes. São Paulo: Alfa Omega, 1986.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. 4ª. Ed. S. Paulo: Companhia das letras, 2002.
- BRASIL, Ministério de Educação e Cultura. *Obras Completas de Rui Barbosa*, V. 9, t. 2, 1882., Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1966.
- BUFFA, Ester & NOSELLA, Paolo. *Schola Mater: a antiga Escola Normal de São Carlos – 1911-1913*. São Carlos: Editora da Universidade de São Carlos, 1996.
- CAPELATO, M. H. Imprensa na República: uma instituição pública e privada. In: SILVA, F. Teixeira da et al. (org.) *República, Liberalismo, Cidadania*. Piracicaba: Unimep, 2003.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. & VAINFAS, Ronaldo. (orgs.) *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.
- CARONE, E. *A República Velha – Instituições e classes sociais*. 2ª. ed. São Paulo: Difel, 1972.
- CASIMIRO, A. P. B. S. ; LOMBARDI, J. C. ; MAGALHÃES, L. D. R. (orgs.) *História, cultura e educação*. Campinas: Autores Associados, 2006.
- CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

- COSTA, A. M. da.; SCHWARCZ, L. Moritz. *1890 – 1914: no tempo das certezas*. S. Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- CUNHA, L. A. *A universidade temporã*. 2^a. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.
- CURY, C. R. J. *Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo*. 6^a. ed. S.Paulo: Cortez, 1995
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Pesquisa em história da educação: perspectivas de análise, objetos e fontes*. Belo Horizonte: HG Edições, 1999.
- FARIA, M. A. *Para ler e fazer jornal na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2002.
- FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2002.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. 34 ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- FRIGOTTO, G. (orgs.) *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. 4^a. Ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- GATTI JÚNIOR, Décio & INÁCIO FILHO, Geraldo (orgs.) *História da educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações*. Campinas: Autores Associados, 2005.
- GATTI JÚNIOR, Décio; PESSANHA, Eurize. História da educação, instituições e cultura escolar: conceitos, categorias e materiais históricos. In: GATTI JÚNIOR, Décio & INÁCIO FILHO, Geraldo (orgs.) *História da educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações*. Campinas: Autores Associados, 2005.
- GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- GUERRINI, L. *História de Piracicaba em quadrinhos*. Piracicaba: Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, 1970.
- HOBBSBAWM, Eric. *A era dos impérios. 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

- KONDER, Leandro. *O que é dialética*. 6^a. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- KUENZER, A. Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola. In: FRIGOTTO, G. (orgs.) *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. 4^a. Ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. 4ed. São Paulo: Pioneira, 1983.
- LOMBARDI, J. C. & SAVIANI, D. (orgs.) *Marxismo e educação: debates contemporâneos*. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR, 2005.
- LOMBARDI, J. C. ; NASCIMENTO, M. I. M. (orgs.) *Fontes, história e historiografia da educação*. Campinas: Autores Associados, HISTEDBR, 2004.
- LOMBARDI, J. C. História, cultura e educação: aportes marxistas. In: CASIMIRO, A. P. B. S. ; LOMBARDI, J. C. ; MAGALHÃES, L. D. R. (orgs.) *História, cultura e educação*. Campinas: Autores Associados, 2006.
- LUCENA, M. de L. A. e S. & LUCENA, C. O classificado de jornal como fonte de pesquisa: contribuição teórico-metodológica da lingüística à história da educação. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.18, p. 19 -28, jun. 2005. Disponível em www.histedbr.fae.unicamp.br Acesso em 12 setembro 2006.
- MARX, K. & Engels, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martin Claret, 2004.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- MEDRADO, Neusa Lima. *Histórias das histórias de Piracicaba: levantamento de publicações sobre a história e memória piracicabana*. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, SP, 2000.
- MEIRELLES, Juliana Gesuelli. *A “Gazeta do Rio de Janeiro” e o impacto na circulação de idéias no Império luso-brasileiro (1808-1821)*. Dissertação de mestrado - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP, 2006.

- MESQUITA, Z. C. Metodistas e liberais em Piracicaba. In: *Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba*. Ano II, nº. 2, 1992.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira: pontos de partida para uma revisão bibliográfica*. 9ª. ed. São Paulo: Editora Ática, 1994.
- NAGLE, J. *Educação e sociedade na primeira república*. São Paulo: EPU, 1974.
- NETO, José Paulo. Relendo a teoria marxista da História. In: SAVIANI, D., LOMBARDI, J. C., SANFELICE, J. L. (orgs.) *História e história da educação. O debate teórico-metodológico atual*. 2ª. Ed. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR, 2000.
- PERECIN, Marly Therezinha Germano. *A síntese urbana*. Piracicaba: IHGP, 1989.
- RAMINELLI, Ronaldo. História urbana. In: CARDOSO, Ciro Flamarion. & VAINFAS, Ronaldo. (orgs.) *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.
- REIS FILHO, Casemiro dos. *A educação e a ilusão liberal*. São Paulo: Cortez, 1981.
- RIBEIRO, Maria Luísa S. *História da educação brasileira: a organização escolar*. 19ª. ed. São Paulo: Editora Moraes, 2003.
- SANFELICE, J. L. Dialética e pesquisa em educação. In: LOMBARDI, J. C. & SAVIANI, D. (orgs.) *Marxismo e educação: debates contemporâneos*. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR, 2005.
- SANTOS, José Luiz dos. *O que é cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- SAVIANI, D. Breves considerações sobre fontes para a história da educação. In: LOMBARDI, J. C. ; NASCIMENTO, M. I. M. (orgs.) *Fontes, história e historiografia da educação*. Campinas: Autores Associados, HISTEDBR, 2004.
- SAVIANI, D. Educação socialista, pedagogia histórico-crítica e o desafios da sociedade de classes. In: LOMBARDI, J. C. & SAVIANI, D. (orgs.) *Marxismo e educação: debates contemporâneos*. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR, 2005.

- SAVIANI, D., LOMBARDI, J. C., SANFELICE, J. L. (orgs.) *História e história da educação. O debate teórico-metodológico atual*. 2ª. Ed. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR, 2000.
- SCHWARCZ, L. Moritz. *As barbas do imperador: Dom Pedro II, um monarca nos trópicos*. S. Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. *Retrato em branco e negro*. São Paulo: Companhia das Letras, , 1987.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. S. Paulo: Brasiliense, 1999.
- SEVERINO, A. Joaquim. *Educação, sujeito e história*. São Paulo: Olho d'água, 2001.
- SIMÕES, José Luís. *Escola para as elites, cadeia para os vadios. Relatos da imprensa piracicabana (1889-1930)*. Tese de doutorado. Unimep, Piracicaba, 2005.
- SNYDERS, G. *Escola e Luta de Classes*. Lisboa : Moraes Editores, 1977.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Panorama do Segundo Império*. 2ª.ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1998.
- _____. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- _____. *Síntese de história da cultura brasileira*. 20ª. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- SOUZA, R. F. de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.
- TERCI, Eliana Tadeu. *A cidade na primeira república: imprensa, política e poder em Piracicaba*. Tese de doutoramento. Depto. de História FFLCH-USP, 1997.
- THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TORRES, M. C. T. M. *Piracicaba no século XIX*. Piracicaba: IHGP, Degaspari, 2003.

VAINFAS, Ronaldo. História das mentalidades e história cultural. In: CARDOSO, Ciro Flamarion. & VAINFAS, Ronaldo. (orgs.) *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de janeiro: Elsevier, 1997.

VIOTTI DA COSTA, E. *Da Monarquia à República: Momentos decisivos*. São Paulo: Editorial Grijalba, 1977.

WILLIAMS, R. *Cultura*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. *Marxismo e Literatura*. Rio de janeiro: Zahar, 1979.

XAVIER, M. E. S. P. *Poder político e educação de elite*. S. Paulo: Autores Associados e Cortez, 1980.

Fonte primária:

GAZETA DE PIRACICABA. Período de 1882 a 1897. Números 01 a 2365

ANEXOS

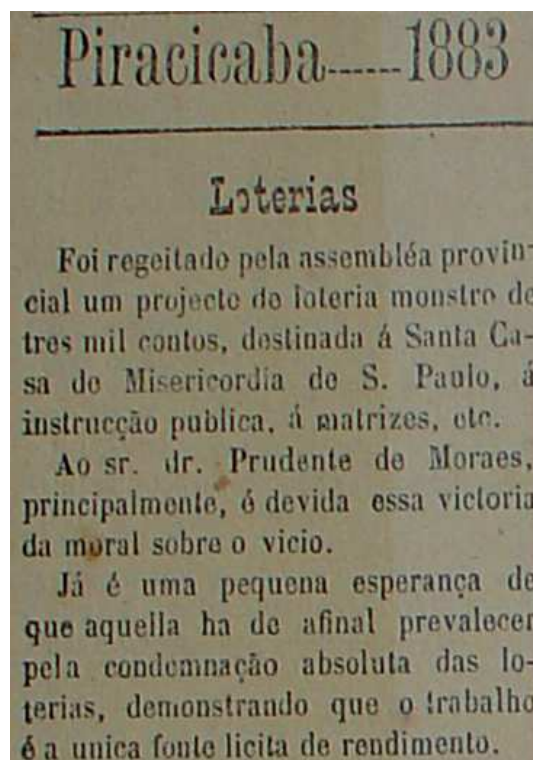
ANEXO I

Responsabilizado. — O dr. Adolpho Gordo, o advogado suspenso, multado e injuriado pelo juiz de direito de Capivary dr. Antonio Francisco da Costa Ramos, deu procuração ao conselheiro Duarte de Azevedo para instaurar contra este processos pelos crimes de abuso de autoridade, e de injurias.

— Já na sessão do dia 3 da assemblea provincial, o dr. Prudente de Moraes profligou severamente os abusos do mesmo juiz, commettidos em S. José dos Campos e em Capivary.

GAZETA DE PIRACICABA, 7 de março de 1883

ANEXO II



GAZETA DE PIRACICABA, 21 de março 1883

ANEXO III

MONUMENTO DO YPIRANGA

A *Provincia de S. Paulo*, de 27 do corrente, traz um importante editorial firmado por Rangel Pestana, relativamente a applicação do producto do barato do grande jogo do governo — as loterias.

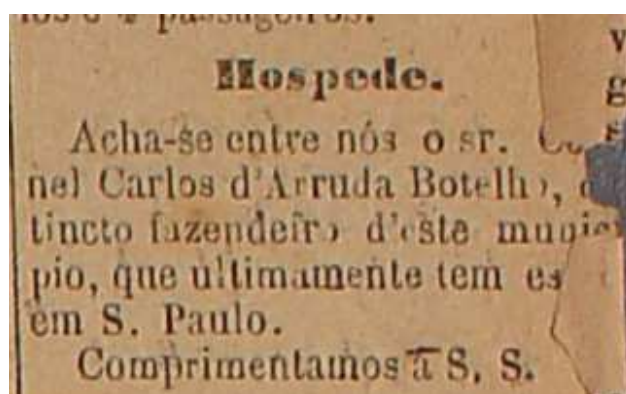
Pois trata-se de fazer uma avenida que custará de mil a mil e quinhentos contos e um custoso monumento commemorativo da nossa independencia que custará outro tanto.

O collega entende, e como de facto já o tem sustentado fundando-se em solidas bases que, esse dinheiro applicado em um estabelecimento de instrucção, dará muito melhores resultados.

Somos inimigos acerrimos das loterias, e só quem reside no interior de uma provincia, pode calcular o seu effeito pernicioso; entretanto, uma vez que o governo quer ser o principal sustentaculo do jogo n'este paiz, onde as immoralidades partem sempre do alto, a commissão ao menos, deverá tomar em consideração, que a provincia inteira tem vexatoriamente contribuido para essa immoralidade, devendo portanto opirar pelo estabelecimento de instrucção, em que aproveitarão todos os contribuintes ; o que não acontecerá com a avenida e o custoso monumento, que servirá para embellezar a capital, sem concorrer de forma alguma, para o engrandecimento e bem estar da provincia.

GAZETA DE PIRACICABA, 29 de julho de 1882

ANEXO IV



GAZETA DE PIRACICABA, 29 de junho de 1882

ANEXO V

Liberdade.—O sr. dr. Pedro Alexandrino da Rocha Lima, no dia 5 do corrente, por ocasião do baptizado de uma sua netinha, filha do sr. dr. Americo Vespucio, deu liberdade á sua escrava de nome Rachel.

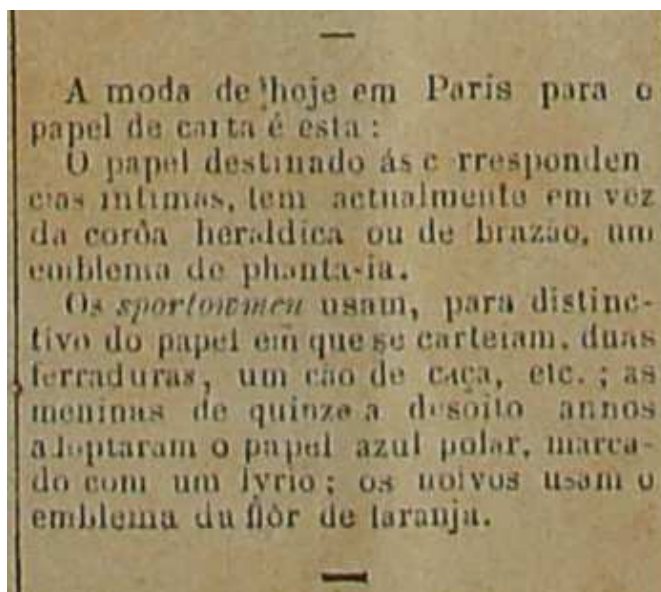
GAZETA DE PIRACICABA, 18 de agosto de 1882

ANEXO VI

Liberdade.—Com chave de ouro o sr. José Lobo de Albertim e sua exma. senhora encerraram a festa do Divino, de que era imperador seu filho, o menor Vandelino Albertim, concedendo liberdade plena à sua escrava Ubaldina, preta, ainda moça, por ocasião de uma reunião em sua casa, na noite de domingo ultimo, sendo a carta entregue à libertada pelo sr. dr. Prudente de

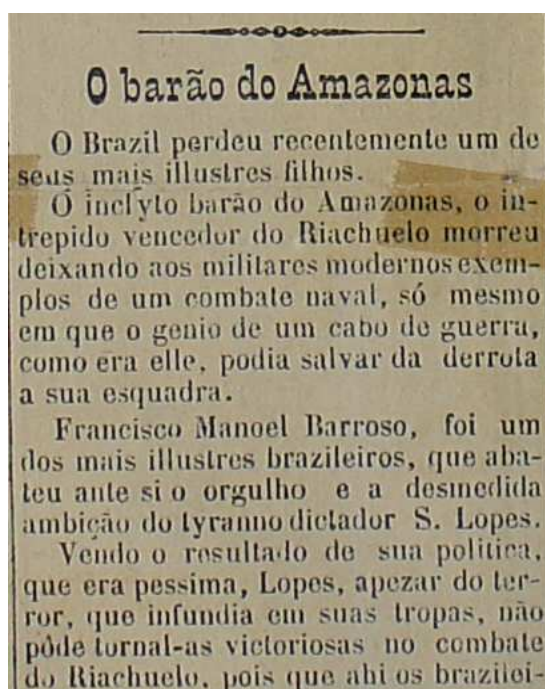
GAZETA DE PIRACICABA, 13 junho 1883

ANEXO VII



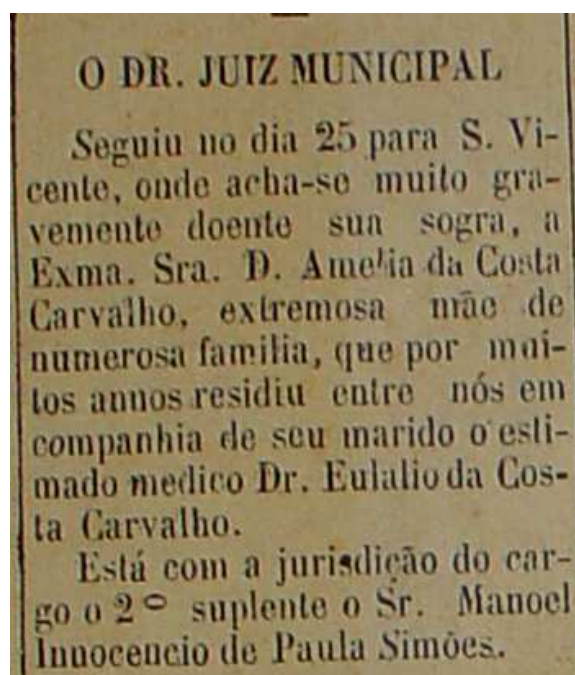
GAZETA DE PIRACICABA, 8 de agosto de 1882

ANEXO VIII



GAZETA DE PIRACICABA, 25 de agosto de 1882

ANEXO IX



GAZETA DE PIRACICABA, 29 de julho de 1882

ANEXO X

Hospede:—Com sua exma. familia acha-se n'esta cidade o sr. dr. Pedro Alexandrino da Rocha Lima, importante fazendeiro residente em S. Amaro, na provincia da Bahia.

O sr. dr. Lima veio visitar a seu genro o distincto facultativo dr. Americo Vespucio Moreira de Almeida, em cuja casa está hospedado.

Comprimetamos a S. S.

GAZETA DE PIRACICABA, 18 de agosto de 1882

ANEXO XI

Passamento.—O nosso amigo sr. Francisco Pimenta Gomes, 2.º tabelião d'esta cidade, acaba de ser ferido pela triste noticia do fallecimento de seu presado sogro, o sr. desembargador Antonio Candido da Rocha.

O honrado magistrado, ha annos sentia-se affectado de tísica pulmonar, tendo seguido para a provincia do Ceará, em cujo clima esperava conseguir minorar seus soffrimentos, o que infelizmente não aconteceu, vindo a fallecer no dia 26 do passado, na cidade da Fortaleza.

Nascido na cidade de Rezende, provincia do Rio de Janeiro, formou-se pela Faculdade de Direito de S. Paulo, encetando logo sua carreira na magistratura, onde conquistou a estima publica e justa consideração.

Foi presidente d'esta provincia, occupando em seguida uma cadeira no parlamento, como representante do antigo 5.º districto da provincia de Minas Geraes. Juiz de Direito da comarca da capital da provincia de S. Paulo, foi depois nomeado desembargador da Relação d'esta mesma provincia, cargo que exerceu até a sua retirada para o Ceará, fallecendo com 59 annos de idade.

Nossos pesames á respeitavel familia do finado.

GAZETA DE PIRACICABA, 1 de outubro de 1882

ANEXO XII

Concerto — Hoje ás 8 horas da noite, no salão do sobrado pertencente á herança da finada sra. d. Maria da Annunciação L. do Canto, realisa-se o concerto vocal e instrumental, que noticiámos, dado pelo distincto pianista e compositor nosso compatriota sr. Henrique Braga.

E' uma festa attrahente, á qual o publico Piracicabano não deve deixar de comparecer, tanto mais que, além do variado e escolhido programma inserido n'outra secção d'esta folha e do concurso de diversos conceituados professores residentes n'esta cidade, será abrilhantada por algumas exmas. senhoras, distinctas amadoras que obsequiosamente vão auxiliar ao sr. Braga, fazendo-se ouvir diversas vezes.

GAZETA DE PIRACICABA, 23 de agosto de 1882

ANEXO XIII

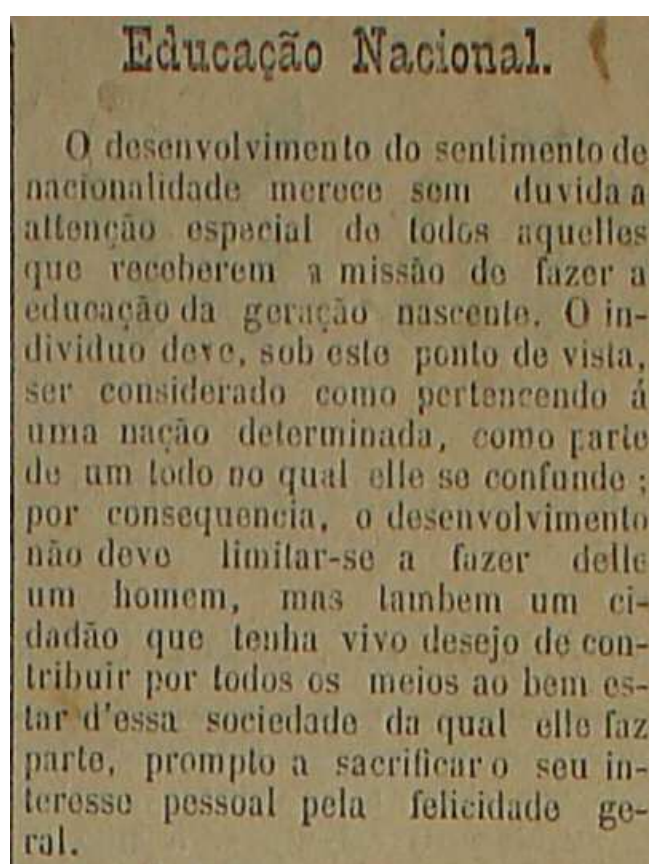
O homem que lê e que estuda, não só adquire habilitações para todas as funções da vida pratica, como ainda penetra até o segredo das leis que governam esses milhares de mundos, suspensos por sobre a sua cabeça, n'um movimento incessante, dentro da orbita, que lhes marcou na amplidão infinita o dedo omnipotente do Creador.

Os sentimentos nobres e as aspirações elevadas, quando irrompem n'alma humana antes de terem dissipado as escuridões da intelligencia, são como o germen que nasce entalado entre as pedras; não vicejam, nem fecundam.

Sabedoria, justiça, fraternidade, liberdade, todas essas manifestações da superioridade de nosso ser intellectual e moral, não passam de pala-

GAZETA DE PIRACICABA, 6 de fevereiro de 1883

ANEXO XIV



GAZETA DE PIRACICABA, 14 de janeiro de 1883

Brazileiros na Europa

Os estudantes brasileiros em Bruxellas organisaram uma associação litteraria denominada—*União Brasileira*—no intuito de exercitarem-se em discussões scientificas e de viverem mais relacionados entre si. Funciona ha seis mezes e consta, por ora, de vinte e quatro socios, todos brasileiros; nem são admissiveis os estrangeiros. Foram-nos obsequiosamente mostrados um exemplar dos estatutos, que os regem, e outro do relatorio dos trabalhos no semestre decorrido, apresentado pelo presidente sr. Francisco A. Nardy, irmão do nosso intelligente promotor publico, sr. dr. Adolpho Alberto Nardy de Vasconcellos.

O quarto lugar, na ordem em que foram apresentados os trabalhos, coube ao nosso estudioso consocio Rodolpho de Moraes Barros.

O Vapor foi o assumpto escolhido. A primeira parte da sua conferencia foi consagrada ao estudo das causas que determinam a sua formação; depois do que entrou o intelligente joven em apreciações das multiplas vantagens que resultaram de suas applicações á industria.

GAZETA DE PIRACICABA, 28 de janeiro 1883

ANEXO XVI

Para a Europa—Seguiu hon-tem com destino á Europa o sr. Luiz Mancini, socio da firma Miguel Mancini & Irmão, estabelecida com loja de fazendas e alfaiataria nesta cidade.

Segundo nos consta, aquelle sr. se demorará na Italia e em França uns tres mezes, a perfeiçãoando-se em Pariz, na sua arte de alfaiate e voltando a exercel-a aqui, onde a casa, de cuja firma faz parte, conta numerosa freguezia.

GAZETA DE PIRACICABA, 1 de junho 1884

ANEXO XVII

Obrigatoriedade e liberdade do ensino primario

I

Não cremes que seja ainda hoje necessario defender theoreticamente o salutar principio da obrigatoriedade do ensino primario. E' uma questão julgada e que passou ao dominio da pratica.

Facta loquuntur.

O principio da obrigatoriedade do ensino é uma das conquistas mais esplendidas da civilização moderna.

A antiguidade e a idade media, que não tinham uma intuição muito justa da solidariedade humana, não podiam deixar-se imbuir das nobres aspirações de altas tendencias democraticas e cosmopoliticas.

O saber, o grande operario da confraternidade contemporanea, não era tido em mui elevada conta, era até desdenhado por certas classes, e, portanto, não poderia jamais tornar-se obrigatorio.

As nações modernas, com a descoberta e desbravamento de regiões inteiras desconhecidas, com a fundação de nacionalidades novas, com o augmento pavoroso da população, com a decrepitude das velhas organizações militares, com o advento de industrias desconhecidas, inilludiveis comprehenderão que na luta pela existencia os seus cidadãos não teriam de então em diante de contar só com o braço: seria necessario contar antes e acima de tudo com a idéa. Dahi a alta conta em que foi tida a instrucção, dahi, como arma de aperfoçoamento e luta, o ensino obrigatorio.

ANEXO XVIII

Estatística. — Diversos jornaes referem que uma pessoa que se dedica assiduamente ao estudo do «Almanak de Laemmerl» diz que ha na cidade do Rio de Janeiro 995 capitalistas, 870 medicos, 234 advogados, 110 engenheiros, 174 pharmacias, 46 drogarias, 17 fabricas de flores de panno, 10 fabricas e depositos de gelo, 5 lojas de espingardas, 17 fabricas e lojas de espelhos, 105 casas de ferragens, 15 lojas de brinquedos, 202 casas de calçados, 15 fabricas de chapéos e 70 lojas do mesmo genero, 36 fabricas de chapéos de sól, 262 casas de charutos, cigarros e fumos, 140 barbeiros e 38 cabelleireiros, 72 confeitarias, 180 collegios particulares, 98 acougues, 170 cafés e bilhares, 210 casas de pasto, 98 hoteis e 24 «restau-

GAZETA DE PIRACICABA, 6 de fevereiro de 1883

ANEXO XIX

Approvados—No dia 4 do corrente, na Faculdade de Medicina da cõrte, prestou exame das materias da 5ª série medica o nosso conterraneo sr. João Baptista da Silveira Mello, filho do importante fazendeiro deste municipio sr. Joaquim da Silveira Mello, sendo plenamente approvado.

No dia 7, na mesma Faculdade, prestou exame da 6ª série de medicina outro nosso conterraneo, o sr. dr. Paulo Pinto de Almeida, sendo approvado com distincção em pharmacologia, medicina legal e toxicologia e plenamente em hygiene.

Felicitamos aos dois distinctos piracicabanos.

GAZETA DE PIRACICABA, 11 de dezembro de 1885

ANEXO XX

Irmandade da Misericórdia

—Domingo, 20 do corrente, reunida a mesa, e presentes os srs. Virgílio Pereira, secretario, que tomou a cadeira da presidencia na falta do provedor, servindo de secretario o sr. Francisco Silva; A. Teixeira Mendes, thesoureiro; F. L. de Castro Neves, procurador; definidores drs. Estevam de Rezende, M. de Moraes Barros, Rocha Almeida, Canuto Saraiva e Xavier da Rocha; mesarios, dr. Prudente de Moraes, Paula Eduardo, Ricardo de Mattos, Silva Novaes e mais membros da irmandade, foi aberta a sessão, lida e approvada a acta da antecedente.

Apresentada uma lista de novos irmãos, é approvada.

GAZETA DE PIRACICABA, 23 de maio 1883

ANEXO XXI

Mobilias para as escolas publicas.—Na ultima sessão da camara, o sr. dr. Moraes Barrós, communicando o resultado obtido com a subscrição aberta para a aquisição de mobílias para as escolas publicas da cidade, indicou que se nomeasse uma comissão affim de obter mais donativos até attingir a quantia necessaria, de 1:000\$000, entregando a importancia de 365\$000 á camara, por seu procurador.

Foi nomeada a commissão composta dos srs. drs. Moraes Barro; e João Conceição, e José Ferraz Junior. Tomando parte na concorrência para tão util fim os vereadores que ainda não haviam contribuido e que se achavam presentes, rendeu alli a quantia de 150\$000.

Além d'estas ha diversas assignaturas que ainda não foram cobradas.

GAZETA DE PIRACICABA, 20 de fevereiro de 1883.

ANEXO XXII

Dr. Paulo de Moraes

No sabbado ultimo chegou a esta cidade o dr. Paulo de Moraes Barros formado ha pouco pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, e digno filho do nosso illustrado amigo dr. Manuel de Moraes Barros.

Na estação havia uma banda de musica e grande numero de amigos que ali foram esperar o trem onde devia vir o dr. Paulo de Moraes, que acaba de fazer uma carreira brilhante na mesma Faculdade de Medicina e que hoje volta trazendo os louros de seus estudos ao seio de sua familia e de sua terra que se orgulha de lhe ver restituído tão illustre filho.

Da estação até a casa de residencia de sua familia, veio o distincto moço acompanhado pelos mesmos amigos e pela banda de musica, que durante o trajecto executou differentes peças do seu repertorio.

Chegados ali, os assistentes foram convidados para um profuso copo d'agua, durante o qual falaram os senhores :

Dr. Paulo Pinto, França Junior, Henrique Braziliense, Luiz Morato Gentil de Andrade, Antonio Pinto Ferraz e José Pinto Ferraz, que todos em eloquentes allocuções saudaram o dr. Paulo de Moraes pela sua gloriosa carreira.

Em seguida falaram o dr. Manuel de Moraes e seu digno filho dr. Paulo de Moraes, agradecendo a todos as suas sinceras palavras.

Os convidados retiraram-se á 1 hora da noite.

Da nossa parte enviamos daqui ao dr. Paulo de Moraes as nossas saudações, desejando que na nova phase de sua vida continue a trilhar um caminho tapetado de rosas e laureis.

ANEXO XXIII

Ganganelli.—Diz o *Globo*:
Este pseudonymo é conhecido em todo o paiz, pelos valiosos serviços prestados á causa da democracia.
O illustre sr. Saldanha Marinho o tornou para sempre memoravel nos annaes da nossa imprensa, onde elle serve, no presente, de lumiar para a educação politica da nação, e, no futuro, será uma gloria para a geração actual, quando se fizer o balanço das suas produções intellectuaes.
Nem os annos, nem as fadigas incessantes da nobre profissão de advogado que exerce activamente, têm lido o poder de acalmar o patriotismo do invencivel polemista, que luta sempre e quasi sem tregôas pela nobre causa a que tem consagrado uma boa parte de sua vida e os recursos inexhauriveis do seu culto e invejavel talento.

GAZETA DE PIRACICABA, 11 de novembro de 1882

Candidato á geral—Em vista das indicações prévias dos eleitores republicanos de diversas parochias, será apresentado candidato á assembléa geral por este districto o nosso distincto conterraneo sr. dr. Prudente José de Moraes Barros.

O illustre paulista, que tão dignamente representou a nossa provincia no parlamento, onde foi ouvido sempre com o maior respeito e justos applausos dos proprios adversarios, vai pois dar occasião de suffragar mais uma vez o seu nome o eleitorado republicano deste districto, e estamos certos de que a sua candidatura será sustentada por todos os verdadeiros patriotas, unanimes em reconhecer e agradecer os grandes serviços por elle prestados ao paiz no curto periodo da legislatura finda pela dissolução.

As merecidas e geraes sympathias de que goza o sr. dr. Prudente de Moraes, por seu prestigio e profundos conhecimentos, importam ao 8º districto, que lhe é especialmente agradecido, o honroso dever da sua reeleição, para que o sincero democrata continue a prestar á nossa patria, na camara dos deputados, o inestimavel concurso da sua palavra autorisada.

ANEXO XXV

Chronica

S. PAULO, 10 DE JUNHO DE 1883.

O progresso e a civilização, de que faz alarde a imperial cidade de S. Paulo, procura manifestar-se aqui por todas as vias, por todos os povos e de todos os modos.

Já não é o apreciar-se com olhos de quem vê, um melhoramento na provincia, as corridas de cavallos que influem tanto para a immigração cavallar com o fim de apurar as raças, já não é o gosto musical que se manifestava nos *habitués* do theatro lyrico. Já não é o benevolo acolhimento que se dava ha 2 annos ás grandes companhias dramaticas. Nada d'isso,

S. Antonio, S. João e S. Pedro, vêm lá das alturas seus nomes estampados em letras garrafas em todos os periodicos, como epigraphie aos annuncios de pistolões e rodinhas.

Grandes pandegos... Elles que não mandem cá para esto vale de lagrimas, muito frio, que o misero chronista quer se divertir a grande, atropelando a humanidade com *busca-pés* de lima-lha e assando latas na fogueira.

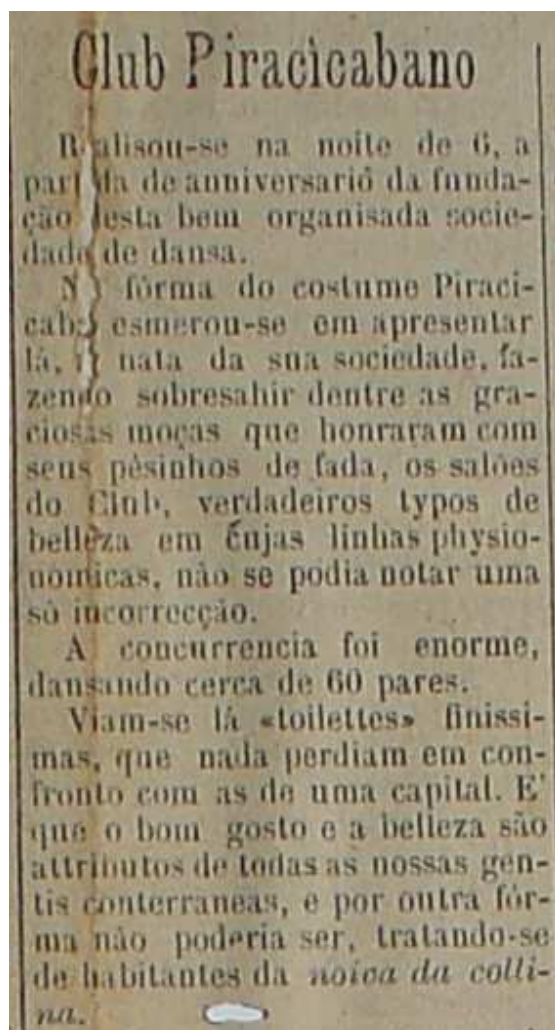
Boas festas do Divino ao povo Piracicabano e...

Até breve.

CAMILLO DOS MOINHOS.

GAZETA de PIRACICABA, 13 junho de 1883

ANEXO XXVI



GAZETA de PIRACICABA, 10 de janeiro de 1892

ANEXO XXVII

SOBRE OS CORREIOS

A condução, d'antes, era difficil e morosa. Passava-se a um individuo para fazel-a, e elle fazia-a trazendo a mala na garupa do animal, que montava, ou em cargueiro á parte, conforme o peso da carga. Gastava quatro dias entre S. Paulo e Piracicaba. Não podia ser por menos, era a condução mais prompta, que permittiam aquelles tempos e aquellas estradas.

Com a estrada de ferro, porém, a mala vem de S. Paulo, e até de Santos em um só dia, chegando n'esta ao escurecer. Assim a condução, que era difficil e morosa, tornou-se facil e prompta, a estrada de ferro venceu o grande obstaculo, que a distancia oppunha á promptidão das communicações postaes.

GAZETA DE PIRACICABA, 27 de agosto 1882

ANEXO XXVIII

Febres.—Estamos atravessando a estação mais apropriada ás febres intermitentes : entretanto, ellas não tem apparecido de modo a attrahir a attenção. Nem mesmo os empregados da navegação tê a soffrido.

O estado sanitario do municipio é, em geral, bom, e os medicos não têm mais trabalho que o ordinario. Não seja, porém, isso razão para facilitar-se; nada de aguas estagnadas, de imundices ou de porcos perto de casa. *Cautella e calda de gallinha...*

GAZETA DE PIRACICABA, 4 de março de 1883

ANEXO XXIX

Collegio Piracicabano. — A distinta professora do Collegio Piracicabano, M^{tes}. Rennoffe, a quem devemos varios sensatos artigos sobre a instrucção, com que tem se dignado abrilhantar as columnas d'esta folha, usa de um excellente systema no desempenho do seu honroso cargo, fazendo com que suas alumnas desenvolvam, em composições diversas, os themas que lhes dá, apurando-lhes assim o gosto pela arte das letras.

Temos o prazer de apresentar hoje aos nossos leitores, d'essas composições a intitulada *Uma tempestade no mar*, devida á penna de uma joven piracicabana, a exm^a. sra. d. Anna Maria de Moraes Barros, digna filha do nosso respeitavel amigo o sr. dr. Manoel de Moraes Barros.

GAZETA DE PIRACICABA, 13 de outubro de 1882

ANEXO XXX

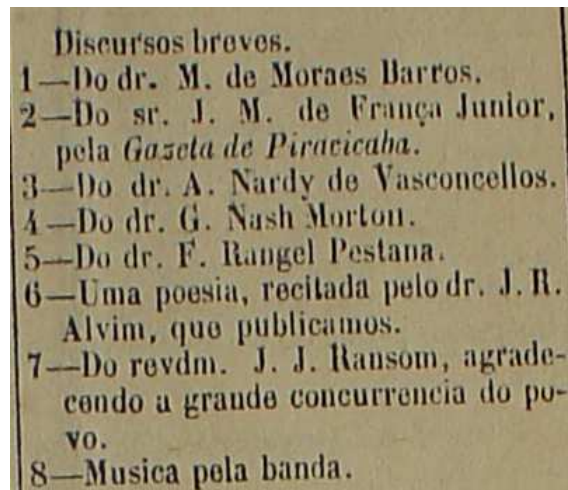
Collegio Piracicabano

Um facto altamente significativo acaba de dar-se n'esta cidade.

Ante-hontem foi lançada a primeira pedra para a construcção do projectado edificio onde ha de funcionar o Collegio Piracicabano, essa esplendida luz que seus benemeritos fundadores tão generosamente fizeram raiar no vasto horizonte de nossa patria.

Um facto altamente significativo, repetimos, porque, acompanhando o tactear confuso ainda, da eração actual do nosso querido Brazil, vemos debater-se nas trevas maior numero das nossas compatriotas a quem está confiada diamamente a nobre missão de mães.

A existencia do Collegio Piracicabano é devida ao revdm. Junius L. Newman, aquelle venerando e modesto ancião norte-americano, que desde 1875 incessantemente tem trabalhado para conseguir sua fundação. A esse importante estabelecimento acha-se ligado um nome, cuja pessoa muito o tem auxiliado: é o sr. dr. Manoel de Moraes Barros, a quem o sr. Newman e os demais amigos do collegio devem valioso acorçoamento e relevantes serviços.



GAZETA DE PIRACICABA, 11 de fevereiro de 1883

ANEXO XXXI

Scenas sociaes

Havia grande festival...

O salão reflectia o scintillar estranho dos diamantes e dos rubis.

Predominava o ouro... os ditos picantes saltitavam e faziam subir o rubor á face do burguez.

Em cada palavra uma ironia, em cada gesto a expressão do desprezo.

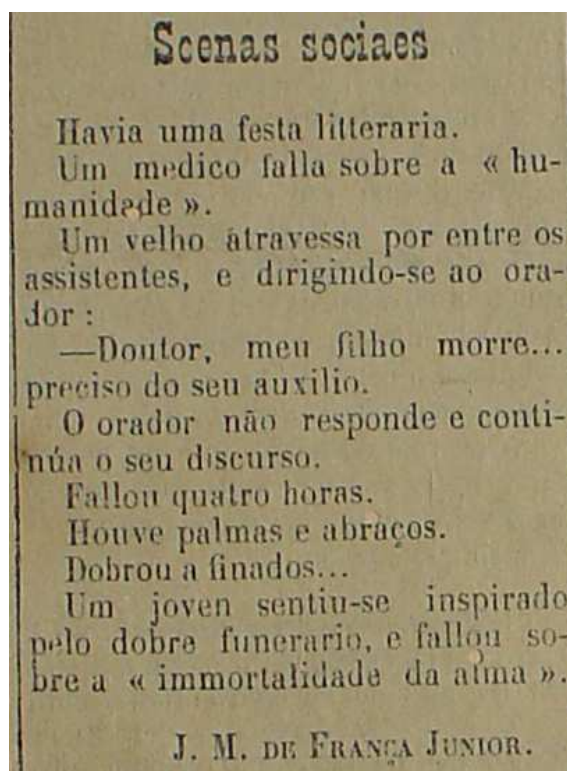
Um joven chegou-se á filha de um nobre e supplicou-lhe uma walsa. Responderam-lhe os improperios do pae.

—Com que direito quer subir tanto, sr.?

—Com este, sr. conde: Não sou sómente um joven obscuro, mas tambem o representante da casa Brissot & C^{as}, e que vae amanhã requerer contra v. exc. por crime de quebra fraudulenta.

GAZETA DE PIRACICABA, 8 de fevereiro de 1883

ANEXO XXXII



GAZETA DE PIRACICABA, 8 de fevereiro de 1883

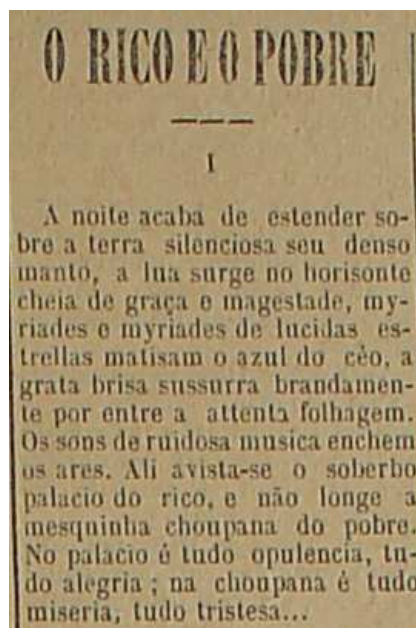
Collaboração

—Os maldizentes que não fallam—
Parece um absurdo ! Quem são elles ? Onde estão ?

Nós todos os conheceremos, as mais das vezes se occultam mesmo na boa sociedade, e nós os rodeamos, os applaudimos, os consideramos sem a minima desconfiança !

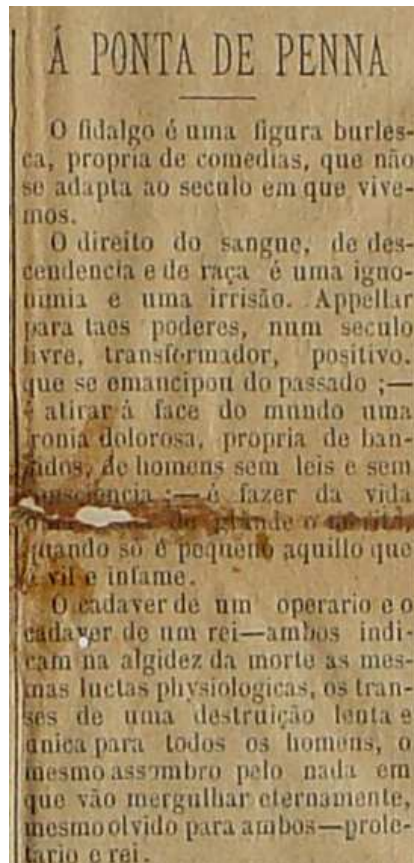
Ha em toda a parte, e nas pequenas cidades bem mais sensível se torna, uma turma de quarentões e rapazes muitas vezes pertencentes a boas familias, de educação pouco acurada, porém lidos e intelligentes, que, nas *pandegas*, jogos, deboches, (*para o que nunca faltam amestrados ciceronis*) esbodegaram o que possuíam, quasi sempre a custa do suor dos paes ; e que, por se acharem verdadeiros—gatos pingados—que ninguem sabe como vivem, se intitulam demokratas, fogem da boa sociedade contra a qual não poupam apódos e ferinos epigrammas, procurando por essa maneira rebaixal-a ao nivel em que se acham ; tendo sempre em uso os

ANEXO XXXIV



GAZETA DE PIRACICABA, 7 de abril de 1892

ANEXO XXXV



GAZETA DE PIRACICABA, 20 de março de 1892